

**MANDATO XIII****ATA Nº. 9/2022****SESSÃO ORDINÁRIA DE 8 DE JULHO DE 2022**

*Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Forum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Américo dos Santos Afonso, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Ana Margarida Sarmiento Manso da Silva Macieira, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, João Diogo Fernandes Ferreira, António José Pereira de Freitas, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Marta Salomé da Silva Oliveira de Brito, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, José Pedro Pires Machado, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Néilson Jorge Ferreira Duarte, Sandra*

*Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Susana Rafaela Ferreira Leite, José Manuel Lopes Ferreira, Sandra Cristina Ribeiro Veiga, Sandra de Oliveira Cardoso, João Pedro Carvalho Melo, André Costa Castanho Correia, António Meireles de Magalhães Lima, Sandra Cristina Andrade Carvalho, António Filipe Dias Melo Peixoto, Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, Dolores Glória Sousa Gomes Rocha, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes Rocha, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.* **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Jorge Daniel Paredes Abreu, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, António Carlos Vieira Barroso, Fernando Manuel Martins Viana, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Gonçalo Nuno Lopes de Castro*

*Pimenta de Castro, Catarina Lourenço Ribeiro, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Fausto Alves Farinha, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Bruno Miguel Pereira Torres, Bruna Daniela Gonçalves do Coto, Augusto José Urjais Gonçalves Oliveira Gomes, Sara Adelaide Fernandes Dias, Bárbara Andreia Ribeiro Gomes, João Jorge Ferreira Baptista, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira e Bárbara dos Santos Lopes. FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: José Oliveira da Silva, João Paulo de Carvalho Vieira, Carmino João Costa Soares, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto e Maria Elisabete Marques da Silva. Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. Neste período registou-se a intervenção do SR. JOAQUIM DA SILVA PEREIRA, para dizer que: “O que me trás aqui hoje é uma situação muito delicada e queria que esta Assembleia, se possível, se pudesse pronunciar. Em Vilaça vai-se desenvolver um parque industrial. Foi uma votação na Assembleia de Freguesia de Fradelos e Vilaça, em que fizeram a revolta, votaram favoravelmente essa implantação desse pavilhão, ou seja, área industrial. Eu pergunto aqui nesta Assembleia, uma freguesia que não tinha ruídos, não tem vias de comunicação, isso está a mexer com Tadim, Arentim, Ruílhe e Cunha, como é possível aprovarem e chamarem de interesse público à empresa que vai ser lá implantada, como é possível aderir a uma situação destas quando não tem vias de comunicação. Há ruas e estradas que não cruzam dois autocarros. É pena que não esteja aqui a população de Vilaça e Fradelos a fazer esta pressão. Isto era digno de ser debatido na Assembleia da República. Estiveram quinze anos à espera e agora parece dar a impressão de que se aproveitaram do fim do mandato de um Presidente da Câmara para fazer uma deliberação. Vai ser o diabo naquela freguesia e devem de ponderar essa*

*deliberação. Tenho pena que o Sr. Presidente da Câmara não esteja aqui, porque esta Assembleia era para começar às nove horas e era nove e meia quando ela começou. Vocês ganham o dinheiro público e eu venho aqui à estaca zero e não ganho nada. Um segundo ponto: há uma rua em Vilaça, que é do terceiro mundo, uma rua que se anda cento e cinquenta metros de frente e sai-se de marcha atrás. Não tem saneamento. Convidava os Srs. Deputados a irem à freguesia, porque é assim que vão ganhar a eleições. É muito bonito quando na campanha se promete mundos e fundos e no executivo faz-se zero. Sem magoar ninguém, já fui executivo em mandatos do Presidente Mesquita Machado, sempre dei a minha cara e nunca fugi às responsabilidades. Esta Assembleia Municipal no passado tinha mais gente, o que quer dizer que o público se desinteressa, porque começa a ver que não cumprem e quando não cumprem, as pessoas chutam para canto. Espero que algumas coisas se façam em prol das pessoas que estão a representar. Este é o meu apelo. Agradeço que vocês aqui se pronunciem sobre o parque industrial de Vilaça, considerando situações públicas, mas esquecendo-se que não há estradas para esse fim. É essa a grande verdade e não podem aqui esconder nada. Façam as votações que entenderem, é da vossa responsabilidade”. Na segunda intervenção usou da palavra o **SR. MANUEL JOAQUIM ARAÚJO**, para referir que: “Venho aqui a esta Assembleia por causa de um problema muito grave que tenho tido desde dois mil e oito até hoje. Problemas com o Presidente da Junta, que abusivamente invade propriedade, estraga-me tudo e faz tudo e mais alguma coisa. Já houve vários processos crimes a nível pessoal, agrediram-me e à minha esposa, fomos obrigados a consultar psicólogos para resolver o nosso problema. Houve um Presidente de Junta que usou dinheiros públicos para pagar o pedido de processo crime, em que o atual Presidente da Junta assinou para fazer essa transferência. No tribunal, ganhei tudo e mais alguma coisa, nunca perdi*

*processo nenhum. Está tudo decidido e mais alguma coisa. A Junta tem conhecimento dos processos-crime que decorreram e continua a mandar cartas, a mandar notificações para complicar a situação. Ainda pior, já não chega à Junta de Freguesia, agora é a Câmara Municipal de Braga, que entra abusivamente na propriedade e faz de conta que aquilo é tudo público, que é tudo deles. Estão a dizer que eu estava a fazer uma obra ilegal, quando eles têm conhecimento que o tribunal decretou que as coisas têm que ser feitas como estão a ser feitas e ameaçam-me com cartas, que vão ter portões, que vão remover as coisas. Continua na mesma esta perseguição, quer pela Junta, quer pela Câmara Municipal de Braga. Quero saber se só sirvo para pagar impostos, se tenho que sofrer toda a minha vida este problema. Não posso sair da freguesia porque sou ameaçado por toda a gente, já decorreram vários processos em tribunal devido a agressões. Isto passa-se na União das Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro. Pretendo que haja uma resposta relativamente a isto e o que é que estão a decidir, se estão a pensar meter-me no cemitério e à minha família, porque já não outra forma de resolver os problemas”. Seguiu-se a terceira intervenção protagonizada pela **SR<sup>a</sup>. SÓNIA ISABEL GOMES MARINHO**, que destacou: “Há seis anos a lei passou a determinar que é competência das câmaras municipais implementar programas CED, ou seja, que é necessário empreender medidas concretas para capturar, esterilizar e devolver ao local de origem os gatos que nascem e crescem na rua, os ditos errantes. Pois se a lei foi categórica nesta afirmação, não o foi menos omissa em clarificar linhas orientadoras e objetivos a cumprir neste âmbito. Estávamos, então, em dois mil e dezassete, e não existia em Braga qualquer política de controlo populacional de animais errantes e o atual executivo aproveitou a aproximação das eleições autárquicas para lançar algumas medidas de esterilização de animais de rua e içar a bandeira*

*de que Braga passaria, então, a ser uma das cidades do país com melhores políticas animais. Acontece que as medidas tomadas foram avulsas, maquiadoras de uma realidade muito complexa de sobrepopulação de animais e que em pouco ou nada têm contribuído para a sua resolução. Mera propaganda. Pensem no seguinte: é necessário fazer diminuir o número de gatos que nasce na rua. Para que isso aconteça, não basta que se esterilizem algumas dezenas de gatas. Enquanto isso acontece, muitas mais dão à luz ninhadas numerosas, o que se reflete num crescimento exponencial da população de gatos de rua, paralelo a uma singela abordagem linear de esterilização. E porquê? Porque nem sequer ninguém se deu ao trabalho de fazer um levantamento de quantos gatos são. De onde estão. De criar logística para que, depois de identificados, se possa, então, trabalhar. Temos somente uma abordagem política periclitante, sem qualquer sustentação técnica. Sem qualquer ação dos putativos serviços veterinários municipais, que se divertem a alimentar as queixinhas do vizinho que diz que o outro alimenta os gatos na rua e não aproveita a oportunidade para imediatamente sinalizar esses gatos e providenciar a sua esterilização. Temos há cinco anos um protocolo obsoleto, que fixa valores obscenamente elevados para custear as esterilizações e uma verba demasiado baixa para fazer face a um paradigma de uma população de gatos errantes cada vez mais descontrolada. Um protocolo cujas manigâncias de conteúdo ocultam uma lacuna de vontade política em resolver a situação, só para não dizer que não se está a cumprir a lei. Porque no que toca à lei, quando a obrigação de a cumprir se torna um capricho dependente da vontade dos protagonistas, democraticamente eleitos ou por estes nomeados, a dita lei esmorece no seu conceito e põe em causa os valores do estado de direito - tenha o assunto em causa que ver com animais ou com outra temática qualquer. Qual deve ser, do nosso ponto de vista, voluntários com mais*

*de quinze anos de experiência no terreno, a abordagem correta ao problema, para que se atinja objetivos concretos de redução da população de errantes? Para começar, a criação de uma plataforma digital, onde os próprios munícipes possam informar onde estão as colónias e quais os elementos que as compõem; desta feita, pode fazer-se uma gestão de situações, abordando inicialmente as mais prioritárias e à posteriori as demais. Delegar nas juntas de freguesia a responsabilidade de chamar os fregueses a dizer quantas gatas andam a parir nos seus quintais e a agendar o dia em que alguém as irá recolher para levar para esterilizar. Paralelamente, urge rever os preços que a CMB paga pelas esterilizações, cerca do dobro do preconizado pelo ICNF. Este recurso a prestação de serviços externos pelas clínicas privadas deveria, no nosso entender, coexistir com o recurso a um serviço público. Ou seja, deve o município contratar um segundo veterinário municipal que se dedique apenas a esterilizar animais de rua, pois isso irá permitir ao município poupar verbas públicas, uma vez que o veterinário municipal tem o seu ordenado, ao invés de cobrar por cada serviço executado. Atentem agora neste excelente exemplo, o município de Matosinhos. Ali os animais deixaram de estar entregues à empresa do lixo e passaram para a tutela da câmara. Ali tinham uma veterinária responsável por todos os animais e passaram a ter dois veterinários e a comportar cerca de vinte funcionários municipais alocados ao canil e animais errantes. Ali há uma plataforma digital onde todas as solicitações dos munícipes são registadas e tratadas. Há quatro associações a quem são dadas condições e apoio logístico e que podem levar para esterilizar, a clínicas subcontractadas, todos os animais que conseguirem capturar. E assim, em dois anos, esterilizaram três vezes mais gatos do que Braga esterilizou em cinco anos com o seu CED obsoleto. A diferença, claro está, vontade política”. Na quarta intervenção usou da palavra a SR<sup>a</sup>. ÂNGELA*

**MARIA FONSECA PEREIRA**, para salientar que: “Sou engenheira agrícola. Estou aqui em representação do movimento de moradores que pretende que a Quinta da Arcela, situada junto à Escola EB dois três de Lamações, seja um parque verde público. Estamos a falar de um espaço verde de aproximadamente quatro hectares de terra, que foi em tempos um centro de investigação agrária do Ministério da Agricultura, mas que se encontra sem nenhuma utilização há mais de vinte anos. Está neste momento sob tutela do Ministério das Finanças. Este espaço tem um património arbóreo considerável e uma vegetação rasteira espontânea, que apenas necessita ser aparada, o que o torna num espaço verde, passível de ser disponibilizado quase de imediato à população, sem nenhuma ou pouca intervenção e, conseqüentemente, sem gastos para o erário público. O que pretendemos é justamente evitar que esta área seja impermeabilizada por qualquer tipo de construção, seja ela de que natureza for. Como certamente saberão estas terras de Lamações são caracterizadas pela sua acumulação de água das chuvas e da escorrência das encostas, o que durante muitos anos foi uma característica favorável à agricultura nesta zona da cidade e à gestão hídrica dos solos. Ora, como atualmente existe neste local uma densidade de construção muito significativa e mais projetos de construção estão já aprovados para esta zona, ficaria assim a quinta da Arcela como uma espécie de último reduto de caracterização natural, cultural e rural do Vale de Lamações. Daí a importância de preservarmos este local tal e qual como está. Por outro lado, sendo um parque verde, para além de permitir o escoamento hídrico e atmosférico, mantém a sua função ecológica de manutenção da biodiversidade, permite a absorção de poeiras naquela zona da cidade, permite ainda a sequestração incrível de quantidades de carbono e produz oxigénio que é essencial para melhorar a qualidade do ar nesta zona da cidade. Aos cidadãos,

*espaços verdes proporcionam maior conforto bioclimático e contribuem para o arrefecimento das cidades, mas, sobretudo, são espaços de lazer e vivências familiares ao ar livre que, no caso das crianças e dos idosos que residem em espaços urbanos, são absolutamente essenciais para uma vida física e mental saudáveis. Assim, vimos requerer o apoio desta Assembleia para que, usando os meios que tem ao seu dispor, diligencie no sentido de requerer junto do Ministério das Finanças a disponibilização imediata deste espaço para um parque verde público na cidade de Braga. Não posso deixar de convidar todos a assinarem a petição online, que conta já com mais de mil assinaturas”. Seguiu-se a quinta intervenção, pela **SR<sup>a</sup>. ISABEL MARIA MOURÃO FEIO**, que disse: “Sou cuidadora de algumas colónias de gatos de rua. O meu exemplo é semelhante ao de muitos munícipes que contactam os serviços municipais para tentar resolver o problema das ninhadas de gatos que nascem sem cessar na nossa cidade. Se tivermos alguma colónia descontrolada na nossa zona de residência, experimentem contactar a Câmara de Braga, irão verificar o desespero que é a falta de respostas, a morosidade, a burocracia, o empurrar com a barriga e, no limite, a incompetência. Depois de muitas promessas e pressões da minha parte para que a Agere viesse recolher dois gatos que foram abandonados na zona da Escola Dona Maria para serem esterilizados, pude constatar na primeira pessoa essa total incompetência. Trata-se de uma colónia esterilizada há anos graças à ação dos particulares, pelo que estes dois novos elementos, um macho e uma fêmea, iriam descontrolar rapidamente a colónia. Sabem o que aconteceu? A veterinária municipal combinou comigo às dezassete horas do dia cinco de julho, passada terça feira, na Colónia e às dezassete horas e quarenta e cinco minutos ainda eu estava à espera que a senhora veterinária ou a Agere aparecessem. Um desrespeito inaceitável e revoltante. Mas saibam os senhores que o problema dos*

gatos não é apenas um problema que interessa resolver a nós, cuidadores. Não pensem que apesar de sermos umas centenas nesta cidade, seríamos os únicos a beneficiar, para além dos animais, com uma ação eficaz e políticas efetivas de esterilização. Não. Quem não gosta de gatos também ficará satisfeito se deixar de ver dezenas de gatos a nascer na rua e a fazer aumentar o número elevado que deles já contam. Vocês que me ouvem se saírem daqui e tiverem no motor do vosso carro um gato bebé a miar desalmadamente, só terão duas hipóteses ou tentam salvá-lo, ou não gostam de gatos e arrancam com o carro e amanhã certamente terão que o deixar na oficina com uma despesa de centenas de euros. Entendem a minha mensagem? Para aqueles que traduzem este problema no número, asseguro-vos que a sua resolução não se traduzirá apenas em meia dúzia de votos. Se vos interessa também a moralidade, lembrem-se de que alguém disse há já quatro séculos, a civilização de um povo avalia-se pela forma como se tratam os animais. Se me permitem, queria fazer um agradecimento público à “Associação Saquetas da Rua”, na pessoa da Sónia e de todos os que nela trabalham, pelo excelente trabalho que desenvolvem em prol dos nossos gatos de rua. Muito obrigada, Sónia”. Na sexta intervenção passou a usar da palavra o **SR. CARLOS MANUEL RIBEIRO DA SILVA DOBREIRA**, para expor o seguinte: “No passado dia quinze de junho dirigi-me com o meu filho à USF de Gualtar (Braga) por motivos de saúde e por forma a comparecer a uma consulta aberta. Na Estrada Nacional cento e três de acesso à USF referida, deparei-me, na Rua das Lameiras, com uma suposta rotunda antecedida de duas passadeiras (uma delas quase sem marcação). Igualmente constatei uma outra passadeira, na Rua Manuel da Cunha, frente à Farmácia de Gualtar, sem sinalização vertical. Em relação à rotunda é de referir que a mesma está sinalizada com separadores de via, de forma estranha e sem segurança. O exposto foi dado a conhecer à

*Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária a vinte e três de junho de dois mil e vinte e dois, a qual já respondeu a vinte e sete de junho e encaminhou o mesmo à Câmara Municipal de Braga, por ser a entidade gestora da via, competindo-lhe a sinalização e a segurança das vias públicas, bem como o ordenamento do trânsito, conforme resulta do disposto nos artigos sexto e sétimo do Decreto - Lei número quarenta e quatro barra dois mil e cinco, de vinte e três de fevereiro, na redação dada pelo Decreto-Lei número cento e dois-B barra dois mil e vinte, de nove de dezembro. Senhor Presidente, já está a trabalhar, tendo em vista a melhoria das condições de segurança da circulação rodoviária nos locais em causa? Os critérios de afetação de pessoal não docente aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Ministério da Educação regulam-se pela Portaria número duzentos e setenta e dois - A barra dois mil e dezassete, de treze de setembro, alterada respetivamente pelas Portarias números duzentos e quarenta e cinco - A barra dois mil e vinte, de dezasseis de outubro e setenta e três - A barra dois mil e vinte e um, de trinta de março. Em julho decorre o processo de identificação, da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas do concelho de Braga, das necessidades adicionais de apoio e acompanhamento das crianças com necessidades específicas, na educação pré-escolar, cujo perfil de funcionalidade apresente acentuadas limitações no domínio cognitivo, associadas a limitações no domínio motor, sensorial ou comportamental, necessitando de cuidados de saúde específicos ou de suporte adicional para a participação nos contextos sociais e de aprendizagem onde se inserem. As necessidades são reportadas à DGESTE, a qual apreciará, decidirá e comunicará, já no decorrer do primeiro período, à Câmara Municipal o número de assistentes operacionais a colocar, assim como sobre os respetivos estabelecimentos de ensino. No concelho de Braga e no país, a educação pré-escolar precisa de um outro olhar. Não*

*podemos aceitar que uma criança com necessidades específicas aguarde tanto tempo por decisões importantes para a sua inclusão e bem-estar. Senhora Vereadora da Educação já fez alguma diligência para que a entidade referida (DGESTE) tome decisões, por exemplo, antes do início do ano letivo dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três. Os concelhos da CIM-CAVADO, em particular os de Amares, Braga e Vila Verde, estão a ser sinalizados junto da ASAE devido ao estado de degradação, de abandono e de incumprimento legal de parques infantis, fitness park, circuitos de manutenção, parques de lazer e Infraestruturas desportivas. As denúncias, entretanto, alargadas ao território nacional, foram fundamentadas desde junho de dois mil e dezanove, alicerçadas no Decreto-Lei número duzentos e três barra dois mil e quinze, de dezassete de setembro e no Regulamento (CE) número mil e vinte e cinco barra dois mil e doze, do Parlamento Europeu e do Conselho, de vinte e cinco de outubro de dois mil e doze e visam descredibilizar a classe política (em particular, os autarcas). Um dos concelhos mais visados é o de Braga, liderado pela Coligação de direita Juntos Por Braga e que tem sido fustigado por encerramentos e/ou desmantelamentos repentinos e surpreendentes, para as juntas de freguesia e habitantes de várias freguesias, de parques infantis, fitness park e circuitos de manutenção. As crianças têm direito a brincar em todo o concelho, conhecido como das festas e festinhas, dos prémios constantes e dos gastos em eventos citadinos, urbanos e elitistas. Como Pai de dois filhos, sendo que uma filha tem três anos e sete meses, considero que este processo tem sido mal gerido e revelou claramente falhas na manutenção dos espaços de jogo e de recreio, sua redução progressiva, mas fundamentada e adaptação à legislação produzida. Nesse sentido venho solicitar ao Presidente da Camara Municipal para que faça uma reflexão, retire conclusões e promova uma redefinição de pelouros atribuídos ou um*

*reconhecimento de que o processo não está a ser bem gerido e que haja uma comunicação clara, junto da população, do que realmente está a ser feito e quais os critérios de construção, qualificação ou recuperação”. Depois seguiu-se a sétima intervenção pela **SR<sup>a</sup>. HELENA MARIA PIRES PEREIRA**, para salientar que: “Sou uma das fundadoras do Movimento Pais em Luta, que se organizou com o objetivo de conseguir uma resposta para a frequência de ATL das crianças/jovens com deficiência (Necessidades Específicas), uma vez que a maioria delas não consegue aceder à mesma. Para além de sermos mães e pais, somos trabalhadores e precisamos que os nossos filhos tenham ATL para podermos exercer a nossa atividade profissional. Temos estado em contacto com a câmara desde fevereiro, mas só obtivemos resposta em junho, já muito próximo da interrupção escolar de Verão. Estivemos presentes nas últimas reuniões do executivo da câmara, onde pudemos expor as nossas dificuldades, constrangimentos e necessidades, tendo sido encontrada uma solução temporária para resolver esta situação. A resolução passou pela identificação de algumas IPSS que teriam ainda vagas para acolher estas crianças/jovens. Foi a resposta possível no imediato, mas as vagas para os mais velhos, nomeadamente a partir dos doze anos, foram manifestamente insuficientes. Contudo, esta não poderá ser uma solução de futuro, dada a dificuldade em alocar Recursos Humanos capacitados e com formação para lidar com as especificidades de cada criança/jovem. Esta é apenas uma das nossas preocupações, mas temos outras, como por exemplo, a partir do quinto ano, do segundo ciclo, as crianças têm no seu horário letivo três ou quatro tardes/manhãs livres e necessitam de apoio nesses períodos. Neste momento, estas crianças terão que ir para casa, vendo-se os pais obrigados a deixar de trabalhar para os acompanhar. Estamos disponíveis para continuar a colaborar com o município e com todas as famílias que se*

encontram na mesma situação que nós, mas apelamos a todos os presentes que nos ajudem a encontrar soluções. Apelo aqui à sensibilidade de todos. Pensem que hoje, somos nós, amanhã poderá ser cada um de vós. Termino a minha intervenção apenas deixando claro que continuaremos nesta luta até que os nossos filhos tenham os mesmos direitos, a mesma igualdade de oportunidades, tal e qual as outras crianças neurotípicas o têm. A inclusão encontra-se legislada há muitos anos. O último Decreto é o número cinquenta e quatro, de seis de julho de dois mil e dezoito. Contudo, esta legislação terá que passar com alguma urgência da teoria à prática. Estamos aqui a pedir aquilo que não deveríamos pedir. Peço desculpa pelo desabafo. Os nossos filhos têm direitos adquiridos. São criança do nosso país. São crianças de Portugal. São crianças do concelho de Braga. São centenas de crianças com essas necessidades”. A oitava e última intervenção foi proferida pelo **SR. PEDRO PINHEIRO AUGUSTO**, que disse: “Sou Engenheiro Civil de formação e de profissão. O que me traz cá hoje são graves preocupações ao nível da falta de segurança pública no concelho, dado o quadro de situações que temos vindo a assistir e que exige urgente e firme atuação deste órgão: Em dois mil e catorze, três estudantes morreram na sequência da queda de um muro que já tinha sido sinalizado como perigoso mas sem merecer medidas por parte do município. Nos incêndios de dois mil e dezassete, o Plano Municipal de Emergência não previa medidas específicas para algo que era de todo previsível, nem foi observado nas suas disposições pertinentes, nomeadamente na estabilização dos taludes desprotegidos, tendo ocorrido diversos deslizamentos. Hoje, vemos no terreno as mesmas condições anteriores a dois mil e dezassete sem que tenha sido tomada qualquer medida. Em dois mil e dezoito, alertei para a falta de segurança do Túnel da Avenida da Liberdade, sobre o qual não recai qualquer exigência legal. O município, através

*do então vereador da Proteção Civil, Firmino Marques (a quem agradeço a resposta), prometeu intervir. Aguardamos ainda a concretização das obras prometidas, sem que exista um Plano de Segurança, documento basilar para o funcionamento do túnel dado identificar as deficiências, determinar medidas compensatórias e calendarizar as intervenções necessárias. O segundo maior túnel urbano nacional continua a funcionar sem segurança. Desde dois mil e dezanove, na sequência de minha denúncia à Inspeção Geral das Finanças por incumprimento da Lei das Acessibilidades das passagens desniveladas para peões, o município tudo tem dito para não ser obrigado a cumprir a lei e colocar passadeiras, que constituiriam medidas de acalmia da velocidade excessiva do trânsito, do conhecimento do município. Em consequência da falta de quaisquer medidas, os acidentes e atropelamentos sucedem-se. Recentemente, dado os indícios visíveis, alertei o município para a falta de segurança das passagens aéreas para peões, sem qualquer resposta. Em dois mil e vinte e um, alertei para a falta de segurança da vetusta Ponte dos Galos. Só depois da intervenção em reunião da câmara do Vereador Artur Feio, também ele engenheiro civil, o Município procedeu a uma vistoria e imediatamente encerrou a ponte aos automóveis, confirmando a razão de ser da minha preocupação, que não mereceu resposta. Ainda em dois mil e vinte e um, a Câmara Municipal foi condenada a indemnizar a família de um homem que morreu em dois mil e quinze, na sequência da queda de uma árvore. Para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga não ficou provado que haja "um plano devidamente organizado de fiscalização e vigilância" das árvores, o que foi agora corroborado pelo Tribunal Central Administrativo do Norte. Apesar do teor das sentenças, ainda hoje soubemos que o Presidente da Câmara recusa responsabilidades concretas e, portanto, não reconhece a necessidade de medidas adicionais para impedir ou pelo menos*

*reduzir a recorrência de situações similares. Cada vez mais frequentemente, Braga tem sido palco de inundações que causam grandes prejuízos. Apesar das chuvadas em causa não alcançarem as intensidades que são previstas no dimensionamento de redes públicas de drenagem de águas pluviais, facto que dei a conhecer à Câmara, os responsáveis municipais não reconhecem a necessidade de vistoriar e intervir na rede pluvial de modo a explicar e resolver a sua incapacidade para desempenhar o seu papel essencial para o normal funcionamento da sociedade. Não mereci resposta. Agora, a Câmara Municipal de Braga insiste em prosseguir com a obra de ampliação do Pavilhão das Goladas, apesar de eu ter elaborado e comunicado (sem resposta) um relatório que identifica, sem margem para dúvida, que o projeto de segurança contra incêndio está subclassificado em termos de categoria de risco. Portanto, é de risco elevado e carece das devidas medidas de segurança. Também determinei que o local não tem acessos regulamentares quer para o seu socorro, quer para o socorro dos edifícios circundantes, com destaque para os três edifícios de risco elevado já existentes, que são a Escola Calouste Gulbenkian e duas torres de apartamentos com grande altura. Estas não têm vias verticais de evacuação protegidas e, em caso de incêndio, os ocupantes poderão ficar encurralados e aguardar por meios de socorro, incluindo enormes autoescadas com alcance adequado que Braga não possui e que terão dificuldade no acesso ao local, o que será ainda mais agravado pelo aumento da afluência ao Pavilhão que é expectável dado a ampliação. Em vez de responder à possibilidade real da ocorrência de uma horrível tragédia e de tomar medidas para colmatar as deficiências no socorro, o município quer impor a sua vontade em detrimento da segurança das pessoas. Portanto, apelo à Assembleia Municipal, que também tem a responsabilidade de proteger o interesse público, que impeça imediatamente o*

*prosseguimento desta obra insensata e que leve o Executivo a tomar as medidas que sejam necessárias para dar cumprimento ao dever municipal de zelar pela segurança pública”. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Louvor**, pela **Sr<sup>a</sup>. Deputada do C.D.S.-P.P., MARIA ALEXANDRA PALMEIRA E ÁLVARES PEREIRA DE LIMA ANTUNES LOPES**, que salientava: “O Grupo Municipal do CDS-PP de Braga, apresenta um Voto de Louvor pela recente nomeação da Doutora Madalena Alves, para Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, nomeação que muito prestigia esta cidade, a Universidade do Minho e as mulheres em particular. Parafraseando Marie Curie, "O caminho do progresso não é rápido nem é fácil", mas esta investigadora e cientista tem feito um percurso notável sendo considerada uma das masterminds da atualidade científica em Portugal. Maria Madalena dos Santos Alves nasceu em Viana do Castelo em mil novecentos e sessenta e quatro. É docente e investigadora na Escola de Engenharia da Universidade do Minho. Foi empossada no dia um de julho como a nova Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), principal entidade que promove e financia a investigação científica em Portugal. Em mil novecentos e oitenta e sete licenciou-se em Engenharia Química, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Em mil novecentos e noventa e dois, obteve o grau de Mestre em Engenharia Bioquímica pelo Instituto Superior Técnico e, em mil novecentos e noventa e oito, fez o seu Doutoramento em Engenharia Química e Biológica na Universidade do Minho, onde ingressou em mil novecentos e oitenta e oito. É professora catedrática desde dois mil e treze, tendo desempenhado vários cargos de gestão e coordenação académica e científica, incluindo direções de curso, participações no Conselho de Escola e no Conselho Científico da Escola de Engenharia, sendo desde janeiro dois mil e*

vinte, diretora do Centro de Engenharia Biológica da Universidade do Minho, uma unidade de investigação com mais de quatrocentos investigadores. A nova presidente da FCT, tem focado a sua investigação na área do ambiente, com projetos ligados à avaliação de plásticos e microplásticos no mar, e na redução da pegada ecológica. Pela sua investigação na área da biotecnologia ambiental, foi galardoada com vários prémios, quer a nível nacional quer internacional, tendo integrado painéis de avaliação de várias organizações internacionais. Para além disso, foi representante do Estado português no Conselho do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL) e, em dois mil e nove, foi distinguida com um doutoramento honoris causa, atribuído pela Universidade Técnica de IASI, na Roménia. Destaca-se ainda a atribuição, em dois mil e dezasseis, da medalha de cidadã de mérito, pela Câmara Municipal de Viana do Castelo de onde é natural. A sua excelência profissional, que culminou com a recente nomeação para presidir à FCT, e o prestígio que essa nomeação trouxe para a cidade de Braga e mais concretamente para a Universidade do Minho, são razões que levam o Grupo Municipal do CDS-PP, a propor que esta Assembleia Municipal, reunida em oito de julho de dois mil e vinte e dois, aprove um Voto de Louvor, a esta professora e investigadora de enorme notoriedade, dando-lhe nota desta aprovação em plenário”. O Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO DIOGO FERNANDES FERREIRA** tomou do uso da palavra para informar que o **Voto de Louvor** que iriam apresentar ia no mesmo sentido do que antes foi apresentado, ao qual se associavam, pelo que solicitava fosse votado em conjunto. Solicitava ainda que, para além daquela homenagem, fosse recomendado à Câmara Municipal de Braga a atribuição da Medalha de Mérito Municipal à nova presidente da FCT e também que se desse a conhecer aquele voto de louvor apresentado pelo seu grupo municipal à própria, nos termos que indicaram à

Mesa”. Posto à votação o voto de louvor apresentado pelo C.D.S.-P.P., foi o mesmo **aprovado por unanimidade** e o voto de louvor apresentado pelo P.S.D., **aprovado com duas abstenções do B.E.**. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, apresentou uma **Declaração de Voto** no sentido de informar que a abstenção do Bloco de Esquerda, tinha só uma razão: “Não está em causa o mérito da Senhora Professora, coisíssima nenhuma. Simplesmente se vamos atribuir medalhas de honra na data da nomeação, não é o caso, nem será o caso, mas é um princípio, porque podemos atribuir uma medalha de honra, quando é nomeada e depois retirá-la no fim do mandato. É só porque não faz sentido. Uma coisa é ficarmos contentes pelo facto de uma cidadã ser nomeada para um determinado cargo por mérito. Acho muito bem e o voto de louvor é bem-vindo. Agora, não devemos dar um passo que depois nos possamos arrepender. E volto a insistir, não é o caso desta Senhora Professora, mas é um princípio para casos futuros”. Foi dada a palavra ao Sr. Deputado do P.S.D., **MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA**, para apresentar um **Voto de Louvor** que referia: “Não há grandes cidades, sem grandes homens que a vão construindo ao longo do tempo, sendo a cidade também moldada ao ritmo das suas obras. Há determinadas estirpes de homens e mulheres que integram a vida da sua cidade, que ajudam no seu dinamismo e crescimento, sofrem com as suas vitórias e derrotas, que se sacrificam por ela, mas nunca desistem de lutar pela sua terra. Domingos Macedo Barbosa é, sem dúvida, uma personagem bracarense de grande distinção, uma personalidade conhecida de todos e que, quer como empresário, quer como dirigente associativo, deixa uma obra meritória típica dos homens de alma grande. Um homem com forte intervenção cívica, social e económica, mas também um pensador com pensamento político profundo e muito

*bem estruturado, sempre preocupado com a sua comunidade e que fez da sua e nossa Associação Comercial de Braga, a sua obra de excelência, à vista de todos. Domingos Macedo Barbosa realizou um notável trabalho de recuperação económica, de dinamismo e credibilização da agora Associação Empresarial de Braga, tendo-a recuperado como uma das mais reputadas instituições de Braga, da qual a economia de Braga muito aproveitou. Com toda a certeza que o tempo que passou ao serviço da Marinha de Guerra lhe moldou a personalidade tenaz, trabalhadora, determinada e com capacidade para enfrentar muitas batalhas e desafios, como se notou ao longo dos anos de dois mil e oito a dois mil e vinte e um, durante os quais dirigiu, com muito sucesso, a agora Associação Empresarial de Braga, uma das mais antigas de Portugal, a um passo de fazer cento e sessenta anos de vida. Bem esteve o atual executivo municipal em agraciar com toda a justeza o Dr. Domingos Macedo Barbosa com a medalha de Mérito Municipal, na seu grau mais elevado, o Grau de Ouro, tendo sido também devido ao seu trabalho, extensível a toda a sua equipe e associados, que Domingos Barbosa recebeu do Senhor Presidente da República, as insígnias atribuídas à Associação Comercial de Braga como Membro Honorário da Ordem de Mérito Comercial. Domingos Barbosa, no seu discurso, não de despedida, porque um homem empreendedor como ele nunca se despede de nada, mas no qual se pronunciava sobre o fim do seu trabalho como Presidente da Associação, revela bem uma das suas características de personalidade moderna, atual, que acompanha sempre o presente, com a grande sabedoria do passado. Dizia na ocasião Domingos Barbosa: “ Se a vantagem da experiência, do conhecimento, da credibilidade social e empresarial é útil e importante, também não é menos verdade que o mundo de hoje, no seu constante e acelerado devir, coloca-nos perante um novo horizonte onde se vislumbram grandes mudanças na economia*

*circular, a eficiência energética, a transição digital, e eu diria a transição mental e cognitiva”. Assim sendo, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Braga, órgão municipal da terra de Domingos Barbosa, propõe o Voto de Louvor a este ilustre bracarense, pelo seu trabalho em prol da sua terra e das suas gentes”. Posto á votação, foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. Foi depois presente um **Voto de Saudação**, pela Sr.<sup>a</sup>. **Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO**, subordinado ao tema “À décima Marcha LGBTQIAP mais de Braga e ao Dia Internacional contra a homofobia, transfobia e bifobia”, do seguinte teor: “No próximo domingo, dia dez de julho, sai à rua a décima Marcha Braga LGBTQIAP mais de Braga, para "lembrar que nenhum direito está garantido, e muito ainda está por conquistar na igualdade de direitos das pessoas LGBTQIAP mais", refere a organização desta iniciativa. No dia dezassete de maio comemorou-se o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, data que assinala o dia em que a homossexualidade foi retirada da Classificação de Doenças da Organização Mundial de Saúde. Saudamos as conquistas das pessoas LGBTQIAP mais em Portugal, como seja no acesso ao casamento, à adoção, à autodeterminação de género, à não discriminação na dádiva de sangue ou à proteção das características sexuais de cada pessoa. Saudamos quem tanto lutou para que tenhamos uma sociedade mais inclusiva para todas as pessoas. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, ao abrigo do disposto no artigo vigésimo quinto, número dois, alínea k), do Anexo um, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, delibera: Saudar a décima Marcha LGBTQIAP mais de Braga; Saudar o Dia Internacional Contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia; Saudar as associações,*

coletivos, movimentos e ativistas que lutam por uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas”. Posto à votação, foi o referido voto de saudação **aprovado com dois votos contra e com doze abstenções**. O **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que: “O Grupo Municipal do Chega votou contra esta proposta, porque entendemos que já chega de criar um mito urbano onde ele não existe. Portanto, há diferenças? Há. Toda a gente lida bem com essas diferenças. Agora, fazer bandeira dessas diferenças é que nós não concordamos. E o que nós defendemos, sim, é como dois cidadãos vieram a esta Assembleia trazer casos concretos de crianças, de filhos, e muitos de nós somos pais, é a esses que devemos dar os votos de louvor, as saudações, porque são esses pais que têm crianças com problemas, que lutam por elas, que merecem ser saudados, merecem ser agraciados e recompensados. Agora, com as diferenças que a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda veio aqui propor, toda a gente vive bem. Agora, não me peçam para ir para o meio da rua aplaudir uma manifestação de pessoas que escolheram esta opção de vida, ao contrário daquelas crianças que nasceram assim e não escolheram nascer assim, não pediram para nascer assim, e é para esses que temos que dar a devida atenção”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., AMÉRICO DOS SANTOS AFONSO**, para apresentar um **Voto de Pesar**, que dizia: “Na presente reunião da Assembleia Municipal de Braga, ocorrida hoje, dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, o Grupo do PSD, propõe a aprovação do seguinte Voto de Pesar pela morte do Dr. Domingos Jardim da Pena, ilustre médico ginecologista/obstetra de Braga. No dia nove de junho a população de Braga perdeu um dos seus mais conceituados médicos, ginecologista/obstetra, que exerceu funções com enorme competência e dedicação nesta cidade. O Dr. Jardim, como carinhosamente todos o conheciam, foi Diretor

*do Serviço de Ginecologia/Obstetrícia do Hospital de Braga no período entre mil novecentos e oitenta e dois e dois mil e quinze, e Responsável pela Casa de Saúde de São Lázaro. Caracterizava-se por uma natural simplicidade, espontaneidade, disponibilidade e dedicação total à profissão, que adorava, e que lhe granjearam o enorme respeito dos colegas e a grande confiança da população. É reconhecido pelos seus pares, o contributo para o progresso e prestígio da especialidade que abraçou, tendo desempenhado relevantes cargos na direção do Colégio de Especialidade de Ginecologia e Obstetrícia da Ordem dos Médicos e na direção da Sociedade Portuguesa de Ginecologia. Além da competência profissional, a sua vertente humanista e gosto por ajudar, evidenciaram-se ao longo da sua vida pela disponibilidade para apoiar e colaborar com todos os colegas e responder às necessidades de todo o doente que o procurasse. Pelo exposto, o Grupo do Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal, delibere: Aprovar um voto de pesar pela morte do Dr. Domingos Jardim da Pena; Respeitar um minuto de silêncio; Manifestar as sentidas condolências, à família, na pessoa da sua esposa e filhas, comunicando-lhes o teor deste Voto de Pesar”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade seguido de um minuto de silêncio**. Depois foi a vez do Sr. Deputado do P.S.D., **MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA** apresentar outro Voto de Pesar, salientando que: “Germano Cerqueira, foi muito mais do que um médico e um cirurgião reputado. Foi também um homem preocupado com o seu tempo, com o seu país e com todos os que o rodeavam. Intelectual brilhante, pensador profundo, analista social, homem de cultura, humanista, um homem com elevado sentido social, ligado a uma personalidade forte, determinante, a que ninguém ficava indiferente. Defendia com vigor as suas posições, tendo, como se sabia quem o conhecia bem, um profundo respeito pelo seu semelhante. Era um homem*

*incorrupível e livre. Muito cedo se preocupou com a política, como o mais nobre meio de intervenção na sociedade, não tendo hesitado, ainda muito novo, em apoiar a candidatura do General Humberto Delgado face a uma ditadura miserável que atrasava Portugal. Conheceu também de perto o sistema coletivista, a ditadura do proletariado, a falta de liberdade, patente quer em ditaduras de direita, quer em ditaduras de esquerda, no que a mesma significa de opressão para o ser humano, o que implicou mais tarde a lutar sempre pela liberdade e pela democracia e por um sistema pluralista e democrático para Portugal, com uma sociedade livre. Em mil novecentos e setenta e quatro, foi trabalhar para o Hospital de Braga, onde foi Chefe de Serviço, Diretor do Serviço de Cirurgia e, em mil novecentos e oitenta e dois, Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Braga, tendo exercido esse lugar durante catorze anos. Além de ter humanizado os serviços do Hospital, teve um trabalho incansável pelo desenvolvimento e investimento em vários serviços médicos, tendo sido por sua grande responsabilidade, determinação e empenho, a passagem do Hospital de Braga, a Hospital Central, conseguido quando era o seu máximo dirigente. Foi também Diretor do Hospital da Misericórdia de Vila Verde, com consultórios em Braga e Arcos de Valdevez e em clínicas de saúde. Foi autarca onde exerceu os cargos de Presidente da Assembleia Municipal dos Arcos de Valdevez e candidato à Câmara Municipal de Braga, onde exerceu o lugar de vereador, cidade que escolheu para viver. A Assembleia Municipal de Braga de oito de julho de dois mil e vinte e dois, lamenta profundamente a morte do Dr. Germano Cerqueira, expressa neste Voto de Pesar, efetua um minuto de silêncio em honra à sua memória e envia à sua esposa, filhas, neto e neta as mais profundas condolências”. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** usou da palavra para referir que não queriam votar contra*

*nem se abster, por ser uma práxis, quando se lamentava a morte de alguém, votavam favoravelmente. Mas falar de questões políticas num voto de pesar, não lhe parecia que fosse saudável. “Percebi, se houvi bem, que o Senhor Deputado diz que ele conheceu a ditadura do proletariado. Não sei onde é que foi. Não faço ideia, mas em Portugal? Era uma experiência que eu gostava de ter, nunca tive medo, mas ficava a saber como era. Se ficar com essa referência, o Bloco Esquerda vai abster-se. O Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA disse que a referência que se fez no voto de pesar, relativamente a Germano Cerqueira, foi que conheceu de perto os problemas de uma economia coletivista e a expressão do que era, designadamente a ditadura do proletariado, uma maneira de chegar a um determinado tipo de ideologia, quando sabiam quem era. Apenas referiu isso, que foi uma passagem da sua vida. E, portanto, não era nenhuma consideração política. Era um facto. Não era mais do que isso. Ditadura do proletariado foi algo que existiu. Não se importava de retirar essa expressão. Dado o pedido do Senhor Deputado João Nogueira, tinha todo o gosto em retirar essa expressão, estavam lá as outras e, portanto, não diminuía o alcance do voto pesar. Retirou-se, então, a expressão “ditadura do proletariado”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Passou-se depois à apresentação de uma **Recomendação** à Câmara Municipal de Braga para que elabore um regulamento do controlo de velocípedes na zona “pedonalizada” de Braga, pela Sr<sup>a</sup>. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO, quer referia: “As preocupações ecológicas e ambientais bem como a premente necessidade pela melhoria da qualidade de vida das populações tem levado a pensar as cidades privilegiando os transportes coletivos e a mobilidade suave. Neste sentido, a circulação em bicicletas revela-se particularmente*

relevante. Várias ruas do centro histórico da cidade de Braga encontram-se fechadas à circulação automóvel, sendo esta zona normalmente designada como zona pedonal. Na verdade, esta não é uma zona exclusiva para peões; aqui circulam veículos automóveis, estando esta utilização prevista no regulamento do controlo de acesso ao automóvel à área pedonal da cidade de Braga. Entre outras considerações, este regulamento estabelece que na zona pedonal podem circular veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias até três mil e quinhentos quilos e fixa, entre outras condições, o limite máximo de velocidade em dez quilómetros por hora. Com a chegada da primavera, as pessoas procuram mais as atividades ao ar livre incluindo a deslocação em bicicleta; Este ano, surgiu algum alarme social com a circulação de informação de que era proibido circular de bicicleta nas zonas pedonais e de que as polícias identificariam os infratores podendo mesmo aplicar multas. Alarme que a Câmara justificou invocando um parecer da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária que justificaria tal proibição com a "Lei, nomeadamente o Código da Estrada". Em vinte e dois de junho o BE, por intermédio da Senhora Presidente desta Assembleia Municipal, requereu à Câmara Municipal o referido Parecer da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária sobre a circulação de bicicletas na zona pedonalizada da cidade de Braga e perguntou se estava em elaboração um regulamento sobre a circulação de bicicletas nas zonas pedonais. Respondeu a Senhora Vereadora do Pelouro, sem remeter o parecer requerido, mas informado da posição da Câmara sobre o assunto: "não se encontra em elaboração nenhum regulamento específico para circulação de velocípedes na área pedonal do centro histórico. O Município rege-se pela lei (Código da estrada) e pelo Código regulamentar (que rege os acessos para cargas e descargas, e a residentes)." O Código da Estrada não prevê a existência de zonas pedonais. Uma vez que circulam carros na zona pedonal, esta

*deverá ser considerada uma zona de coexistência, ou seja, uma via "especialmente concebida para utilização partilhada por peões e veículos onde vigoram regras especiais de trânsito e sinalizada como tal". A zona pedonalizada da cidade não pode ser equiparada a um passeio. O executivo tem aludido a um documento da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária que, como sabemos, não tem poder vinculativo nem sequer interdita a circulação de bicicletas no centro histórico. O Bloco de Esquerda considera essencial trabalhar para construir soluções e respostas, em detrimento de obstáculos e proibições que vão totalmente a contraciclo do bom senso. Sempre circularam bicicletas no centro histórico da cidade. Aqui moram pessoas, existem serviços, escolas e infraestruturas às quais deve ser possível aceder de bicicleta, como sempre foi. Não faz qualquer sentido dizer que em vez de circular de bicicleta na Avenida Central - e encontrar a melhor solução para o implementar - se deve optar por circular no túnel da avenida. Se é necessário regulamentar, muito bem: haja coragem para fazer esse regulamento, colocá-lo em consulta pública, trazê-lo à assembleia municipal. Estamos disponíveis para colaborar em todas as soluções sensatas; a proibição de circulação de bicicletas não só não tem respaldo legal, como é totalmente desfasada da realidade da cidade, de quem cá mora e vive. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, recomenda ao executivo Municipal que elabore um regulamento, ou atualize o vigente, por forma a evitar equívocos definindo as formas de acesso às zonas pedonais, incluindo de velocípedes e prevendo o necessário controlo". Colocada à discussão, usou da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que: "Queremos deixar aqui bem vincado, que esta polémica que tem surgido ao longo das últimas semanas, sobretudo no espaço público, tem que ser tida e achada nos devidos termos e não entendemos*

que a posição atual do Bloco de Esquerda possa ser acompanhada, quer pelas opções que a Câmara Municipal já demonstrou ter para o futuro em matéria de zonas e vias cicláveis, ainda ontem tivemos uma reunião muito interessante sobre isso em matéria de PDM, sobre o papel que o próprio PDM pode ter nessas matérias, mas, sobretudo, entendemos que não podemos inventar situações legais que não existem e não podemos facilmente e apenas para apaziguar alguns ânimos que pululam pela cidade, inventar situações, de facto, que não cumpram com a lei. Percebemos o apelo que o que o Bloco de Esquerda faz para a criação de um regulamento. Tenho a certeza e temos a certeza no Grupo Parlamentar do PSD que isso será feito em devido tempo, quando se estabilizarem as soluções de mobilidade, sobretudo no centro da cidade, porque como já disse noutros fóruns e aqui repito, ninguém quer soluções como aquelas que aconteceram em Lisboa, em que, de repente, uma solução de um executivo se demonstra pouco cuidada, é preciso revertê-la, é preciso voltar atrás e ganha-se mais com a polémica do que propriamente com a intenção de criar as tais zonas de mobilidade e zonas que promovam esses hábitos mais saudáveis e mais sustentáveis. E, portanto, quando olhamos para aquilo que diz o Código da Estrada em matéria de zonas de coexistência, é impossível considerar que a zona do centro histórico possa ser considerada como tal. Não quero estar aqui a citar artigos, mas o Código da Estrada é claríssimo. E, apesar de não querer citar artigos, quero citar pelo menos o número dois, que já tive oportunidade de citar noutro fórum, que diz o número dois, o artigo setenta e oito A, relativo às zonas com existência do Código da Estrada, que nos diz o seguinte: “na regulamentação e, portanto, têm de ser regulamentadas, das zonas de coexistência devem observar-se as regras fundamentais de desenho urbano da via pública a aplicar nas referidas zonas, tendo por base os princípios do desenho inclusivo, considerando as necessidades

*dos utilizadores vulneráveis, inclusive com a definição de uma plataforma única onde não existam separações físicas de nível entre os espaços destinados aos diferentes modos de deslocação”. Ora, só este número dois é um autêntico tratado de mobilidade e, portanto, não se avança de forma leviana para a criação de zonas de coexistência apenas porque elas nos parecem bem ou porque, de facto, muita gente utiliza o centro da cidade com a sua bicicleta, às vezes, obviamente, ignorando que podem estar a prevaricar e agir contrariamente à lei. E nós próprios, nem o município, nem ninguém advoga uma posição de mera proibição ou de caça à multa, nestes casos, tendo havido uma ação pedagógica, tanto quanto se sabe junto dos ciclistas, porque também é sabido que o aumento dos riscos tem acontecido de forma muito intensa em termos de acidentes, quer com bicicletas, quer também com trotinetes e, sobretudo, as trotinetes motorizadas, felizmente, pelo menos aquelas que estão licenciadas, relativamente às empresas, têm sido bloqueadas do ponto de vista da sua localização GPS, para não poderem justamente circular nessa parte do centro histórico. Portanto, em matéria de zonas de coexistência, sim, tê-las-emos quando elas forem, do ponto de vista da política de mobilidade do município, estudadas devidamente e criadas num contexto global da cidade, para que não haja retrocessos e para que elas sejam implementadas de forma responsável. Não deixamos de ouvir os apelos públicos, mas não podemos ser condicionados por eles e pelo imediatismo de algumas associações que querem, da noite para o dia, criar realidades que, legal e factualmente, não podem ser assim implementadas”. Apalavra foi dada ao Sr. **Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** para, a propósito, salientar que: “Relativamente a este ponto que estamos aqui a falar das questões da mobilidade ciclável no centro da cidade, pegava aqui um bocadinho, nas palavras do Sr. Deputado João Marques, também para lhe*

responder que não existe também na lei algo que diga exatamente o contrário no Código da Estrada. E, portanto, parece-me até um bocado estranho, para não usar palavras mais complexas, que neste momento em que todas as cidades europeias se dirigem numa direção que é de tornar a mobilidade cada vez mais sustentável, o Município de Braga, depois de ter andado a gastar duzentos mil euros a pintar linhas vermelhas, venha depois dizer aos munícipes que não podem usar uma zona da cidade para se deslocarem. Está completamente desfasada da realidade. Isto no meu entender, não faz sentido e obviamente vamos votar a favor da proposta do Bloco”. O Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** usou novamente da palavra para dizer: “Esta constatação, não pode ser feita, não é pelo Código da Estrada não dizer que é proibido, que agora vamos admitir que é permitido. Também não posso pôr, basicamente, uma zona de coexistência numa casa só porque me apetece e a casa fica no meu caminho, e atravesso-a todos os dias, nem que seja propriedade privada. Portanto, é nisso que temos que nos concentrar. Julgo que quando falamos para as pessoas, temos que ser responsáveis e não criar aqui expectativas que vão justamente contra a lei. Temos a primeira prioridade de não criar ilusões e falsas expectativas nas pessoas. Ninguém está contra zonas de coexistência devidamente regulamentadas, mas elas têm que ser isso, regulamentadas e para serem regulamentadas, devem ser planeadas devidamente, planeando devidamente, depois, pode-se avançar para a regulamentação. A regulamentação é o passo seguinte ao pensar, à estratégia e ao planeamento. Não se regula uma realidade, que ainda nem se sabe como é que vai ser. Julgo que isto é óbvio. E, portanto, da nossa parte, parece-nos óbvio que não se pode começar pelo telhado, vamos começar pelos alicerces”. Posta à votação, foi a referida recomendação **rejeitada com trinta e oito votos contra, com quatro abstenções e com vinte e seis votos a favor. O Sr. Deputado**

*da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO, apresentou uma Declaração de Voto, que dizia: “Nos últimos anos, Braga tem dado pequeníssimos passos no sentido de se transformar numa verdadeira cidade do Século vinte e um: Estou a falar naturalmente da mobilidade ciclável. Na verdade, a construção da rede ciclável tem ocorrido de forma muito lenta, desde que se anunciou a transição para um novo paradigma: a rede ciclável ia chegar a toda a cidade e ia ter eixos estruturantes e permitir ligações intuitivas, diretas e fáceis. Volvidos quase nove anos, estamos muito longe desta realidade. A Iniciativa Liberal defende que a micro mobilidade deve ser promovida ativamente porque é benéfica para a cidade. Se em Braga tem havido muita discussão em torno desta matéria, isso deve-se em boa parte à incapacidade do próprio Município de ter uma mensagem e uma estratégia claras. É fundamental que o poder político assumira a vontade de querer fazer essa transição, envolvendo a população e executando com firmeza o plano. É isto que não assistimos na nossa cidade. Primeiro de tudo está a infraestrutura, mas apenas a infraestrutura não vai alterar significativamente a divisão modal na mobilidade urbano. Para ter impacto sério e duradouro, existem estratégias abrangentes, já testadas em muitos outros locais e para as quais existem até catálogos bastante completos que podem ser ajustados à medida de qualquer cidade que tenho como objetivo fazer essa transição. Relembramos que: Uma bicicleta é menos um carro com todas as externalidades subjacentes: estacionamento necessário, poluição, degradação da infraestrutura, preço do veículo e combustível, etc; A maior parte das viagens no centro de braga são de curta distância (menos que cinco quilómetros); Braga tem aproximadamente duzentos e quinze dias (sessenta por cento do ano) sem chuva por ano; A maior parte dos carros não conseguem chegar ao centro da cidade enquanto que as bicicletas param mesmo à porta do comércio local; Braga é*

plana desde a Universidade/Meliá até à Bosch, Maximinos e Parque da Ponte; Custa mais dinheiro manter a infraestrutura para carros do que para bicicletas/trotinetas; Ao incentivar a deslocação de bicicleta está a reduzir-se o trânsito automóvel e conseqüentemente a melhorá-lo para quem realmente precisa do carro para se deslocar. Feito este enquadramento e apresentando este conjunto de argumentos em prol da mobilidade ciclável, vamos ao teor da recomendação. Defendemos por isso a mobilidade ciclável na zona pedonal do centro da cidade de Braga. Se se entender que a Rua do Souto não reúne essas condições, que se implemente noutras artérias da zona pedonal. Sabemos que a tendência dos países em que já se alterou o paradigma da mobilidade é tornar o centro pedonal/histórico compatível com modos de deslocação suave: Pontevedra, Barcelona, Paris, Nice, Bruxelas, Londres, Amesterdão, Roma, Oslo, Copenhaga, Estocolmo, etc ... Devemos permitir a circulação de bicicletas na zona pedonal: Porque a realidade é que na zona pedonal existem poucos utilizadores de bicicleta; Porque as bicicletas circulam a velocidade reduzida; Porque não apresentam um risco para os restantes utilizadores das vias; Porque não existem números minimamente significativos de acidentes entre utilizadores de bicicletas. Uma posição contrária leva a um caminho que não é desejável por ninguém: o desincentivo do uso da bicicleta. Portanto, encontrar equilíbrios é importante, devemos encetar realmente uma trajetória sobre a mobilidade e fomentar ações de sensibilização e educação rodoviária, porque Mobilidade também é Liberdade! Assim, a IL vai votar favoravelmente a recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda”. A Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO interveio para apresentar outra **Declaração de Voto** em que que destacava que: “Logicamente acompanhamos esta proposta do Bloco de Esquerda. Portanto, estamos preocupados com a segurança rodoviária e com a segurança da

*circulação de peões e bicicletas. O ideal é fazer um regulamento. Pensar em fazer um regulamento. Pode ser esse o termo, pensar em fazer um regulamento, mas o regulamento seria aqui a única maneira de termos uma solução para estes problemas”. Depois usou da palavra o Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO, para noutra Declaração de Voto dizer que: “Relativamente a esta recomendação, à imagem do Bloco de Esquerda, a Senhora vive num mundo imaginário, em que as pessoas se sentam na beirinha da estrada, com a lareira acesa e tudo gira em volta disso. A sociedade é muito mais do que isso. Falou nos carros de transporte de mercadorias até três mil e quinhentos quilos. Eu vou-lhe dizer assim, não sei se a senhora é mãe ou não, mas se fosse ia compreender que quem leva o leite, os manuais e tudo mais para as escolas que ficam nos centros históricos, têm que os transportar. Ou vai a Senhora Deputada carregar aquilo às costas para servir aquelas crianças? Isso é o primeiro ponto. Segundo ponto, a autarquia tem falhas no que diz respeito a esta matéria. Tem muitas pinturas gastas, tem muito dinheiro investido, mas há uma coisa que aqui vocês não podem acusar, é que o centro histórico, com a quantidade de pessoas que circula a pé, têm que ser salvaguardadas as medidas de segurança necessárias para que as pessoas possam caminhar. Agora, as bicicletas e as trotinetes passam, por vezes, a velocidades que não são dignas para aqueles espaços. Os ciclistas deviam estar alertados para questões de segurança, que põem muitas vezes em causa a segurança de idosos e de crianças, quando passam por eles. Não vos importa isso? Com certeza que não, porque os idosos e as crianças, para vocês não têm qualquer interesse, porque não andam com bandeiras coloridas. Isso é uma verdade. É importante percebermos, de uma vez por todas, que não é uma recomendação do Bloco de Esquerda, que tem tanto direito como aos outros, é evidente, que vem dizer nesta casa, que se deve fazer*

*desta forma ou daquela, porque entendem que é assim. Entendam de uma vez por todas que há regras, há uma sociedade e se o Bloco de Esquerda cada vez mais se põe ao lado dessa sociedade, meus caros, então sigam o vosso caminho, mas não venham a esta casa gastar tempo de antena com propostas no mínimo ridículas. Não, mais do que terminar, Senhora Presidente, exijo um pedido de desculpa, porque não maltratei ninguém e estão a dizer que eu não tenho vergonha. Portanto, exijo um pedido de desculpa à Senhora Presidente, enquanto na condução dos seus trabalhos. É importante percebermos uma vez por todas que há idosos, há crianças e a nossa preocupação vai essencialmente nesse sentido, que frequentam e têm legitimidade para frequentar os centros históricos em total segurança. Não deve ser desconhecimento para muitos de vós que as bicicletas podem circular em qualquer via. Em tempos, até já tiveram matrículas. Portanto, se querem esse estatuto, têm esse estatuto por direito próprio. Mas então devem respeitar os centros históricos, as zonas pedonais, onde crianças e idosos, muitas vezes com velocidade diminuída, gostam e podem e têm o direito a frequentar esses espaços”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, para apresentar outra **Recomendação** do seguinte teor: “No próximo dia dez de julho, a associação Braga Fora do Armário, em conjunto com a sociedade civil, organiza a décima Marcha pelos Direitos LGBTQIAP mais de Braga. Num momento em que os Direitos Humanos conquistados nas últimas décadas estão cada vez mais em risco e face aos retrocessos civilizacionais ao nível internacional, é da maior importância reafirmar conquistas e garantir que não é dado nem um passo atrás. Apesar desta constituir já a décima Marcha no concelho de Braga, tal sinal de progresso ainda não ocorreu e a discriminação cultural da comunidade ainda é uma realidade. A atividade da autarquia para a promoção da liberdade de amar e para a proteção*

da comunidade, principalmente dos mais jovens, ainda é insuficiente. Devendo ser o concelho de Braga o farol do distrito, que este ano contou com marchas em seis concelhos diferentes, e num sinal claro de realização de medidas de apoio à comunidade, e de demonstração do suporte à erradicação de todas as formas de discriminação e garantia maior dos direitos humanos vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Braga delibere, na sua Sessão Ordinária de julho, recomendar ao executivo da Câmara Municipal de Braga que faça hastear a bandeira LGBTQIAP mais no edifício da Câmara Municipal, durante o dia de Domingo, dia dez de julho, em solidariedade e apoio à marcha”. A este propósito interveio o **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para destacar que: “Naturalmente o Chega vai novamente votar contra e vou explicar de uma forma pausada, que pode ser que me entendam assim. Quem promove diferenças são os Senhores, porque não ouviram ninguém manifestar-se contra. Vocês é que promovem. Se eu chegar agora aqui e disser: vamos promover uma marcha para defesa dos nossos direitos dos heterossexuais. Certamente muita gente se vai associar a nós. Mas é um contrassenso. Isto é um direito adquirido. Vocês têm os votos adquiridos. Ninguém está a pôr isso em causa. Agora, chega de brincarem com a vossa diferença. Vamos ser sensatos e trazer a esta casa propostas de valor. Os bracarenses merecem muito mais do que isto. Vamos ser sérios de uma vez por todas. Qualquer diferença, qualquer desigualdade é aceite. Neste caso, isso é uma opção, que também é aceite. Agora, não vamos fazer das opções individuais uma bandeira, muito menos na nossa cidade, porque se não vamos mandar fazer uma bandeira heterossexual e vamos pedir à Senhora Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara que nos permitam erguer uma bandeira heterossexual”. Posta à votação, foi a referida recomendação **rejeitada**

*com trinta e dois votos contra, com dez abstenções e com vinte e três votos a favor. O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO* apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que: “Só vim aqui explicar porque na votação anterior sobre a temática um pouco semelhante, votei favoravelmente e agora me abstive. A outra recomendação tinha a ver com a saudação da marcha, a luta contra a transfobia e as coletividades que lutaram por esses direitos. Aqui, a recomendação do Sr. Deputado do PAN vai um pouco mais longe do que isso. A Iniciativa Liberal defende a liberdade individual, isso é do foro íntimo de cada um. Pretendemos é que as pessoas sejam felizes. O que não pretendemos, nem queremos é que as mesmas tenham rótulos, caixinhas. Portanto, por esse motivo, nos abstivemos nesta recomendação”. Depois usou da palavra o Sr. Deputado do P.P.M., **PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para noutra **Declaração de Voto** dizer que: “O Partido Popular Monárquico votou contra, por uma razão muito simples. Somos favoráveis a que todas as pessoas têm direito à sua orientação sexual, não têm direito é à imposição de uns em relação aos outros. E é isso que acontece quando se põe bandeiras. Na minha opinião, as bandeiras que devem constar na Câmara Municipal, e lamento, é a bandeira da cidade de Braga e a bandeira de Portugal. A bandeira de Portugal é de todos, gays, lésbicas, etc. Estar a orientar para um, ostentando a diferença, na minha opinião, é errado. O caminho não é por aí. Não é assim que se faz a diferença. Não é com as paradas, não é com isso. As diferenças fazem-se de uma outra forma. Portanto, o PPM lamenta, mas votou contra”. Seguiu-se a apresentação de outra **Declaração de Voto**, agora pelo Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE MENDES**, que dizia: “O CDS votou contra esta proposta do PAN, não porque seja contra a diferença, bem pelo contrário, somos muito tolerantes, somos partidários da

diferença e da liberdade individual de cada um, de escolher as suas orientações políticas, sexuais, religiosas, o que quer que seja, somos contra a ideologia de género, contra a imposição dessa mesma ideologia a pessoas que, muito provavelmente não sabendo o que é que aquilo significaria, iriam achar estranho, porque é que não estava lá a bandeira do Sporting Clube de Braga, a bandeira da Associação Empresarial de Braga, que tanto aqui foi elogiada há pouco, e de muitas outras coletividades que fazem muito pela nossa cidade, pelos nossos bracarenses e que merecem tanto como as pessoas que já têm os direitos. Temos alguma dificuldade em perceber, porque não estamos a retirar direitos a ninguém. A comunidade LGBTQIAP mais, tem todos os direitos como cidadãos, como todos nós temos. Não lhes são vedados qualquer tipo de direitos, enquanto cidadãos portugueses e, portanto, não entendemos que seja necessário a exaltação dessa diferença, quando essa exaltação dessa diferença é feita contra os outros que não são tão diferentes quanto esses. E, portanto, não é por aí que os equilíbrios que todos nós desejamos que a sociedade tenha e que todos nós lutamos para que tenha, não é por essas imposições que cada vez mais se estão a transformar em ideologias de género, que criam imposições anormais e não naturais às pessoas como nós gostaríamos que a sociedade fosse com tolerância, mas com liberdade de escolha individual. E por esse motivo, o CDS, naturalmente, votou contra a proposta do PAN, não tanto pela pelo conteúdo daquilo que são os considerandos, mas pela forma como queria fazer impor essa mesma ideologia de género”. Depois foi a vez da **Sr<sup>a</sup>. Deputada do B.E., SANDRA CRISTINA ANDRADE CARVALHO**, apresentar a sua **Declaração de Voto**, tendo, para o efeito, referido que: “No próximo domingo haverá, provavelmente, centenas de milhares de pessoas que vão sair à rua em defesa da liberdade de cada um ser aquilo que é. Há alguns anos, quando estas marchas se começaram a realizar,

*inclusivamente quando a primeira marcha se realizou, se calhar, cá em Braga eram muito poucas as pessoas que estavam presentes. Neste momento, são muitas mais e ainda bem. Hoje, esta Assembleia Municipal perdeu uma oportunidade de dar um passo em frente e de aprovar a possibilidade de a Câmara Municipal, no dia dez, hastear a bandeira LGBT na Câmara. Infelizmente, para alguns dos pensamentos um pouco mais retrógrados, há ciclos que quando andam para a frente, não vão voltar a andar para trás, felizmente. E, portanto, o caminho será, de facto, o de desta vez não foi ainda aprovado o hastear da bandeira, mas um dia isso irá acontecer. Da mesma maneira que as marchas tinham dez pessoas, vinte pessoas, trinta pessoas e agora têm muitas mais. Da mesma maneira que muitos de nós, quando andávamos na escola, se calhar, supostamente, não conhecíamos ninguém que fosse gay, lésbica ou bissexual e, neste momento, as coisas já não são bem assim. Tenho a certeza que muitos de nós que aqui nos sentamos hoje, não vamos ter vergonha, daqui por uns anos, quando os nossos filhos ou os nossos netos virem a votação que aqui tivemos hoje. Haverá outras pessoas que, se calhar, não terão a mesma sorte”. O Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO** também apresentou outra **Declaração de Voto**, que destacava: “Mais um ano e venho fazer esta declaração de voto. O Partido Socialista, naturalmente, sendo um partido plural, também aberto, plural no pensamento e aberto fundamentalmente à tolerância deu liberdade de voto, votei favoravelmente esta proposta por uma razão muito simples, e não estaria a pensar falar, mas tive de vir aqui falar porque, de facto, a necessidade de celebrarmos, mais do que celebrarmos o orgulho de quem se assume como **LGBTQIAP** mais, é necessário também celebrar os direitos. Há umas semanas atrás, se calhar, para gáudio de muitos, como vimos também nas nossas redes sociais, o país que se assume como o farol da democracia e dos direitos*

*adquiridos, banuiu ou está em vias de banir um direito consagrado desde há várias décadas. Portanto, estamos a entrar numa fase das nossas democracias, em que não só os partidos não tolerantes chegam ao Parlamento e às Assembleias Municipais, como vemos em risco de os direitos serem vedados. Vou acabar aqui com um nome, o nome de Gisberta, um transexual agredido, mutilado e abandonado no Porto, apenas e só por ser transexual. Não podemos banalizar isto desta forma. Temos que celebrar os direitos, sim, temos que celebrar a tolerância e não podemos vir para aqui com falácias e com hipocrisia barata porque, de facto, enquanto houver um homossexual perseguido, enquanto houver um transexual perseguido, enquanto houver alguém perseguido, quer seja pela sua orientação sexual, credo ou outra forma de estar qualquer na vida, deveremos celebrar. Com muita pena minha, não será celebrado no Município com o hastear da bandeira arco íris, eu caminharei nas ruas da cidade com essa mesma bandeira, com alegria, contra a hipocrisia”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para, em mais uma **Declaração de Voto**, salientar que: “Depois desta última intervenção do PS, relembro perseguição, foi no tempo do PREC. Isso sim, foi perseguição dos seus camaradas mais à esquerda, mas isso fica para depois. Naturalmente, toda a gente tem as suas liberdades e as suas opções e cabe ao nosso país respeitar isso e não perseguir ninguém. Eu sou contra qualquer tipo de perseguição. Ponto final, parágrafo. Agora, o que nós temos, de uma vez por todas, entender é que sabemos e temos que saber e aprender a viver com a desigualdade. E não temos que andar a hastear bandeiras porque o outro é diferente ou porque são menos do que os heterossexuais. De uma vez por todas, vivam com a diferença, sem fazer bandeira dessa diferença. Há bandeiras que não se justificam. Façam bandeiras por quem passa fome. Temos quatro milhões de portugueses no limiar da pobreza.*

*É por essas bandeiras que nós temos que lutar. Temos gente a morrer nos hospitais, à porta hospitais. Temos na nossa cidade, urgência obstetra fechada. Temos mães que estão prontas a dar à luz, a terem que fazer quilómetros e mais quilómetros. Sei que vocês são contra a natalidade, são os arautos de tudo o resto. Mas isso, isso são problemas e são problemas que nos devem preocupar, enquanto bracarenses, é termos mães que estão perto de dar à luz numa urgência obstetra que está fechada. E não vos vejo a fazer aqui votos, nem saudações. Vou concluir, dizendo que, mais uma vez, nós votamos contra, porque as pessoas têm que viver com as suas diferenças. Não temos é que fazer bandeiras das nossas diferenças”.* Interveio ainda o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para, em defesa da honra, revelar: “Vim aqui para defender a honra. O Sr. Deputado José Eduardo Gouveia, em nome do Partido Socialista, veio proclamar uma declaração de voto dizendo que se tratava de uma celebração. Não falou aqui em qualquer outra coisa, a não ser a celebração de um direito que todos aqui vieram afirmar. Todos vieram aqui, todos os partidos, da direita à esquerda verde, defender o direito à igualdade, às opções de género, ao que quer que seja. E, portanto, o que ele veio aqui foi dizer, entre outras coisas, que o facto de existir uma bandeira, por exemplo, na sede do Município, faria recordar, durante o momento em que ela estivesse hasteada, que é uma luta por uma igualdade que, infelizmente, ainda não está reconhecida na sociedade portuguesa. E, portanto, o meu caro amigo Filipe Melo, não pode vir aqui a troco de uma declaração de voto, onde efetivamente é aqui apelada à celebração de um direito que está muito difícil de conquistar e que ainda está muito longe de muitos portugueses, que venha aqui com outro tipo de intervenção, falar em sentido contrário. Como aqui foi dito, e é verdade, e é por isso que o Partido Socialista veio aqui defender a sua honra, dizer que uma declaração de voto é, por si só, da

*responsabilidade de quem aqui a veio fazer e corresponde àquela que foi a orientação. E, portanto, não há o direito de ninguém vir aqui contestar qual foi o voto e isso sim, vir aqui contestar o voto que foi feito livremente, isso sim, é que é uma ofensa à liberdade”. A palavra foi dada à Sr<sup>a</sup>. **Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação** subordinada ao tema: “O que é e para que serve a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens?”, tendo revelado que: “As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) têm como objetivo acompanhar e proteger crianças e jovens em perigo, no nosso país. Entre janeiro e junho de dois mil e vinte e dois, deram entrada setecentos e setenta e três processos de promoção e proteção de crianças e jovens na CPCJ de Braga, um volume processual equiparado ao da CPCJ de Lisboa centro! As principais problemáticas sinalizadas nestes processos estão relacionadas com a violência doméstica, em primeiríssimo lugar, mas também com o absentismo escolar, com a exposição das crianças a comportamentos inadequados por parte dos pais, com comportamentos inadequados por parte das próprias crianças e com situações de negligência, entre outras. A maioria destes casos são sinalizados por autoridades policiais e estabelecimentos de ensino. As crianças acompanhadas pela CPCJ de Braga, durante este período, são de todas as idades (entre os zero e os vinte e um anos de idade), sendo que a maioria tem idades compreendidas entre os onze e os catorze anos, mas há também muitas entre os três e os cinco anos, os nove e os dez, os quinze e os dezassete. Como podemos perceber, este é um trabalho decisivo para a vida saudável e feliz de muitas crianças, mas também muito difícil, pois requer um acompanhamento próximo junto de famílias desestruturadas e situações de grande perigo. Quem faz este meritório trabalho junto das crianças em perigo e suas famílias no concelho de Braga? A CPCJ de Braga tem vindo a acompanhar,*

*desde janeiro e esta parte, aproximadamente seiscentas crianças por mês. Para o efeito, dispõe de uma equipa restrita constituída por dez elementos, técnicos representantes das entidades e técnicos de apoio, de diferentes áreas (como: Saúde, Educação, ISS, IPSS, Município, GNR e Bragahabit). Cinco destes elementos estão a tempo inteiro neste serviço e os restantes cinco deveriam estar a tempo inteiro ou, pelo menos, a meio tempo, dado o volume de processos (leia-se crianças) para acompanhar, o que não tem acontecido. Infelizmente, nem sempre é possível a estes técnicos dedicarem à CPCJ o tempo previsto na lei, por falta de colaboração das entidades parceiras, o que prejudica muito o seu trabalho de acompanhamento e proteção e não esqueçamos nunca de que estamos a falar de crianças em perigo. Relembramos que, segundo o ponto dois do artigo vigésimo quinto da Lei cento e quarenta e sete de mil novecentos e noventa e nove, de um de setembro (estatuto dos membros da comissão), "as funções dos membros da comissão de proteção, no âmbito da competência desta, têm carácter prioritário relativamente às que exercem nos respetivos serviços". A falta de recursos humanos é, então, um constrangimento grave que se coloca ao trabalho desta Comissão. Tendo em conta o exposto, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, recomenda ao Município que, tendo em conta o volume processual e de trabalho da CPCJ de Braga, passe a colaborar de forma mais célere e eficaz com esta Comissão e a sua nobre missão de proteção das crianças e jovens bracarenses em perigo, designadamente: Através da disponibilização de um Técnico de Apoio, a tempo inteiro, (para além do já obrigatório por Lei Representante da Autarquia e dos dois que estão afetos na Câmara Municipal ao abrigo do artigo vinte - A da lei citada, ou seja: totalmente financiados pela Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens). A causa é nobre pelo que é importante este investimento. A*

título de curiosidade, posso dizer que nos concelhos vizinhos os municípios atribuíram, alguns deles, não um, mas mais do que um técnico especializado”. Colocada à discussão, começou por usar da palavra a **Sr.<sup>a</sup>. Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA**, para dizer que: “Tendo em consideração aquilo que ouvimos aqui e também a complexidade destas questões, porque seiscentas crianças a ser acompanhadas num mês, equivale em quantas rápidas, a vinte dias de trabalho, são trinta por dia. Por isso, reconhecemos que na realidade é preciso estudar este assunto. É preciso encontrar soluções para ele e, por isso, íamos sugerir que esta recomendação baixasse à Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde e assim ser tratada com mais pormenores, fazer um diagnóstico correto e só depois apresentar o trabalho”. Usou depois da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para fazer um ponto de ordem, relativamente à proposta da CDU, porque, como disse, e muito bem, a **Sr.<sup>a</sup>. Deputada Palmira Maciel**, havia aspetos muito concretos da recomendação, que no PSD não estavam em condições de validar ou não validar e saber se eram exatamente aqueles que eram necessários, ou não. Estavam perfeitamente à vontade para discutir isso em sede de Comissão, apesar da urgência da necessidade de dar uma resposta clara e evidente a essas necessidades, entendiam que, antes de propriamente aprovar uma recomendação que poderia ter como finalidade e como objetivo algo que era insuficiente ou estava para lá daquilo que era necessário, gostariam de discutir isso mesmo em sede de Comissão, antes de aprovar a recomendação. O mesmo **Sr. Deputado do P.S.D.** disse ainda que para não haver ninguém que ficasse ou que se sentisse prejudicado, fariam uma coisa muito simples, a alternativa era que o assunto baixasse à Comissão e depois votariam a recomendação. Mas uma coisa era certa, o PSD votaria favoravelmente a baixa à Comissão, votaria contra a

proposta da CDU antes dela ser discutida na Comissão. Voltou a usar da palavra a Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO, proponente da recomendação, para insistir que: “Fique claro que a recomendação que venho aqui fazer, venho aqui fazê-la depois de uma reunião, mais do que uma reunião, com a comissão alargada da CPCJ, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga. Portanto, acho que mais do que qualquer comissão que possa existir nesta Assembleia, a própria Comissão é que deve saber das suas necessidades e dos recursos que lhes fazem falta. Portanto, venho aqui transmitir, como elemento dessa Comissão, uma necessidade premente desta equipa que, como vocês viram, através da exposição que fiz, é extremamente limitada. E mesmo tendo dez elementos, há cinco que nem sequer a meio tempo. Estão alguns que têm dez horas para trabalhar. São seiscentas crianças por mês. Portanto, há aqui uma necessidade premente. Não dá tempo para estarmos a discutir se vai a uma comissão, se vai a outra comissão, se vamos pensar, se não, vamos pensar. Há crianças em perigo. Eles estão a precisar de mais um técnico. Há municípios que dão esse técnico, que dão mais do que um. Portanto, este município deu aquele que é obrigatório por lei, um representante do município que tem que estar nesta comissão, na comissão restrita dos tais dez elementos, e depois há dois que estão afetos à Câmara, mas que não são pagos pela Câmara. São funcionários que estão a ser pagos pela Comissão Nacional de Proteção e Jovens. Portanto, o que se está aqui a propor e a recomendar ao Município é que possa disponibilizar mais um recurso, para que esta equipa possa fazer este trabalho tão meritório que está a fazer e que é muito difícil. É só isso. Agora, cada um vai votar da maneira que entender, obviamente. Mas eu faço questão que esta proposta vá a votação e também quero ver, eu e a comissão alargada, também queremos ver quem vai votar contra e quem vai votar a favor”. A Sr<sup>a</sup>. Deputada do P.S., PALMIRA

*MACIEL FERNANDES DA COSTA*, para revelar que não havia, ali, qualquer dificuldade, entendiam perfeitamente a recomendação da CDU e também compreendiam que foi na comissão alargada que foi detetada essa insuficiência de técnicos e, por isso, queriam que ficasse ali claro, que o Partido Socialista iria votar a favor da recomendação, acrescentando que a mesma deveria também baixar à Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, para ser interpretada, para ser melhorada, porque era um assunto que estava na realidade, era muito atual, era um assunto que precisava de ser revisto a todos os níveis e, por isso, o P.S. também propunha que essa recomendação descesse à comissão respetiva, para ser estudada e para conhecer melhor a realidade daquilo que se passava, porque a comissão alargada tinha uma determinada função, detetou esse problema, mas merecia ser melhor estudado e a Comissão seria o sítio certo para o fazer. **O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** fez um ponto de ordem, relativamente àquilo e às alternativas que se puseram. Aquilo que dizia ali, era que estranhava que a CDU quisesse falar pela CPCJ e estranhava ainda mais que a CPCJ não articulasse com o Município esse tipo de necessidades, ponto número um. Ponto número dois, se a CPCJ já fez constar no Município essa necessidade, confiava bem que o Município tivesse isso em consideração. Ponto número três, a bancada do PSD gostaria de discutir as necessidades da CPCJ aprofundadamente e, por isso, propôs alternativamente ao texto que a CDU apresentou, não um número fixo, mas a avaliação das necessidades de recursos humanos e outras que a CPCJ tivesse, e aí sim, votariam a favor e gostariam que essa recomendação baixasse à Comissão para que a discutissem em profundidade. **O Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** fez outro ponto de ordem à Mesa, no sentido de que havia um grupo que apresentou uma recomendação. Entretanto, a Senhora Deputada Palmira

Maciel fez uma sugestão, que lhe pareceu de bom tom e que devia caber ao grupo proponente da recomendação aceitar ou não. O Senhor Deputado João Marques, fez-lhe uma chamada de atenção num ponto anterior, e bem, concordava, que a declaração de voto, seria só após a apresentação, e o Senhor Deputado fez igual, porque condicionava a apresentação, ou não, desse requerimento ao voto antecipado da bancada do PSD, dizendo que iria votar contra caso não aceitassem a proposta do Partido Socialista. “Senhora Presidente, como figura máxima desta casa, peço que estabeleça uma ordem e que se vote ou a proposta inicial ou a proposta de alteração à recomendação por parte do Partido Socialista”. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA, HORTENSE LOPES DOS SANTOS** informou que visto a proposta não ter sido retirada, nem ter sido assumida a outra proposta, iriam votar a recomendação apresentada CDU. Posta à votação, foi a referida recomendação **aprovada com quarenta votos a favor, com vinte e dois votos contra e com uma abstenção**. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que: “Apenas, porque no PSD gostamos de deixar as coisas claras e há pouco a Senhora Deputada da CDU pareceu indiciar que quem votasse contra teria que arcar com as consequências de estar a negar um recurso ou negar o direito a um recurso por parte da CPCJ, bem sabendo que não é essa, nem nunca foi, a intenção da bancada do PSD, nem da Câmara Municipal. Portanto, queremos deixar aqui muito claro que o nosso voto contra reflete um voto contra o procedimento que foi adotado nesta Assembleia Municipal, porque tínhamos um procedimento alternativo, que em nada prejudicava a preocupação da CDU, que nós também partilhamos, mas que era obviamente diametralmente oposta depois na sua concretização, avançando-se aqui imediatamente com uma proposta consolidada e concreta de atuação por parte do Município sem ouvir a CPCJ, o

*PSD, pelo menos o grupo parlamentar do PSD, não se considera em condições de avaliar essa proposta e entendia que um debate frutífero e que muitas vezes tem sido assim nas comissões muito produtivo, aproveitaria a todos e aproveitaria ainda mais uma recomendação consolidada e consensualizada por parte desta Câmara. E só isto e nada mais, porque como bem sabemos e temos um histórico que o prova, a CPCJ tem sido alvo de um acompanhamento e de um apoio exemplar por parte deste Município”. O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, **BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** fez uma **Declaração de Voto**, no sentido de esclarecer porque votaram contra a proposta. “Eu até posso fazer fé no que a CDU nos traz aqui, só que acho que parece que a CDU está aqui a representar a CPCJ. Acho que a CPCJ está aqui a ser partidarizada. Acho que esta instituição não deve ser partidarizada. Portanto, até acredito que existe essa necessidade, não me parece bem que a que a CDU venha aqui como procuradora da CPCJ. Portanto, a Iniciativa Liberal votou contra, não obstante e acreditar piamente na necessidade do técnico, mas achamos que devia ser a CPCJ a solicitar esses meios, ou então, eventualmente, a proposta baixar à Comissão e nós ouvirmos a CPCJ e confrontarmos e sabermos as carências e necessidades”. Usou depois da palavra o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA** para apresentar outra **Declaração de Voto**, dizendo que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente a recomendação, primeiro, “porque entendemos que o lixo não se deve varrer para debaixo do tapete. O regulamento não se faz, vai-se estudar, talvez se faça e tal talvez seja necessário, mas não se faz. O técnico é necessário para CPCJ, provavelmente é necessário, mas vamos para a Comissão, porque precisamos de discutir isto melhor. Ou seja, a Comissão pode sempre discutir. Estão aqui as pessoas das Comissões e as Comissões chamam lá os técnicos com as mais variadas funções no município e até fora dele*

e, portanto, pode sempre fazê-lo. Isto é um caso urgente, é para resolver com urgência. Senhor Deputado da Iniciativa Liberal, nesta Assembleia estão partidos políticos, portanto, é sempre partidarizado. Tudo o que a gente diz aqui é partidarizado, ou seja, quando as minorias dizem alguma coisa é partidarizado, e quando as maiorias dizem, não é partidarizado? É tudo partidarizado esta Assembleia, por uma razão simples. Aqui estão representados partidos políticos, eventualmente, haverá um ou outro Deputado independente, e esse, poderá invocar essa independência. O resto dos Deputados da Assembleia Municipal são representantes dos eleitores, através de partidos políticos e, portanto, é nessa condição que cá estamos”. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** chamou a atenção para o facto do Sr. Deputado do B.E. não ter feito uma declaração de voto, mas sim comentários às outras declarações. A **Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., SANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO** interveio para, em defesa da honra, dizer que tinha o direito de resposta, porque “estão a dizer que venho aqui partidarizar e aproveitar-me de uma comissão, para poder fazer propaganda política e eu tenho o direito de me defender. É rápido o recado. Não sou só eu, enquanto elemento da Assembleia Municipal de Braga, que estou na comissão alargada da CPCJ, mas era só eu que estava nesta reunião. E, portanto, pediram-me a mim para transmitir este recado aqui. E foi o que eu fiz e posso dizer ainda mais que, para além de ter escrito a recomendação com base naquilo que ouvi na reunião e com base nas propostas que foram surgindo, depois partilhei-as com a equipa restrita para perceber se era isto que pretendiam que eu transmitisse à Assembleia Municipal. Eu estou lá enquanto membro da Assembleia Municipal e é isso que me compete, fazer esta ligação. Há mais Deputados de outros partidos que, efetivamente, fazem parte dessa comissão, mas não estava lá mais ninguém, só estava eu”. O **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**

*chamou a atenção, do lugar, para o facto de se estarem a fazer declarações de voto em cima de declarações de voto. Estavam no período das declarações de voto e não no período das intervenções. Era por isso que as sessões se arrastavam e todos deviam colaborar para o bom funcionamento da Assembleia Municipal. Não podia estar ali em silêncio a assistir a que aquele ponto da ordem de trabalhos se prolongasse e que se cometessem algumas irregularidades, porque não podem haver declarações de voto sobre intervenções. Por isso, exigia que fosse cumprido o Regimento no sentido de haver uma declaração de voto de três minutos e havia só uma. E também era dever dos Deputados colaborar no bom andamento dos trabalhos. Interveio por fim o **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para numa **Declaração de Voto**, dizer que o Grupo do Municipal do Chega votou favoravelmente, independentemente das grandes diferenças que tinham com o PCP, que eram muitas, aliás, em quase tudo, mas naquelas matérias em específico, votaram a recomendação, votaram a proposta e não votaram partidos e lamentava que o PSD tivesse ido contra e, mais uma vez, tentar empurrar uma situação. Portanto, aquelas situações, que eram urgentes e como tinham, várias vezes, naquela casa falado, às crianças, eram um tema central e um tema urgente. Naturalmente que não tinham outra opção, senão votar a favor a proposta, independentemente do partido que ali a levou. Passou-se depois à apresentação de uma **Recomendação** relativa à Criação da Assembleia Municipal Jovem, pelo **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, com o seguinte conteúdo: “O número dois do artigo setuagésimo da Constituição da República Portuguesa determina que a “política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e*

*o sentido de serviço à comunidade". Desde o início do corrente mandato, a IL tem apresentado propostas que têm como objetivo combater o alheamento da vida pública. Com efeito, a participação dos jovens é fundamental para alcançarmos uma sociedade mais participada e democrática. Deste modo, é importante fomentar a participação dos jovens na vida cívica e democrática, bem como promover a educação para a cidadania e a participação juvenil. Neste aspeto, os órgãos autárquicos poderão ter um papel decisivo, fomentando uma promoção da sua participação e envolvimento, de modo a garantir que os jovens possam influenciar e intervir nas decisões e atividades. A IL entende que uma das formas para fomentar essa participação poderá passar pela criação da Assembleia Municipal Jovem de Braga, que consistirá numa atividade dirigida aos agrupamentos escolares, onde os jovens poderão identificar os problemas do concelho, bem como as suas necessidades e melhorias para a vida local. Deste modo, a Assembleia Municipal Jovem teria como objetivo proporcionar aos mais jovens a experiência de funcionamento de uma Assembleia Municipal, aproximando-os do poder e das políticas locais, promovendo o conhecimento sobre as atribuições e competências dos órgãos autárquicos. Neste sentido, a IL recomenda que: A Assembleia Municipal de Braga, em articulação com a Câmara Municipal e os agrupamentos de escolas do concelho, institua a Assembleia Municipal Jovem de Braga dirigida a jovens dos segundo e terceiro Ciclos e do Ensino Secundário". Dou início à discussão da presente recomendação o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, referindo que tanto quanto sabiam, se não era exatamente aquilo que a Iniciativa Liberal propôs, a Câmara Municipal já levou a cabo uma iniciativa muito semelhante, quer através do Conselho Municipal da Juventude, quer através, anualmente, de um modelo muito semelhante àquilo que a Iniciativa Liberal propôs. Era só por*

isso que queriam ter total certeza de qual seria o valor acrescentado face ao que já existia da proposta da Iniciativa Liberal e quais eram, de facto, essas diferenças que defendiam face ao que já existia. O **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** respondeu que seria mais ou menos a seguinte: uma vez por ano, cada agrupamento escolar levar ali dois ou três jovens à Assembleia Municipal, contactar com os Deputados, poder apresentar propostas. Posteriormente, se verificassem que esse modelo surtia algum efeito, poderiam avançar no projeto e fazer mais até uma concretização, os jovens poderiam sugerir ao Executivo determinadas medidas. Seria dentro disso a sua proposta. Passou depois a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para destacar que, independentemente da questão que levou agora de novo a Iniciativa Liberal, tinha que ir fazer aqui este esclarecimento. Achava que era do entendimento geral e do entendimento, sobretudo de todos que acabavam por ser representantes de órgãos de soberania, que qualquer iniciativa promovida pelo Município, promovida por uma Junta de Freguesia, promovida pela Assembleia Municipal, que promovesse a educação informal, que promovesse a participação política, o debate de ideias entre jovens, que permitisse também que houvesse maior aproximação de uma faixa etária, que cada vez tinha mais afastamento com a política, achava que era de louvar aquela iniciativa, independentemente da forma como a mesma pudesse, ou não, ser levada à frente. O Partido Socialista associava-se, votaria favoravelmente, porque tudo o que promovesse a democracia, o debate de ideias e a participação pública cívica tinha, naturalmente, o seu apoio. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** informou que, de facto, não houve nos últimos dois anos, devido à pandemia, mas havia o parlamento concelhio, com jovens que, salvo o erro, há quatro anos, recebeu uma menção honrosa da Associação

Nacional de Assembleias Municipais. Posta à votação, foi a referida recomendação **aprovada com vinte e seis abstenções**. Seguiu-se a apresentação de uma **Moção** pelo Sr. Deputado do P.S., **JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA**, que dizia: “Portugal vive, há quase nove séculos, em centralismo agudo. No decorrer do tempo, as elites do centro político foram exaurindo os recursos do país, primeiro deste retângulo europeu e depois de todos os territórios por onde fomos passando. Este comportamento cleptómano veio até à Constituição da República Portuguesa de mil novecentos e setenta e seis, altura em que o parlamento contemplou a criação de regiões políticas para os territórios insulares e regiões administrativas para o continente. Se as primeiras conseguiram nascer e afirmar-se, já o continente, fruto de muitos erros de todos os partidos que assumiram a governação, nunca conseguiu ver concretizadas as autarquias regionais. Enquanto tivemos Governadores Civis ainda havia uma certa ilusão de proximidade; enquanto os círculos eleitorais se conjugavam com a administração desconcentrada ainda se poderia encontrar uma certa integração dos agentes políticos e sociais. Mas tudo se fez anedótico nas últimas duas décadas. Será que a criação das regiões é uma excentricidade de uma parte dos políticos portugueses? Quem estuda esta questão repara que todos os países de média dimensão e com uma realidade política semelhante à nossa têm poderes regionais com legitimidade democrática? A União Europeia tem, na sua estrutura, um importante órgão, presidido no momento presente por um português, que é o Conselho das Regiões. Os países da UE que há mais tempo aderiram fazem-se representar por eleitos regionais e Portugal faz-se representar por nomeados locais, com exceção dos representantes das Autonomias. Um anacronismo. Olhando para as políticas regionais sustentadas por fundos europeus, podemos reparar que a generalidade dos Estados Membros se afirma

*numa distribuição que tem três níveis, todos com legitimidade democrática - o nacional, o regional e o local. Em Portugal, o nível regional é assumido por uma espécie de tutela dupla que parte de um entendimento entre partidos nacionais. O que é verdade é que com esta nossa realidade não é possível ter uma política regional sustentada, assumindo-se uma gestão localista dos investimentos. Portugal tem, por isso, equipamentos e infraestruturas que não têm justificação, mas que implicam gastos públicos excessivos. A inexistência de regiões administrativas implica a inexistência de representações empresariais no mesmo nível, implica a desnecessidade de uma organização da sociedade civil também regional. Se repararmos nas entidades que implicam na "linha e montagem" dos fundos europeus concluiremos que em noventa por cento dos casos só Lisboa tem produção de projetos e estruturas de decisão. O país tem na Constituição a precisão das Regiões Administrativas; o país realizou um referendo no final da década de mil novecentos e noventa sobre o tema que se revelou negativo; o país, não satisfeito com as asneiras cometidas, ainda "constitucionalizou" a obrigatoriedade de referendo para se regressar ao tema. Ou seja, o país avança às arreguas, parece que vai em frente, mas ainda se atrasa mais. Não há um só político conhecedor e decente, um académico que estude o território, um político que tenha passado pelo governo, que não encontre na regionalização o único caminho para acabar com o Portugal caído sobre o Atlântico. Não há um só jovem que pense o país e que queira fazer uma carreira de sucesso que não veja como única solução para negar o caminho para a Lisboa avassaladora, que não seja a regionalização. Ou seja, todos que olham este país não lisboeta cada vez mais distante e a cada dia com menos oportunidade, devem obrigar os dirigentes políticos a uma decisão urgente e não a mais adiamentos. Este é o tempo de resolver um dos impasses institucionais que mais tem condicionado o*

*desenvolvimento do País e impedido de combater a desertificação dos territórios. Até porque é a proximidade que reforça a transparência e a qualidade da democracia, mas sobretudo reforça a confiança do cidadão no exercício da atividade política. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, delibera: Dar nota a todos os partidos com representação parlamentar da sua opinião favorável ao avanço da regionalização ainda antes do final do presente mandato autárquico; Reclamar de todos os partidos com ou sem assento na AR e em especial dos dois principais partidos portugueses para que se entendam no sentido da realização de um referendo à Regionalização até dois mil e vinte e quatro; Que na apresentação do mapa das regiões sejam externalizadas nas Regiões Administrativas as Áreas Metropolitanas e considerando-se estas como Regiões Especiais”. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para revelar que: “É, de facto, preciso uma desfaçatez tremenda, por parte do Partido Socialista, para trazer cá o dossier da regionalização, neste momento. Porque é que o faz? Toda a gente percebe porquê. Oportunisticamente, isto é bom que se note, o PSD acaba um congresso recentemente, o tema da regionalização vem à baila e o PS quer marcar aqui pontos na agenda mediática. O PS local, não o PS na Assembleia da República, porque esse ainda vamos ver o que é que vai fazer. Nós percebemos, depois do falhanço crasso no processo de descentralização, por que é que PS quer falar aqui da regionalização? Portanto, faltou-lhe a escada pequena, quer dar o salto maior que a perna. Porquê? Não sabemos. Sabemos que quer aproveitar politicamente um dossier que entendeu e que considerou sensível para o Partido Social-Democrata nesta Assembleia. Depois do caos no Serviço Nacional de Saúde, tínhamos até uma declaração política que, provavelmente, não teremos*

*tempo para ler e fizemos declaração política numa lógica de lealdade, para não pôr aqui o PS a tentar justificar o injustificável e a ter que votar uma moção neste sentido. Mas depois do caos no Serviço Nacional de Saúde, depois do falhanço no processo de descentralização, depois de estarem sete anos no poder, depois de terem o apoio dos partidos da esquerda e agora sozinhos, com maioria absoluta, em que é que se entretém o Partido Socialista na Assembleia Municipal de Braga em trazer-nos o processo de regionalização? Pensando que com isso, pode tirar ganhos políticos e até explorar divisões internas no PSD, bem sabendo que o Presidente da Câmara é favorável a esse processo e que o Presidente do partido já transmitiu uma posição institucional de que, pelo menos para dois mil e vinte e quatro, não entende como oportuna a realização desse referendo. Ora, nós não estamos aqui a brincar à política, nem vamos entreter questões que já aqui debatemos várias vezes. Não se vê, não se percebe, não se antecipa qual o ganho de voltar a este dossier, reafirmando, depois do principal partido da oposição ter tomado uma posição completamente clara e transparente por parte do seu líder e, obviamente, não se conhecendo ainda hoje, o que é que o Partido Socialista diz a isto e até se tendo ouvido, por parte de alguns dirigentes do Partido Socialista, alguma anuência a que este processo seja adiado. E, portanto, voltamos a àquela velha lógica de que parece que há um PS-A e um PS-B e talvez, até, um PS-C. Ora, isto não pode passar. Nós não podemos admitir que se faça da Assembleia Municipal um espaço para desconstruir lógicas que estão bem assentes na população, que percebe claramente que o PS perdeu o pé e que já está a ser o PSD a marcar a agenda a nível nacional. É bom sinal de transformação deste Partido Social Democrata e é bom sinal no sentido em que já está a marcar a agenda e a fazer com que os outros partidos venham a reboque. Da nossa parte, quanto a esta moção, pelo amor de Deus, não brinquem connosco, não brinquem*

com a Assembleia Municipal, ela terá a total rejeição, não é este o tempo, nem o modo para discutir uma questão séria”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** que, a propósito, disse: “Relativamente a esta moção, só nos apraz dizer que é mesmo uma moção à Partido Socialista. Portanto. Acho que ninguém no seu perfeito juízo quer uma regionalização, a não ser o Partido Socialista, porque é uma forma de ter mais cargos políticos, mais associações, mais observatórios, mais tachos, tachinhos e panelas, para quem tem um cartão cor de rosa. Portanto, naturalmente que o Chega não vai alinhar nesta conversa, muito menos sabendo o Sr. Deputado do PS, que isto não é aprovado aqui. Se há referendo ou não, é aprovado a nível central, isto não é política local. Portanto, isto foi uma cartuchada de pólvora seca. Aliás, como há bocadinho, já o Sr. Deputado João Nogueira, tinha dado outra cartuchada de pólvora seca, que eu não podia deixar passar agora, usando do meu tempo, sim, quando o seu colega de bancada veio aqui, numa declaração de voto, fazer referência a outros partidos que chegam aqui e chegam à Assembleia da República e tudo mais. Senhor Deputado João Nogueira, antes de querer meter ordem nesta casa, que concordo, meta ordem na sua”. O **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ MIGUEL FERREIRA DA SILVA**, voltou a usar da palavra para destacar que: “Quem dá tiros de pólvora seca, pelo que temos visto, até agora, é o Chega, não é o PS, em cada proposta que faz, é cada tiro ao lado e, portanto, quem está habituado a isso são vocês e não nós. Em relação àquilo que o Deputado João Marques aqui veio dizer, não se trata de oportunismo político, mas sim de sentido de oportunidade, uma vez que voltaram a trazer o tema à discussão e à liça. Portanto, o PS, atento àquilo que é a realidade do país, não pode deixar passar este tema em claro, como é óbvio. Temos visto é que o Sr. Deputado anda distraído, porque se for ver o programa de governo do PS, fala lá

sobre a questão da regionalização e qual é a posição do Partido Socialista claro, como aquilo que viemos aqui hoje defender. Aliás, não só no programa do PS, mas o Secretário-Geral do PS e o atual Primeiro Ministro, também têm vindo a defender publicamente aquilo que é também a posição do PS, que é a favor de um referendo à regionalização. Mas sobre isso também gostávamos de ouvir aqui aquilo que é a posição do Sr. Presidente da Câmara, em relação a este tema e que nos esclarecesse aqui nesta Assembleia”. Interveio, depois, o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para, em defesa da honra, salientar: “Penso que o Sr. Deputado Filipe Melo anda a confundir o toucinho com a velocidade. Ou seja, o que vim há um bocado apelar, foi a uma regra que nos deve vincular a todos, que é colaborar com a Mesa no bom funcionamento dos trabalhos, porque já é, praticamente, quase meia noite e temos um período antes da ordem do dia, que ainda não está concluído. E depois arriscamo-nos a que saíamos daqui ou que esta reunião fique interrompida. Foi só por isso. E alertei também para o facto de que não é regimental que efetivamente se façam duas declarações de voto sobre o mesmo assunto. Percebemos exatamente a preocupação de todas as pessoas relativamente à questão da proteção das crianças, mas não é por vir aqui dizer muitas vezes que somos mais protetores. Isso está dentro de cada um de nós, mas naquilo que me toca, dizer que não aceito que efetivamente venha aqui usar o meu nome, usando-o numa intervenção para me colocar em xeque, numa questão para o qual o Deputado Filipe Melo, vai-me desculpar, com todo o respeito, o Senhor não tem razão absolutamente nenhuma. E relativamente ao que veio aqui dizer, efetivamente, os Bracarenses ouviram e realmente aquilo que foi dito, fica com quem o disse”. Posta à votação, foi a presente moção **rejeitada com trinta e seis votos contra, com seis abstenções e com vinte e seis votos a favor**. O Sr. Deputado da C.D.U., **JOÃO PEDRO**

**CARVALHO MELO** apresentou uma **Declaração de Voto**, destacando que: “A regionalização é algo que a CDU tem vindo a defender há muitos anos, é uma proposta sua e, de facto, abstivemo-nos nesta votação, não por entendermos que a regionalização não deve avançar, mas por entendermos que a sua concretização não depende, não carece de referendo, mas sim de vontade política, que não tenha existido ao longo dos anos, por parte dos diversos governos”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** para, noutra **Declaração de Voto**, revelar que: “A iniciativa Liberal absteve-se neste ponto, apesar de ser defensora dos princípios da subsidiariedade e da descentralização, a verdade é que ainda não tem internamente definida a sua posição, daí se ter absterido nesta votação”. Interveio depois o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** para, noutra **Declaração de Voto**, e na sequência do que se discutia, salientar que: “Sim, eu sou um político indecente. Eu sou contrário à regionalização. Mas assumo que, como eu sou contrário à regionalização, aceito quem é favorável à regionalização, porque isso sim é reconhecer a diferença. Em dois mil e vinte, defendi aqui que, em vez da regionalização, eu defendi a Área Metropolitana do Minho. E, se calhar, é mais fácil fazer a Área Metropolitana do Minho do que fazer uma regionalização. Em Portugal, em mil novecentos e setenta e quatro, criaram-se duas regiões metropolitanas, Porto e Lisboa. Porquê? Porque a demografia, na altura, fazia com que existissem duas áreas que era necessário juntar uma série de municípios por forma a criar a dita área, porque eram regiões densamente populosas. Braga, se formos comparar mil novecentos e setenta e quatro, setenta e cinco, se formos comparar agora Braga, Guimarães, Famalicão, Barcelos, a dita Área Metropolitana do Minho, que na minha opinião deveria englobar as três CIM’s, haverá várias formas de o fazer, tem toda a lógica de ser

constituída hoje. Agora, só é constituída, quando os Minhotos se lembrarem de o fazer e deixarem as suas quezílias, de andar com aquelas guerrinhas Braga, Guimarães, Famalicão, essas guerrinhas estúpidas, que são estimuladas pelos políticos decentes, muitas vezes, e devemos, se calhar, pensar algo que seja diferente do que existe na Europa, porque muitas vezes, o que tem acontecido, é que andamos a copiar aquilo que é europeu, a pensar que resulta cá e não resulta muitas vezes. E, portanto, vamos pensar o que é que é importante para nós? Não vamos pensar o que é que os outros fizeram. Esse é um dos grandes problemas que temos na nossa sociedade”. O Sr. **Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES** passou a apresentar mais uma **Declaração de Voto**, para: “Explicar por que razão votamos contra a proposta do Partido Socialista. Não obstante o Grupo Municipal do CDS de Braga se rever na maior parte dos considerandos que foram apresentados, o certo é que entendemos que o oportunismo político, que também aqui foi evidente, não é o melhor tributo que se possa prestar à regionalização, quando para algumas pessoas, como eu, entendo que ela é uma reforma indispensável para o país. E entende isso, sabendo também que os grandes detratores da regionalização, quando falam em tachos e tachinhos, talvez por falta de conhecimento, atacam a regionalização como se ela fosse um problema de distribuição de cargos. É muito mais do que isso. É uma equação virtuosa para o desenvolvimento dos territórios neles se incluindo, naturalmente, as pessoas. E, portanto, o problema da regionalização não se resolve com moções. O Partido Socialista tem todos os instrumentos ao seu dispor para iniciar o debate e o esclarecimento da população que se exige sobre uma reforma tão profunda, como aquela que está, até, consagrada, em termos constitucionais, e, portanto, não é preciso vir à Assembleia Municipal de Braga, quando tem a Assembleia da República para o fazer. Portanto, foi por causa desse

*oportunismo político, sobretudo, que o CDS votou contra a proposta que o Partido Socialista aqui apresentou, não tanto pelos seus bons méritos que tem, nomeadamente, os seus considerandos. Pessoalmente, como disse, sou indiscutivelmente um adepto da regionalização, mas não desta forma e não neste oportunismo político, que foi aqui bem evidente”. Foi depois presente uma **Moção**, pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, **BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, subordinada ao tema: “A Saúde e a Vida dos Bracarenses não pode esperar”, realçando que: “Não deixa de ser curioso que passados dois meses de ter vindo aqui desafiar a Câmara Municipal a implementar um seguro de saúde municipal, assistimos nas últimas semanas ao colapso do SNS com o encerramento de urgências dos hospitais um pouco por todo o país. No dia de hoje, mais uma vez, o Hospital de Braga encerrou o seu serviço de urgências nas áreas de ginecologia e obstetrícia. Um Hospital que presta assistência para além do concelho Braga: em Amares, Vila Verde, Barcelos, Esposende, Póvoa Lanhoso, Terras de Bouro e ainda presta apoio à maternidade de Guimarães, Famalicão e a todo o alto Minho pela diferenciação perinatal. Refiro aqui dois dados muito relevantes relativos a dois mil e vinte no que respeita a admissões na Urgência: Tivemos treze mil quatrocentas e cinquenta e nove admissões em Obstetrícia e duas mil duzentas e sessenta e duas admissões em Ginecologia. Na semana passada, o encerramento obrigou a que quarenta grávidas tivessem sido transportadas para outros hospitais do país. Perante o encerramento de várias urgências obstétricas, deixamos desamparadas as grávidas de um país a viver uma crise demográfica sem comparação na Europa. Sublinho que se trata de uma maternidade com números mais expressivos do país, com quase oito partos por dia. E para agravar uma situação que por si só já é preocupante, a partir do passado dia um, o Hospital de Braga ficará também,*

*por tempo indeterminado, sem urgências de cirurgia pediátrica no período noturno, ficando apenas assegurada a “prevenção interna”. A falta de médicos para cumprir escalas tem sido a maior razão para o colapso dos serviços. Sabemos que nos últimos tempos saíram oito médicos desta especialidade. Num hospital com a diferenciação como o de Braga que realiza, em média, oito partos por dia, a situação está agora perto do colapso. Para além de tudo isto, já eram recorrentes os relatos de longuíssimos tempos de espera nas urgências e de incapacidade de esta estrutura hospitalar (que funciona como unidade de diferenciação para vários concelhos de todo o Minho em algumas especialidades) prestar um serviço adequado às populações que devia servir. Registe-se, a este propósito, que durante o mês de maio foi a própria administração a reconhecer, de acordo com vários órgãos de comunicação social, a incapacidade de evoluir devido a diversos constrangimentos e à falta de autonomia que condicionam as decisões de gestão. É verificável que o SNS deixou de conseguir dar resposta às necessidades das populações e as perspetivas a curto e médio prazo são preocupantes. Os direitos fundamentais estão em causa quando grávidas lidam com a imprevisibilidade e as incertezas de um SNS que entrou em rutura. Lembramos que, em dois mil e dezassete, o nosso hospital, quando era ainda uma parceria público-privada, era considerado a melhor unidade hospitalar do país, sendo reconhecidamente um hospital que assegurava um bom serviço às populações e que a extinção da referida PPP teve como único fundamento o enviesamento ideológico do Governo, que não teve em conta o interesse dos utentes. Assim, a IL propõe que a Assembleia Municipal de Braga, na sua reunião de oito de julho de dois mil e vinte e dois, delibere instar o Governo: A fazer mudanças e reformas profundas na saúde, resolvendo no imediato o problema do encerramento de serviços no Hospital de Braga”. Posta à votação, foi a presente*

*moção aprovada com três votos contra e com quatro abstenções. Interveio o Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, para inicialmente referir que: “Começo por um protesto, relativamente à atitude que a Mesa teve para comigo, porque efetivamente eu não consigo vislumbrar com a rapidez que outra gente consegue, para perceber se já temos passado ou não. E hoje foi aqui tudo admitindo, tudo e mais um “par de botas”, como se costuma dizer, e efetivamente tenho que protestar por via disso. Sempre fui alguém que respeitou o bom funcionamento desta Assembleia e faço isso sempre. Para mim, este órgão só é dignificado se naturalmente todos colaborarmos e trabalharmos no mesmo sentido e, portanto, o protesto. E não me esquecerei Senhora Presidente. Depois, numa **Declaração de Voto**, disse que: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta moção, porque está consciente dos problemas que hoje o país atravessa que, aliás, é um problema que em Braga sentimos mais profundamente e eu, se calhar, até, à população bracarense, e enquanto militante socialista, pedir desculpa por grandes problemas que muitas vezes as pessoas realmente atravessam, por esta ansiedade, porque as questões de saúde são sempre muito importantes e se alguma coisa que nós devemos privilegiar são mesmo as questões da saúde. Portugal fez um grande avanço nesta questão. E veja-se que este hospital, como trabalhou na questão da pandemia do Covid-dezanove. Reparem que, como foi aqui dito pela Iniciativa Liberal, era um bom hospital. Mas há uma coisa também, e ao mesmo tempo que digo que efetivamente, hoje atravessamos um período muito preocupante, sob o ponto de vista daquilo que são as questões da saúde no concelho de Braga, dizer também que o Sistema Nacional de Saúde foi alvo de um grande desinvestimento e de uma grande desestruturação e, portanto, estamos conscientes destes problemas e o Governo está a trabalhar para o poder ultrapassar. É evidente que os socialistas*

*juntam a voz a todos aqueles que reclamam por maior e melhor saúde, e por isso é que votámos favoravelmente, mas este é um problema que vamos todos refletir. É um problema que, independentemente do Governo, independentemente das opções e independentemente de recurso ao sector público ou ao setor privado, vai ser um problema que vamos ter que enfrentar nos próximos tempos. E o país, enquanto sociedade organizada, tem que também refletir muito nisto, porque efetivamente há uma necessidade que sentimos profundamente. Portanto, ao mesmo tempo, como referi, há um bocado, que estamos de acordo com esta posição, estamos preocupados, sabemos que o Governo está a trabalhar no sentido de poder ultrapassar, mas temos que ir muito mais além, relativamente a colmatar de futuro, esta necessidade e esta preocupação. De qualquer forma, também dizer, não é que isto sirva de nada, mas é um problema com que também a Europa está a defrontar. Efetivamente as questões da obstetrícia e ginecologia e até de pediatria, é um problema que, infelizmente, começa também a avassalar a Europa. Com o problema dos outros, se calhar, possivelmente vivemos mal, mas preocupa-nos é o que se passa aqui e, por isso, também, o Partido Socialista tem vindo a alertar os seus responsáveis, para este problema que, naturalmente, a todos afeta. Uma palavra a todos os Bracarenses para lhes dizer que o Governo está a trabalhar e que o Partido Socialista não deixará nunca de também de os alertar para esta preocupação que é de todos os Bracarenses”. Outra **Declaração de Voto** foi presente, agora através do **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, que dizia: “O Bloco de Esquerda absteve-se nesta votação, sendo certo que reconhece as dificuldades por que passa o Hospital de Braga, e não só, todo Sistema Nacional de Saúde. Agora não confundimos, a árvore com a floresta, porque, em boa verdade, quando se põe considerandos na proposta, que são quase comparar o Serviço Nacional de Saúde*

com as parcerias público privadas, isso leva-nos a uma discussão muito mais lata e não é a preocupação fundamental, que é resolver o problema do Hospital de Braga e dos outros que têm falta de pessoal e não só. Tem falta de pessoal, tem falta de meios, tem falta de meios de diagnóstico, tem falta de material, tem falta de enfermeiros, tem falta de muita coisa. Isso tem que ser resolvido. E a boa vontade que os Deputados do PS, pela voz do Sr. Deputado João Nogueira, manifestaram agora, espero que se materialize, porque a questão é só essa, o problema do Serviço Nacional de Saúde não se resolve com um sistema de saúde privado. E Braga tem esse problema também, os hospitais privados têm nascido ultimamente, em Braga, como cogumelos. E é evidente que não há formação de médicos, aliás, nós hoje já fizemos votos de pesar por dois médicos. Há que repensar também, nomeadamente, o “*numerus clausus*” dos médicos. Ou seja, há muita coisa que está em causa aqui, não é esta questão simples entre hospitalização pública e hospitalização privada”. O **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO PEDRO CARVALHO MELO** apresentou uma **Declaração de Voto**, destacando que: “Votamos contra esta moção do Deputado da Iniciativa Liberal, não por entendermos que o Serviço Nacional de Saúde não sofre dias difíceis, porque, de facto, sofre. Agora isso não decorre do fim da parceria público privada e da cegueira ideológica do PS, que ainda recentemente se gabou de ter instituído as parcerias público privadas. De facto, os dias difíceis por que passa o Serviço Nacional de Saúde decorrem, essencialmente, da falta de investimento e da abertura de portas ao negócio da doença com que alguns têm lucrado. E, portanto, entendemos que a dignificação do Serviço Nacional de Saúde passa, antes de mais, pela dignificação dos seus profissionais, pelo investimento decidido e não pela abertura de portas, como a Iniciativa Liberal pretende, a quem lucra com o negócio da doença”. O **Sr. Deputado do ALIANÇA, JOSÉ CARLOS VAZ**

*DA SILVA* apresentou também uma **Declaração de Voto**, referindo que: “O partido Aliança votou a favor da moção, não tanto pelo seu conteúdo, mas de facto, vivemos uma situação que é dramática e que afeta, sobretudo, as jovens famílias, aquelas que desejam e planeiam ter filhos. Estas jovens famílias podem sentir naturalmente desencorajamento com o receio pela falta de apoio. Assistimos naturalmente a vários encerramentos e até consecutivos das urgências, especialmente de obstetrícia. E, por isso, perante um silêncio sepulcral dos responsáveis políticos, acho que deve ser dada viabilidade, e trouxe aqui um número casual, os números em dois mil e vinte, chegámos a vinte óbitos, por cada cem mil nascimentos, quando em dois mil e quinze eram sete e em dois mil e doze, catorze. E, por isso, o voto Aliança só poderia ser positivo e a moção de que o governo faça alguma coisa, ganha reforço, quando hoje o polígrafo nos diz que o governo de António Costa investiu no SNS, entre dois mil e dezasseis e dois mil e dezanove, menos do que o governo Passos Coelho em dois mil e quinze. E, por isso, às vezes puxamos ao lado com outros temas, mas este é um tema realmente muito importante”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., AMÉRICO DOS SANTOS AFONSO** para, noutra **Declaração de Voto** informar que: “O PSD tinha uma declaração política, infelizmente não tem tempo para a utilizar, mas desde logo manifesta a concordância com aquilo que foi aqui exposto, no sentido também de clarificar algumas afirmações que foram colocadas. É que quem está em crise é o Serviço Nacional de Saúde, não é o Sistema Nacional de Saúde. O Sistema Nacional de Saúde, que engloba as instituições privadas e algumas de solidariedade social, tem crescido de uma forma avassaladora, como se vê aqui em Braga, nomeadamente na questão das maternidades que no passado, com o aparecimento do Hospital de Braga no regime de parceria público privada, levaram ao encerramento das maternidades

privadas pela qualidade de serviços que eram prestados. No momento atual está-se a ver exatamente a inversão desse sistema. Por isso, evidentemente que o PSD votou a favor, manifesta esta preocupação, já o fez publicamente e irá reforçá-lo, porque inegavelmente, a responsabilização tem que ser assumida por quem tomou decisões que levaram exatamente a verificar-se a situação que nós temos. Braga, não é só a questão da maternidade, não é só a questão dos nascimentos, mas também é na continuidade. A cirurgia pediátrica também vai encerrar. E quem fala desse tipo de urgências mais mediáticas, por assim dizer, está a esquecer as dificuldades de atendimento do público em geral, E eu confesso-vos, até pela intervenção que tive no processo da criação do Hospital de Braga, estou entristecido de ver que as crianças vão nascer a Guimarães e Famalicão. O Hospital de Braga é um hospital central de ensino universitário de fim de linha e, infelizmente, testemunho uma ocorrência que nunca imaginei que pudesse acontecer, depois de termos criado o hospital que criámos e foi dotado de condições de resposta excepcionais, reconhecidamente a nível nacional e a nível internacional”. A palavra foi depois dada ao **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para proceder à apresentação de uma **Declaração Política** do seguinte teor: “Quando surgiram as primeiras notícias, sobre a implementação na Islândia, dos quatro dias de trabalho por semana e que resultaram num aumento da produtividade, eu reconheço que achei a ideia interessante! Considerava eu na época, que um fim-de-semana maior, permitiria um reforçar de energia que bem sentimos quando temos a oportunidade de gozar um fim-de-semana prolongado! Em julho de dois mil e vinte e um, muito devido às circunstâncias da pandemia, foi notícia que outros Países iriam implementar a ideia e não foi com surpresa que na Campanha eleitoral das últimas Legislativas o tema viesse a ser afluído, neste caso pelo Partido

*Socialista que ao ganhar as Eleições, anunciou a promoção de um estudo com vista a aprofundar a sua viabilidade! Ora, e como disse atrás, se numa primeira fase fui um entusiasta deste modelo, deixei de o ser quando comecei a pensar nas consequências que ele traria ao existir uma espécie de privilégio de uns trabalhadores em relação aos outros e na dificuldade de utilização desse dia em prol do convívio familiar! Ao fim ao cabo, este modelo ao não ser para todos, mas sim para alguns acaba por ser um modelo pouco eclético! Ora, já que o Governo está em modo de experiências, não seria benéfico efetuar um estudo que em vez de reduzir um dia por semana, que se traduz em mais quarenta e sete dias sem a obrigatoriedade de trabalhar, aumentar o número de dias de férias? Se existisse a implementação de um aumento dos dias de férias, esse aumento seria para todos! Se implementassem mais dias de férias, muitos dos pais conseguiram adequar os seus períodos de férias aos períodos das férias escolares, dando assim maior tempo à família! Se o número de dias de férias aumentasse, estou certo que existiria uma diminuição da síndrome de burnout, ataques de pânico e outras sintomatologias do foro da saúde psíquica e que acabariam por trazer poupanças aos gastos do Estado! Um País como Portugal certamente não ganhará produtividade com quarenta e sete dias de menos trabalho, mas ganhará seguramente se retribuir mais oito dias de férias por ano, refletidos em vinte e cinco dias úteis de férias, adicionados de mais cinco dias para utilização em pontes, acabando com as tolerâncias de ponto, tão usuais na Função pública e tão pouco utilizadas nos Privados ou com a majoração muito utilizada no sector privado)! Também admito que se poderia equacionar que esse aumento de férias para estes valores poderia ser progressivo, consoante o número de anos contributivos! Deixo no ar esta reflexão na esperança que alguém a defenda ou faça chegar aos poderes de decisão!”. A Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., SANDRA DE*

**OLIVEIRA CARDOSO**, apresentou outra **Declaração Política**, cujo conteúdo referia: “Perante a falta de respostas inclusivas no Município de Braga para ocupação dos tempos livres e férias das crianças e jovens em idade escolar e não só, a CDU foi contactada por um grupo de pais no sentido de solicitar ajuda para a resolução deste problema, que, como ficamos a perceber, se arrasta há vários anos pelos "corredores" da Câmara de Braga. Constatamos que, de facto, as poucas respostas que existem no município para crianças com algum tipo de deficiência ou outra necessidade mais específica são escassas, pouco inclusivas e resumem-se a instituições privadas que não são compatíveis com os rendimentos de muitas famílias. As respostas públicas (Juntas ou IPSS) recusam as inscrições destas crianças, alegando falta de recursos, o que não deixa de constituir um ato muito recriminável porque altamente discriminatório. Assim, a CDU apresentou uma recomendação na reunião de Câmara do dia treze de junho de dois mil e vinte e dois, e que foi aprovada por unanimidade, com o propósito de encontrar soluções rápidas, ainda que "paliativas", para a ocupação destas crianças já no período de férias de dois mil e vinte e dois (entre julho e setembro), uma vez que muitos os pais estavam em vias de ter de recorrer a baixas médicas e/ou desemprego para poderem acompanhar os seus filhos neste período de tempo. Simultaneamente, os pais organizaram-se, dando origem ao Movimento Pais em Luta, que aproveitamos para louvar dado o seu objetivo nobre e urgente de conseguir igualdade de oportunidades para TODAS as crianças do município, independentemente das suas características individuais. Apraz-nos referir que, neste seguimento, a Câmara, finalmente, reuniu esforços para dar resposta a este grave problema de exclusão no nosso concelho e deu alguns passos importantes para que todas as crianças pudessem usufruir de instituições de apoio às famílias durante este período de férias. Obviamente, porque não foi uma solução pensada,

*antecipada ou atempadamente, este processo deparou-se com muitos e diferentes constrangimentos. A saber: as crianças com mais de doze anos não tiveram resposta nas instituições selecionadas pelo Município conjuntamente com a Segurança Social, pelo que tiveram de encontrar outras respostas, algumas financeiramente mais dispendiosas, menos inclusivas e sem garantias de continuidade; também as crianças com menos de seis anos não foram contempladas nesta lista de instituições disponibilizadas e depararam-se com as mesmas soluções ou estão em casa com as famílias; ainda a falta de recursos humanos pôs em causa a inscrição de muitas crianças (este é um problema que está ainda a ser suprido pelo próprio movimento Pais em Luta que fez a recolha de nomes de técnicos disponíveis para trabalhar nas instituições); a relutância das próprias instituições foi um entrave a todo o processo, por não terem tido o devido tempo para preparar o acolhimento destas crianças. Enfim, um sem número de problemas que esperamos ver resolvidos daqui para a frente e cujas soluções têm de ser pensadas com antecedência. Não obstante todos estes constrangimentos, consideramos que estão dados os primeiros passos para que o caminho da inclusão se faça, de forma consolidada, organizada e sistemática, no concelho de Braga. Dizemos primeiros passos, pois há ainda muito a fazer neste sentido: a solução passa, não por respostas esporádicas e de remedeio, mas por respostas permanentes, integradas, universais e verdadeiramente inclusivas. Ou seja: o Município, aproveitando o exaustivo documento elaborado e recentemente publicado pelo movimento Pais em Luta "Levantamento dos constrangimentos encontrados no processo de inclusão de crianças e jovens no Município de Braga", deve prever formas de atender às necessidades de todas as crianças do concelho, com ou sem necessidades específicas. A nosso ver, a resposta mais inclusiva e integrada a proporcionar é, já no próximo ano letivo, preparar todos*

os ATL, AAF e CAF com recursos e condições para aceitar qualquer criança que destes serviços tenha necessidade, dentro da sua zona de residência e conjuntamente com as crianças com quem convive durante todo o ano (pausas letivas e "pontas"). As pontas são as tardes ou manhãs em que os miúdos não têm aulas e, portanto, têm que ter uma resposta, para que o pais possam trabalhar. Esta é a única resposta que, verdadeiramente, poderá ser chamada de inclusiva, porque não segrega, não discrimina e não "desenraíza" as crianças do seu ambiente habitual, algo muito importante para o feliz e saudável desenvolvimento de TODAS as crianças! Este foi, é e continuará a ser o compromisso da CDU".

De seguida interveio a **Sr.<sup>a</sup> Deputada do C.D.S.-P.P., MARTA SALOMÉ DA SILVA OLIVEIRA DE BRITO** para apresentar mais uma **Declaração Política**, que destacava: "O Município de Braga acolheu, no início do mês de abril, a transferência de competências em matéria de Educação. Relativamente a esta atribuição surreal imposta às autarquias locais – apesar de todas as incongruências do Estado Central no que se prende com a sintonia que deveria existir entre o assumir de novas competências e a transferência das respetivas verbas – o Município, ao longo dos últimos dois anos, levou a cabo um trabalho colaborativo entre todos os serviços e estruturas envolvidas para que esta transição se concretizasse de forma serena para todas as partes. As verbas transferidas na esfera da Educação estão completamente desajustadas da realidade. A título de exemplo, o Ministério da Educação não baseou os cálculos da transferência de verbas nos custos de referência do presente ano ou do ano de dois mil e vinte e um. Os cálculos reportam-se ao ano civil de dois mil e dezoito, que nada tem a ver com a atual realidade, de inflação crescente e de enorme incerteza nas cadeias de fornecimento. O Ministério da Educação quis, pura e simplesmente, livrar-se das suas responsabilidades para atirar aos municípios

*uma atribuição que vem acompanhada de NADA para fazer face às necessidades logísticas, pedagógicas, de recursos humanos, de gestão corrente e de infraestruturas. Com esta transferência de competências, o Município herdou a gestão de todos os estabelecimentos escolares do concelho. Ou seja, no que à área da Educação diz respeito, o Município passa a gerir toda a estrutura escolar – desde Jardins de Infância a Escolas Secundárias; assume todos os recursos humanos e todas as refeições escolares; a manutenção das infraestruturas e do parque informático, o que obriga a intervenções de média e grande escala. Se a dotação económica correspondesse às responsabilidades transferidas, a situação seria de maior realismo para a resolução das várias problemáticas existentes na gestão de uma área tão fundamental para a nossa sociedade, como é a Educação das nossas crianças e jovens. Importa ressaltar que no âmbito das refeições escolares (área bastante sensível nesta transferência de competências), o Município passa a assegurar também as refeições das EB dois/três e das Escolas Secundárias. Para o efeito, foi já desencadeado um procedimento concursal, ao qual concorreram quatro empresas da área alimentar. O referido concurso está a cumprir os trâmites normais para que, em setembro, as refeições estejam asseguradas para os alunos de todos os níveis de ensino. Todavia e apesar dos esforços envidados pelos serviços do Município para garantir uma resposta coesa e estruturada, importa dizer, e (re)dizer, que estamos perante uma política do Governo da República que apenas pretendeu livrar-se dos problemas complexos que o centralismo é incapaz de resolver, empurrando para as autarquias a responsabilidade formal e operacional, sem qualquer tipo de condições para fazer face à gestão diária a que esta transferência obriga. Isto é tudo menos descentralização! Isto é destruir o possível equilíbrio financeiro das autarquias locais. Em matéria de Educação, o nosso Município, tal como tantos outros,*

*deparam-se com uma série de equipamentos, edifícios e recursos humanos cuja manutenção equilibrada é impossível devido à falta de verbas que correspondam à realidade efetiva. Foi-nos entregue uma fatura, que não pedimos e para a qual não há recursos financeiros. O discurso idílico de que a transferência de competências proporcionará maior proximidade com a população e que daí advirá uma resolução mais célere das problemáticas é uma total falácia. Este tipo de discurso só prova que o Governo socialista vive desfasado da realidade e desrespeita o poder local. O Governo quer demitir-se de competências basilares do Estado Social. Reiteramos a nossa posição: a descentralização não é isto. Uma descentralização acompanhada de nada? Uma descentralização que não resolve problemas? Apenas traz consigo uma série de inconsistências e, como tal, não garante uma melhoria dos serviços à população nem uma gestão eficiente dos recursos. A transferência de competências não foi bem cuidada; não foi bem cogitada; não foi bem articulada. Grosso modo, todo o processo foi baseado em inabilidade e inércia por parte do Estado Central. Esta “incompetência” custará muito caro às autarquias. Se o Governo quer fazer uma descentralização, tal como o poder local reivindica há anos, então que a faça como deve ser! O Grupo Municipal do CDS quer ainda expressar uma palavra de reconhecimento ao Executivo e aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Braga, pelo esforço na preparação desta transferência de competências e pela forma profissional com que, estamos certos, irão assumir os desafios que esta disfarçada descentralização ainda trará”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para apresentar uma outra **Declaração Política**, que revelava: “Após as últimas notícias referentes a mais um encerramento das Urgências de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de Braga, o Grupo Municipal do CDS de Braga sentiu ser seu dever*

*manifestar-se contra uma medida que qualifica de grave e que atenta contra um direito fundamental, que é o acesso universal e equitativo à saúde. Como é do conhecimento público, o Hospital de Braga, sendo um Hospital Central, serve globalmente um território onde habitam cerca de um milhão e cem mil pessoas. Presta cuidados de saúde, como referência de primeira linha para algumas das especialidades médicas e referência de segunda linha nas restantes. Estes números são demonstrativos da enorme importância desta Unidade Hospitalar na região e, conseqüentemente, dos graves constrangimentos que os seis encerramentos da Urgência de Obstetrícia, nas últimas três semanas, têm causado à população em geral. Numa altura de grave crise demográfica, esta é a solução que o Governo encontra para estimular as famílias a recuperar da redução acentuada de natalidade. Consideramos incompreensível que se encerre um Serviço de Urgência por falta de equipas médicas porque não houve, em tempo útil, um planeamento eficaz para este período de férias, em que as escalas de serviço são, obviamente, mais difíceis de completar. O facto é que o Hospital de Braga está a viver tais constrangimentos por pura negligência do Estado Central. Como se não bastasse esta situação caótica, no decorrer da última semana de junho, a população de Braga e da Região foi apanhada de surpresa, com o encerramento das urgências de Cirurgia Pediátrica, no período noturno, por tempo indeterminado. Não podemos ficar indiferentes ao “desmoronar” do Serviço Nacional de Saúde e não podemos permitir que as Pessoas sejam postas em segundo plano. Também não podemos admitir que os profissionais de saúde sejam tratados com tamanha indiferença pelo Ministério da Saúde. A atual conjuntura é inconcebível, é mesmo terceiro mundista! À frente dos destinos do país, temos um Governo socialista, de maioria parlamentar, que se revela cada vez mais incapaz para responder às reais necessidades das pessoas. Encerrar um*

*Serviço de Urgência, seja ele qual for, por falta de médicos, é um ultraje a tudo aquilo que representa o Serviço Nacional de Saúde. Estamos perante uma total incompetência de planeamento, de gestão de recursos e a uma inexplicável letargia na ação. Consideramos inqualificável que o Ministério da Saúde não atue com diligência para combater a escassez de recursos nos Serviços de Saúde. Todos os dias assistimos a uma total dissonância do Estado Central com as reais carências da população. O SNS degrada-se a olhos vistos e o Ministério da Saúde assiste na primeira bancada. Desde a escassez de recursos à falta de equipamentos, é o caos nos serviços hospitalares por este país fora. O Governo de António Costa tem de perceber que não basta ganhar eleições. É preciso fazer. É preciso ter conhecimento das necessidades e das especificidades do território. O trabalho não acaba quando se faz o discurso da vitória. É nesse momento que o trabalho começa. Todavia, o que está à vista de todos é uma tremenda e assustadora falta de noção das problemáticas do quotidiano da população. Desengane-se quem pensa que o problema é a falta de médicos no país. Pelo contrário. Segundo um estudo recente da OCDE, dos trinta e oito países que fazem parte desta organização para a cooperação e desenvolvimento económico, Portugal é o terceiro país com mais médicos no Serviço Público de Saúde, por cada cem mil habitantes. Ou seja, apesar de todos os anos se formar um número crescente de médicos, o SNS revela-se incapaz de os reter e atrair, fazendo com que este serviço público fundamental esteja cada vez menos preparado para responder aos problemas diários das populações. Que Governo é este, que apesar da propaganda ao serviço público, se revela absolutamente incompetente para o gerir e fazer evoluir? Que Estado é este que não consegue garantir os direitos básicos nem as condições fundamentais à sua população? Isto é tudo menos Democracia. Isto é a evidência de um Governo incapaz de resolver os problemas*

do país e de um Ministério da Saúde à deriva. Importante ressaltar que esta conjuntura está também associada ao fim da Parceria Pública Privada (PPP) no Hospital de Braga. Se o Hospital de Braga ainda fosse uma PPP, perante uma situação de grave crise de recursos como esta, estamos certos de que com mais autonomia e agilidade, a Administração do Hospital teria margem para acionar estratégias de negociação e concertação no sentido de encontrar uma solução que minimizasse o problema. Exige-se ao Governo, capacidade para agir e, sem que a Ministra da Saúde nomeie mais uma Comissão, resolver um problema que tem consequências nefastas para todos nós. Exigimos uma ação concreta na resolução desta e de outras complexidades provocadas pela má gestão do Ministério da Saúde e que estão a contribuir para a corrosão desenfreada do SNS, desgaste dos profissionais de saúde e a gerar o caos nos serviços hospitalares. O Grupo Municipal do CDS está solidário com a população e com todos os profissionais de saúde que estão no “olho do furacão” a tentar fazer o seu melhor para que o desastre não seja maior e mais nefasto”. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA, HORTENSE LOPES DOS SANTOS**, passou a ler uma resposta da Conferência de Líderes, relativamente à Recomendação apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar: “Os líderes dos grupos municipais da AMB, após duas reuniões prolongadas e muito participadas sobre a recomendação apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Gualtar e aprovada por unanimidade na reunião ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, chegaram às seguintes conclusões: Primeiro - Relativamente à “análise da problemática do valor pelas refeições escolares e pelo serviço de AAAF, de modo a que possa ser ajustado possibilitando a liquidez financeira das entidades que prestam o serviço”, esta deverá ser feita pelo grupo de trabalho de técnicos da câmara já responsáveis pelo assunto, com o devido acompanhamento e supervisão da

também já constituída Comissão da Educação. Assim, a constituição do grupo de trabalho, conforme a recomendação, passa por aproximar estes dois grupos distintos, mas que trabalharão em articulação, dentro das suas funções, no que diz respeito às refeições escolares. Desta forma, e para dar início aos trabalhos, a Conferência de Líderes ouvirá, conjuntamente com a Comissão da Educação, a equipa técnica e vereadora responsáveis pela Educação sobre o ponto de situação atual e os planos para o futuro neste âmbito das refeições escolares em particular. A partir deste primeiro encontro, deverá ser a Comissão da Educação a acompanhar e supervisionar de perto o desenvolvimento deste assunto. Segundo - Quanto à “análise e ajuste dos valores transferidos pelas competências delegadas no âmbito do Decreto-Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, de modo a manter a qualidade dos serviços prestados até à data”, esta incumbência deverá igualmente ficar a cargo do grupo de trabalho já existente na Câmara Municipal sobre este assunto, que deverá articular o desenvolvimento do mesmo com a já existente Comissão da Transferência de Competências do Estado Central para o Município. O método proposto é o mesmo: um primeiro encontro entre técnicos e vereador responsáveis da Câmara Municipal pela transferência de competências no âmbito do Decreto-Lei setenta e cinco barra dois mil e treze e a Comissão de acompanhamento deste mesmo assunto da Assembleia Municipal. A partir de um primeiro encontro, onde a referida Comissão será informada sobre o ponto de situação do assunto em questão pelo grupo de trabalho da Câmara, a Comissão deverá acompanhar e fazer as recomendações que achar necessárias/convenientes”. A redação foi feita com a colaboração da Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U. e da Conferência de Líderes. Passo, depois, a informar que na Conferência de Líderes ficou pré-definido que se não conseguissem terminar a ordem de trabalhos naquela sessão, iriam continuar

*no próximo dia quinze, naquele mesmo espaço, estando já o mesmo reservado para aquela data. A ordem de trabalhos não foi iniciada. ENCERRAMENTO: À uma hora, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de oito de julho de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*

### **REUNIÃO DE 15 DE JULHO DE 2022**

*No dia quinze de julho de dois mil e vinte e dois retomou-se a sessão do dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Braga, no grande Auditório do Altice Forum Braga, pelas vinte e uma horas, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Augusto Alexandre da Cunha Dias, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária.. **MAIORIA LEGAL - A SENHORA PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de sessenta e cinco membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Ana Margarida*

*Sarmiento Manso da Silva Macieira, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, Fernando Manuel Martins Viana, António José Pereira de Freitas, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, José Pedro Pires Machado, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Néilson Jorge Ferreira Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Susana Rafaela Ferreira Leite, João Jorge Ferreira Baptista, João Pedro Carvalho Melo, André Costa Castanho Correia, João Manuel Garcia Rodrigues, Alexandre Sérgio Mano, António Filipe Dias Melo Peixoto, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Vítor Bruno Machado Ferreira, Maria Guilhermina da Costa Vieira, Manuel Jorge Miranda Pereira, Amélia Rodrigues, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, Dolores Glória Sousa Gomes Rocha, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Augusto Vieira de Carvalho, José Carlos Ribeiro Ferreira, Eduardo Araújo Fernandes, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Laura José Gonçalves Marques, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Artur Gomes Martins, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, Sandra Maria Araújo Costa, Maria Elisabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça e Eugénia Maria Rodrigues Oliveira.*

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a*

*suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Jorge Daniel Paredes Abreu, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, António Carlos Vieira Barroso, João Diogo Fernandes Ferreira, Catarina Lourenço Ribeiro, José Miguel Ferreira da Silva, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Fausto Alves Farinha, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Sandra de Oliveira Cardoso, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo e Bárbara dos Santos Lopes. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** Pedro Filipe Magalhães Roriz, Bruno Miguel Pereira Torres, Bruna Daniela Gonçalves do Coto, Sérgio Alcindo Leite Pereira Junior, José Oliveira da Silva, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Carmindo João da Costa Soares, João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva e Manuel Joaquim Ferreira Coelho. **A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE DA MESA** cumprimentou todos os presentes e informou que se iria retomar a Assembleia iniciada no passado dia oito de julho. Passou-se de seguida à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DO DÉCIMO TERCEIRO MANDATO NÚMERO SETE BARRA DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE VINTE E NOVE DE ABRIL E NÚMERO OITO BARRA DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE SEIS DE MAIO.** Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as atas do décimo terceiro Mandato número sete barra dois mil e vinte e dois, referente à sessão ordinária de vinte e nove de abril e número oito barra dois mil e vinte e dois, alusiva à sessão extraordinária de*

seis de maio. Postas à votação foram as referidas atas **aprovadas por unanimidade. PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS DOIS MIL E VINTE E UM - MUNICÍPIO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo setuagésimo sexto da Lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, conjugado com o disposto na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e na alínea i), do número um, do artigo trigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, o Relatório de Contas Consolidadas de dois mil e vinte e um, aprovado em reunião do Executivo Municipal de treze de junho do ano em curso, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para dizer: “Estamos, aqui, hoje, para nos debruçarmos e apreciarmos as contas consolidadas do universo municipal de dois mil e vinte e um. Apenas quero referir umas breves notas da apreciação que a Iniciativa Liberal faz sobre a mesma: Tal como é referido na introdução do relatório, o mesmo visa dar cumprimento a uma obrigação legal. Este Relatório agrega e resume os relatórios individuais da Câmara Municipal e das empresas municipais. Apenas trata das questões financeiras, não havendo quaisquer referências sobre as atividades, propriamente ditas, como, aliás, é de lei e, portanto, não teria que haver. A consolidação das contas (espelhada nas demonstrações financeiras) não é mais do que a soma aritmética das contas das diferentes entidades individuais, retirando-se as relações intragrupo, isto é, não se consideram os saldos entre as diversas entidades, que se anulam entre si. Mas surgiram-nos algumas dúvidas: No quadro dois, do ponto cinco ponto um ponto um, na rubrica imparidade dívidas a receber a mesma está a

zero. Sabemos que por exemplo estão inúmeros valores em dívida referentes a rendas em atraso da Bragahabit. Trata-se de um lapso? No quadro seis ponto um (balanço consolidado) na rubrica outras contas a receber este valor em dois mil e vinte ascendeu a setecentos e setenta mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e seis cêntimos e em dois mil e vinte e um consta a quantia de mais de dezassete milhões. A que se deveu tal aumento? Deste modo, este relatório nada acrescenta em relação aos relatórios individuais, pelo que a IL irá votar favoravelmente, em coerência com as votações anteriores dos relatórios Individuais. Deve salientar-se, mais uma vez, que o problema principal não são as contas (que são apenas um meio), mas sim as orientações estratégicas e as prioridades definidas pela maioria, para a utilização dos recursos financeiros. Os impostos continuam a representar a grande fatia da receita municipal, que em vez de serem utilizados para aliviar a carga fiscal dos munícipes, mostram-se sem estratégia como instrumento de estímulo verdadeiro à economia. Em dois mil e vinte e um, arrecadamos quase mais dez milhões do orçamentado. Em dois mil e vinte e dois, foi orçamentado o mesmo valor de dois mil e vinte e um. Se se verificar uma arrecadação semelhante no ano corrente, lançamos o desafio ao Executivo de baixar o IMI para o mínimo legal, tornando Braga, neste aspeto, num dos concelhos mais competitivos do Distrito. Vamos aumentar o dinheiro disponível nos bolsos dos Bracarenses?”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para referir que: “Tendo o PPM aprovado o relatório e contas do Município de Braga de dois mil e vinte e um; Tendo o PPM manifestado regozijo pelos resultados das empresas Municipais, que resistiram estoicamente à situação provocada pela Pandemia, à exceção da Bragahabit que teve resultados negativos, mas que foram facilmente explicados pelo alargamento da sua atividade na área de apoios Sócio educativos! Não é nenhuma surpresa que

*vote favoravelmente este ponto! Mas qual o motivo para o PPM é preponderante a redução do défice pois considera que quanto menor for a dependência de um cidadão, de uma empresa, de um Município ou de um Estado ao Crédito, maior é o seu poder de negociação, mais interesse existe por parte dos fornecedores e menos gastos se perdem no pagamento dos juros da dívida! Ora no ano de dois mil e vinte e um, o relatório consolidado possui um resultado positivo de quatro milhões de euros! Os proveitos cresceram mais do que cresceram os custos! Não fosse a resolução do fim da SGEB e os resultados ainda poderiam ser superiores! O Município acabou em dois mil e vinte e um melhor do que me dois mil e vinte! Melhorou-se o Centro Coordenador de Transportes de Braga. Atraiu-se investimentos Nacionais e Internacionais! Renovou-se o Mercado Municipal. Demonstrou-se dinamismo cultural e profissionalismo no cumprimento da programação de Braga Capital Europeia de Cultura do Eixo Atlântico. Descentralizou-se a cultura levando música e teatro a freguesias menos centrais! Garantiu-se a gestão de seis vírgula cinco hectares no Parque das Sete Fontes! Concluiu-se e aprovou-se os projetos da Musealização da ínsula das Carvalheiras Deram-se os primeiros passos no BRT Metrobus! Concluiu-se o projeto de execução do reordenamento viário do nó de Infias e da rede envolvente! Atingiram-se indicadores de desempenho a nível da concretização dos dezassete objetivos de desenvolvimento sustentável das nações Unidas! E muito mais haveria por dizer! Portanto não existiu nenhuma dúvida ao PPM para votar favoravelmente este ponto como já tinha referido!”. A palavra foi depois dada ao **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** para, a propósito, salientar que: “Como todos sabemos, consolidar é tornar mais consistente, é tornar mais estável, dar mais estabilidade, é fortalecer, é robustecer. Todos assistimos a um forte crescimento e expansão da produção e da criação*

*também de empresas onde, naturalmente, as empresas do universo municipal também tiveram um forte crescimento. Daí que foi necessário criar um mecanismo legal para que efetivamente essa estabilidade ou esse fortalecimento desse provas de uma unidade que interessava, sob o ponto de vista não só da informação, como também da demonstração financeira de todo o grupo público municipal de Braga. E, naturalmente, isso aconteceu porque era preciso uniformizar, normalizar e simplificar todo um conjunto de processos para que efetivamente a transparência final primeira, daquilo que é uma boa gestão aparecesse. E, portanto, a transparência no uso dos recursos públicos, dos bens públicos, sobretudo no universo municipal local, era naturalmente muito interessante, porque a transparência hoje é uma situação que tem que estar permanentemente ligada a todo e qualquer processo de gestão ou de administração. Analisando os relatórios da consolidação do perímetro da consolidação Municipal de Braga, gostava de dizer que efetivamente o Partido Socialista vai fazer uma análise que não bate muito nas contas, ou até bate pouco nas contas, mas bate, sobretudo, naquilo que tem a ver com as contas. As contas só existem porque existem objetivos numa empresa ou no grupo público das empresas municipais e porque esses objetivos também acabam por redundar ou acabam por objetivar um conjunto de atividades e são essas atividades que efetivamente aqui interessam ao Partido Socialista. Já aqui ouvi dizer que não existe uma relação das atividades, mas elas efetivamente existem. E, aliás, há referências bem específicas não só aos objetivos como também a um conjunto de atividades que, naturalmente priorizam aquilo que é o trabalho ou, de certa forma, põem ao mais alto nível àquilo que são os objetivos principais das empresas. Portanto, não faria sentido haver custos ou demonstrações financeiras, se não tivéssemos atividade. E, portanto, elas existem para que as atividades que lá foram descritas e outras que não foram descritas, efetivamente se*

*executem, ou não se executem. E, portanto, numa primeira análise, efetivamente este relatório de contas consolidadas, acaba por mostrar que o ano dois mil e vinte e um foi, a par do ano dois mil e vinte, um ano muito difícil, sobretudo para as empresas deste grupo municipal, com exceção da Agere e da Bragahabit, onde efetivamente os impactos foram menores, mas mesmo assim houve impactos. E convinha agora que analisássemos muito rapidamente empresa por empresa, para percebermos exatamente o que é que foi feito e o que não foi feito ou aquilo que entendemos. E começando pelos Transportes Urbanos, que naturalmente descrevem um conjunto de objetivos onde efetivamente usa até uma adjetivação que acho muito interessante, onde achei curioso, que diz que um dos objetivos é satisfazer e surpreender os seus utentes. Portanto, cada um de nós se pode surpreender com aquilo que os TUB faz. Os Transportes Urbanos esquecem-se também de eleger nos seus objetivos aquele que, se calhar, é o mais importante, porque depois acabam por definir uma atividade que me parece de elementar importância para o município de Braga. E esquecem-se da questão ambiental. Não é referida esta questão como um objetivo e, ao mesmo tempo, dizem que há uma alteração do paradigma e efetivamente aquele contrato que estava previsto até dois mil e vinte e nove, onde efetivamente, depois da aquisição de autocarros elétricos e de autocarros a gás, viriam transportes movidos a energia fóssil, efetivamente há uma alteração. E bem, porque essa intenção é agora alterada para a aquisição de cerca de trinta autocarros elétricos, e a questão ambiental está aí, com o apoio deste governo que tem grandes preocupações e também grandes responsabilidades no setor ambiental. Mas esquece-se aqui os Transportes Urbanos de referir o BRT. E, ao contrário do que disse aqui o eleito local do PPM, efetivamente não existe uma palavra, uma linha sobre o BRT. O BRT teve o ano passado algum desenvolvimento quando foi apresentado um plano que, pelos*

vistos, já não existe. Esse plano não existe, está a começar a ser efetuado e não sabemos exatamente quais são as intenções do BRT. E todos temos que concordar que o BRT é de suma importância para o município de Braga, sobretudo no combate às alterações climáticas, à descarbonização na mobilidade e, portanto, de grande impacto e de grande necessidade, mas não existe uma palavra sobre esse grande projeto e o próprio plano que foi apresentado em dois mil e vinte e um, já não existe. Também não existe uma palavra sobre aquilo que foi um grande reforço financeiro, que foi a questão do controlo do estacionamento à superfície. Mas não vamos alongar muito mais esta intervenção relativamente aos Transportes Rrbanos, ficam apenas estes apontamentos que são apontamentos, não são de coisa menor, são apontamentos importantes e é importante que efetivamente a consolidação daquilo que é demonstração financeira e os custos da empresa também possam refletir. Mesmo por último, e relativamente aos TUB, e não havendo ainda um plano, ainda não havendo um projeto específico, ainda estando a ser feito, os Transportes Urbanos já adiantaram o seu diretor de operações, sabe se lá para quê. Passando à Bragahabit, é uma empresa muito difícil, de uma grande complexidade em termos de gestão. E, efetivamente, esses sim, aportam aqui algumas obras que são importantes, nomeadamente a requalificação do parque habitacional, a estratégia local de habitação. Apontam também aquilo que é o contrato já feito com o Governo relativamente ao primeiro direito e também naquilo que é uma intenção de construir quarenta e nove fogos até dois mil e vinte e seis. Falando também naquilo que foi a minorização de impactos sociais e todos sabemos que com a ajuda financeira do município, a Bragahabit conseguiu desempenhar o seu papel. Mas algumas questões se levantam. É que relativamente à estratégia municipal, o Partido Socialista não sabe se efetivamente essa estratégia municipal que eles dizem que vão gerir, se reporta só ao Parque

*Habitacional da Bragahabit, ou se é todo o concelho. É que em todo o concelho, como vimos, não foi possível identificar todas as necessidades. E fica-nos também a questão do bairro do Picoto. Não existe uma palavra sobre o bairro do Picoto. Não sabemos se efetivamente existe algum objetivo relativamente à resolução deste problema. Desconfia-se, mas não quero com isto aqui, insinuar o que quer que seja, que os tais quarenta e nove fogos que vão ser feitos até dois mil e vinte e seis, sejam para esse fim, exatamente porque são mesmo quarenta e nove fogos que existem no bairro social do Picoto. Não sei se isto é uma coincidência, mas efetivamente isto acontece. Relativamente à Agere, empresa mais rica deste grupo municipal de Braga, efetivamente, em contas bem feitas, tem um equilíbrio financeiro muito bom, as contas são saudáveis e também descrevem algumas atividades, nomeadamente uma que é muito importante para o futuro de Braga, que é a ETAR dois, na zona de Vimieiro e Celeirós, que foi lançada há um ano, mas a única dúvida que temos relativamente a esta matéria, é que não ouvimos mais notícias sobre isto e por muito que se queira, um concurso público internacional, sabemos que é moroso, mas este está a custar a dar à costa, ou não, a custar a dar ao rio Este. Era importante que tivéssemos informação mais detalhada. Fazem também contas àquilo que foi a atividade relativamente ao contrato de empresa, que também achamos interessante, mas esquecem-se, por exemplo, de falar da Braval, que é um ativo, cuja concessão terminou e que é preciso resolver e não existe uma palavra, como também não existe uma palavra, relativamente à concessão da gestão delegada que nunca sabemos se está em cima da mesa ou numa gaveta desde dois mil e quinze, mas efetivamente não existe nenhuma palavra e isso também é de suma importância, não só para a Agere e para a Câmara Municipal, como também para o município de Braga. Fala-nos também de lucros fabulosos, vamos assim dizer entre aspas, no valor de sete*

*milhões de contos, que se multiplicados por alguns anos, quase que diria que dava para remunicipalizar a Agere, sem grandes custos e impactos naquilo que é o erário público ou a exigência financeira da Câmara ou da própria Agere. Passando agora às duas últimas empresas que faltam, iria falar no Teatro Circo e dizer que aponta como os seus grandes objetivos, o desenvolvimento cultural do concelho, mas esquece-se da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura, em dois mil e vinte e sete. Não existe uma palavra relativamente a esta prioridade. Ficam-se apenas por uma questão que até lida com mais pormenor, é como a questão do algodão, os números nunca enganam. E então frisam num lado, que no ano de dois mil e vinte e um executaram trezentas e quarenta e sete atividades e tiveram vinte e sete mil e trezentos espetadores. Mas, noutro lado, referem que em dois mil e vinte e um, tiveram trezentos e vinte espetáculos e tiveram trinta mil e quinhentos espetadores. E, portanto, aqui a estatística não é como algodão, realmente engana. E também estas atividades são daquele género: está ali o microfone ou a câmara de filmar, vou-me por atrás. Porquê? Porque destas atividades, que não sabem se são trezentas e vinte ou trezentas e quarenta e sete, há atividades feitas de mote próprio pela empresa Teatro Circo, utilizando os espaços do Teatro Circo, outras são utilizando parcerias, outras são online, outras são presenciais. portanto, são atividades para todo o gosto. Também não existe uma palavra sobre a recuperação de um espaço que é importante, que é o Teatro São Geraldo, como o futuro espaço dos Media Arts e de grande importância para Braga Capital Europeia da Cultura. Também não falam, por exemplo, nas startups que são desenvolvidas no GNRation, não existe uma palavra para um setor que pode potenciar o desenvolvimento tecnológico. Naturalmente, o Partido Socialista vai estar de alma e coração com Braga Capital Europeia da Cultura e disso que ninguém tenha dúvida, até porque este mandato termina em dois mil e vinte e cinco*

*e o Partido Socialista, em dois mil e vinte e sete, vai ser ele a organizar, apesar de isto ser preparado anteriormente por este Executivo Municipal, mas em dois mil e vinte e sete será o Partido Socialista e a gestão socialista deste município, a executar esta atividade e, portanto, teríamos essa altura muito gosto em reconhecer que efetivamente a candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura teve, da parte também do PSD e dos seus aliados, um forte apoio e não deixaremos de aqui publicamente vos agradecer, pelo menos esse aspeto. Mas é importante que o Theatro Circo, enquanto condutor deste processo, também não se esqueça. Nós, Partido Socialista, não nos esqueceremos e estaremos de alma e coração com isso. Por último, passando à InvestBraga, dizer o seguinte: a transparência no uso dos recursos públicos e dos bens públicos municipais é o sinal da primeira exigência. E hoje existe neblina sobre esta empresa relativamente a esta matéria, á matéria de transparência. Durante algum tempo a InvestBraga fez aquilo que na gíria popular se diz “gato escondido com o rabo de fora”. E quando o Partido Socialista começou a puxar pelo rabo para aparecer o gato, mesmo assim o gato apareceu sem bigodes, ou seja, o contrato que havia com o Altice não, não estava completamente explícito porque estava truncado nalguns pontos. Sobre esta empresa recai esta mágoa de efetivamente não ser transparente e não pôr a público aquilo que seria importante que fosse. Porque a transparência é a primeira exigência num sistema democrático para uma boa gestão. E se hoje existe consolidação de contas, se existe hoje um perímetro de consolidação das contas e, por via disso, também das suas atividades, criando uma coesão interna entre Câmara e as suas empresas participadas, é preciso que, sob o ponto de vista do plano concorrencial e sob o ponto de vista da transparência de processos, a InvestBraga comece a percorrer esse caminho. Depois, a InvestBraga, que adjetiva muito aquilo que faz e possivelmente também aquilo que não faz, esqueça também*

*de falar na Pousada da Juventude, que considero, apesar de discordar do local onde foi feita, está a prestar um serviço ao município, está a prestar um serviço ao país, mas não há uma palavra desta atividade. Esquece também da startup, como fator de desenvolvimento tecnológico, e, portanto, perdem-se na adjectivação e esquecem-se efetivamente na concretização daquilo que foi a sua atividade, e, por via disso, naturalmente, os custos que estão consolidados. Por último, falar de uma outra questão, que não nos custa nada, o Partido Socialista já aqui veio dar o seu total apoio em dois mil e quinze, que se trata da SGEB, que é uma entidade participada pela Câmara e que, portanto, deveria também estar presente, de uma forma mais clara, neste documento. E hoje não sabemos se quem está a gerir este processo de dissolução e extinção da SGEB é o Dr. Rui Morais, se é o Presidente do Conselho de Administração da Agere, se a Agere ou quem quer que seja. Não existe uma atualização do assunto, que na boca da maioria, diz que vai poupar dezenas de milhões de euros, e nós gostaríamos que assim seja, por isso demos o nosso apoio, mas gostaríamos de saber porque é que não existe uma forma mais clara e mais explícita de dizer efetivamente qual o ponto da situação. Porque consolidar é isso mesmo, é agregar, é tornar mais forte, é dar mais consistência, é estabilizar as políticas que unem todo o universo municipal. Quanto às contas, dizer que elas foram certificadas pelos ROC e eles dizem sempre a mesma coisa. Não chegou ao nosso conhecimento qualquer questão que possa pôr em dúvida a correção das mesmas, mas não deixam de dizer que o relatório de consolidação de gestão não existe. E, portanto, quero agradecer a vossa paciência e dizer-vos que em face disto, porque as contas só existem, porque existe atividade e esta consolidação ainda tem caminho para andar, o Partido Socialista irá votar contra".* Interveio de seguida o **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para referir que: “Eu prometo que vou ser rápido,

*porque depois da eucaristia que o Deputado João Nogueira deu aqui, vamos ter que abreviar um bocadinho o tempo, se não correremos o risco de estar cá na próxima sexta feira. Apesar de eu discordar com o que disse o Deputado João Nogueira, relativamente a dois mil e vinte e sete, e não é que estejamos contentes com esta governação social democrata, mas ter o socialismo de volta, por amor de Deus, eu acho que ninguém merece. Mas o que disse em relação à SGEB, não podia estar mais de acordo. Isto é um elefante que temos dentro da sala e que vai demorar para ser resolvido, mas a seu tempo toda a verdade sairá e será do conhecimento público. Relativamente às contas e aos resultados consolidados, naturalmente que o Chega não podia votar de outra forma, a não ser contra e até porque já o fez de uma forma crítica, construtiva, na altura da aprovação das contas na especialidade. Agora, em relação aos resultados consolidados, há aqui algumas coisas que não posso deixar passar em claro, nomeadamente nos outros gastos que vêm refletidos, como é que o município passa de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, para quase o dobro de outros gastos? Mas o que são outros gastos, para tirarem do município quase seis milhões e meio de euros? Acho que era de bom tom que o Executivo explicasse que outros gastos há assim tão relevantes, para terem uma parcela de seis milhões e meio de euros. É muito euro para se por “outros”. O “outro” é muito abstrato e vamos a factos e as contas têm que ser aprovadas, seja na especialidade, seja no resultado consolidado. Portanto, fica dado este mote. Causa-nos também alguma preocupação, que a grande fatia da receita do município, seja através de impostos. Naturalmente tem que haver impostos, mas é preciso separar bem quem é que paga os impostos, e já o dissemos isso aqui anteriormente, por isso é que estamos, julgo eu, legitimados para voltar a fazer. IMI e Imposto de Circulação. Estamos a atravessar uma fase negra no nosso país, no que diz respeito a incêndios. Estamos fartos de vir cá falar sobre isto.*

*Porque é que os nossos bombeiros, que prestam um serviço ao município continuam a pagar IMI? Nós falamos disso vezes sem conta. Os nossos bombeiros, os voluntários, diga-se, que não têm qualquer tipo de salário e prestam um serviço aos munícipes e, naturalmente, por inerência, ao município, não têm nenhuma regalia. Porque é que nós continuamos a arrecadar impostos de quem luta pelos bracarenses, de quem dá a vida, pelos bracarenses, de quem está no terreno diariamente, faça frio ou faça calor de quarenta graus, como tivemos estes dias e não tem uma atenção por parte do município. Como é que nós podemos conceber, está bem que é um problema estrutural que vem do governo central, de haver míseras reformas de trezentos e quatrocentos euros e como é que nós continuamos a cobrar estes impostos aos nossos reformados? É incrível a gestão que nós temos neste município, deixando de lado setores da sociedade que mereciam todo o nosso cuidado, toda a nossa atenção, como são estes que acabei de referir. Mas, mais uma vez, o município ignorou por completo. Relativamente às empresas municipais, não me vou alongar muito mais, porque já o fizemos aquando da aprovação das contas, muito antes do consolidado, naturalmente, mas volto a dizer o mesmo que já disse, e peço desculpa se me repito, mas é o que eu penso e tenho que o dizer nesta casa e é aqui que nós devemos abordar estes assuntos. Vai acontecer precisamente nas empresas municipais o que aconteceu com a maior empresa pública, a TAP. Vamos passar de contas muito bonitas e camufladas enquanto é possível e vai chegar a um ponto em que já não é possível mais e em que a bolha rebenta. Porque? Muito simples, estas empresas municipais deviam ser geridas, como o nome indica, por gestores e não por cargos políticos".*

*Prosseguindo, usou da palavra o Sr. Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA para inicialmente realçar que: "Antes de entrar na análise permitam-me que deixe uma palavra de gratidão para os bombeiros e para todo o ativo*

*envolvido na luta contra os terríveis incêndios que flagram em Portugal. E alerta para todos, como nação sejamos responsáveis por apoiar aqueles que perderam tudo nestes dias”. Disse, depois, sobre a matéria em discussão que: “A consolidação de contas das demonstrações financeiras, embora seja uma matéria relativamente recente no setor público, foi a última grande reforma levada a cabo em Portugal, no ano de dois mil e treze, constitui uma ferramenta de gestão determinante para melhorar a informação contabilística, prestada pela governação local e procura dar uma visão real da situação financeira e dos resultados do conjunto de entidades que compõe o perímetro de consolidação. Depois de ouvir o Sr. Deputado João Nogueira, há aqui algumas memórias que virão de trás, mas pela análise ao relatório e parecer do auditor externo ao exercício de dois mil e vinte e um, é evidenciado o cumprimento daquilo que são as disposições legais vigentes; é evidenciado o cumprimento daquilo que são as disposições legais vigentes e evidenciado o apoio e disponibilidade de meios, recursos e informação necessárias, mesmo num período de fortes constrangimentos, provocados pelo covid e também pela transição para o SNC-AP; é evidenciado o cumprimento dos procedimentos estabelecidos nos artigos setuagésimo sexto e setuagésimo sétimo da Lei número setenta e três de dois mil e treze e no quadro das normas aplicáveis e também da verificação dos procedimentos, a certificação legal das contas consolidadas mereceram uma apreciação positiva, por parte da equipa dos auditores externos. Portanto, qualquer dúvida que seja colocada aqui, no limite, parece-nos descabida. Já discutimos as contas em finais de abril do corrente ano. Só dar aqui uma nota, quando o Sr. Deputado Filipe Melo refere os impostos, toda a operação é suportada por impostos, transferências, por isso essas questões acabam por confundir. Gostaria de realçar três aspetos: Primeiro: a qualidade dos documentos*

*que suportam a prestação de contas e os respetivos relatórios de gestão e de contas consolidadas para dois mil e vinte e um. É notório o esforço para tornar estes documentos em ferramentas de maior transparência entre os gestores e os seus destinatários. Gostaria de dar os parabéns aos serviços envolvidos, e na pessoa do Dr. Sandro Louro agradecer a disponibilidade que tiveram para partilhar, apresentar, discutir e clarificar os vários aspetos da prestação de contas do Município de Braga. Segundo: é notória a profissionalização dos serviços, da gestão do município e das entidades que compõem o perímetro de consolidação. Há uma linha no modelo de governação, há um notório respeito pelo dinheiro que gerem, que é dos bracarenses. É até perceptível nas notas deixadas e na explicação de determinadas opções tomadas, bem como nas condicionantes, sejam pela adoção das novas normas de contabilização pública, sejam por imposição e cumprimento legal. Terceiro: os resultados próximos dos quatro milhões de euros, num ano tão exigente como foi o ano de dois mil e vinte e um, fortemente condicionado pela pandemia do covid-dezanove, são naturalmente um bom resultado. Os resultados já foram dissecados na reunião de vinte de abril, deixo as notas da análise macro, com impacto no perímetro de consolidação e que são demonstradores da eficiência da gestão. A InvestBraga comemora oito anos, e se foi inovadora e disruptiva há oito anos, é hoje um, agente incontornável para o empreendedorismo, inovação e captação de investimento para o concelho. Os mais de dois mil empregos criados anualmente são um forte contributo para melhorar a qualidade de vida de milhares de bracarenses. Ao longo dos últimos oito anos, apoiou cerca de cento e oitenta e quatro Startups, que angariaram mais de trezentos e sessenta milhões de euros em investimento e das quais resultou no sexto unicórnio português, a Sword Health. A Agere tem demonstrado uma eficiência ímpar nos vários domínios. A Agere tem sido irrepreensível, creio que o*

reconhecimento dos bracarenses é cada vez maior, os responsáveis pela limpeza, porque os homens do lixo somos nós, merecem total respeito dos munícipes. No domínio da Cultura, o forte investimento já não deixa ninguém indiferente, com um programa inclusivo, descentralizado e arrojado que nos alimenta a esperança de sermos a capital da cultura em dois mil e vinte e sete. A empresa Teatro Circo tem desenvolvido um trabalho verdadeiramente notável. Na ação social a Bragahabit tem conseguido dar resposta em tempos verdadeiramente desafiantes, mas tem sabido também inovar e adequar a sua atuação aos novos tempos. Por fim destacaria a TUB, que reflete bem aquilo que é a gestão do executivo liderado pela coligação Juntos por Braga e como também já disse aqui o Deputado Felipe Melo, nenhum bracarense nesta altura querará voltar ao passado. Em dois mil e treze pegou numa empresa endividada, com uma frota envelhecida e após oito anos consecutivos de resultados positivos, a TUB foi transformada numa empresa de excelência, exemplo no setor dos transportes público de âmbito local uma empresa reconhecida como ambientalmente responsável. A distinção da TUB, na vigésima quinta edição dos Galardões "A NOSSA TERRA", na categoria de Organismo Serviço Público é o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Parabéns. Fechado o exercício de dois mil e vinte e um, permitam-me endereçar uma saudação especial ao Executivo, às Senhoras e Senhores administradores das empresas municipais, que têm feito um trabalho verdadeiramente excepcional. Saúdo também os trabalhadores das empresas municipais, dos serviços do município e das juntas de freguesia. Esta será a última sessão antes de férias, desejo a todos boas férias, saúde e cá nos encontraremos em setembro". Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES** que, a propósito disse: "O ponto dois da nossa ordem de trabalhos, tem a ver com o Relatório de Contas Consolidadas de dois mil e vinte e

*um do perímetro de consolidação municipal. Nós não estamos a discutir relatórios de atividades das empresas ou do município. Portanto, por aquilo que há pouco ouvi aqui, do Senhor Deputado do Partido Socialista, dava ideia que estamos a discutir o relatório de atividades de cada uma das empresas municipais, o que me parece que não é de todo o objetivo deste ponto. Não obstante, este ponto resulta de uma reforma, como também já foi aqui dito pelo deputado Carlos Vaz, a Lei setenta e três de dois mil e treze, que depois de um período de pré-bancarrota em que Portugal esteve envolvido a partir de dois mil e onze, foi necessário encontrar mecanismos legais para que as entidades públicas fizessem a consolidação das suas contas. Porque o que aconteceu em dois mil e onze, como bem se lembram, apesar de ter sido há onze anos e alguns procurarem apagar a memória, o que aconteceu foi que muito da despesa pública foi literalmente varrida para baixo do tapete, porque não havia obrigação legal de fazer a consolidação de despesa pública nos vários organismos da administração, seja ela central ou local. A Lei setenta e três de dois mil e treze, portanto a Lei das Finanças Locais, é assim que ela é normalmente conhecida, estabeleceu um regime que obriga as autarquias locais e as empresas municipais, aquelas que são aquilo que se chama as empresas municipais, isto é, aquelas que são detidas pelo menos em cinquenta por cento pelo município, a integrar o perímetro de consolidação e, portanto, a apresentar um relatório de contas consolidadas. Como também já foi aqui dito, e bem, é um exercício de transparência, mas é também um exercício que melhora o processo de gestão e o processo de suporte à decisão. E é isso que o Relatório de Contas Consolidadas de dois mil e vinte e um do Município de Braga representa. Ela está, obviamente, ancorada naquilo que são os objetivos de melhorar o processo de tomada de decisão, mas também melhorar o controlo das contas, não só das respetivas participadas, mas também de todo o universo municipal, de melhorar a*

*informação financeira que é prestada pelo grupo não só aos cidadãos, mas também às entidades financeiras, porque, como sabem perfeitamente todas as instituições e em particular as empresas municipais e o próprio município, precisa de contrair dívida, precisa de se endividar na banca, com vários instrumentos que é preciso prestar este tipo de contas às entidades financiadoras, mas é também importante para implementar políticas de agregação e de consolidação naquilo que é o grupo municipal e, já agora, também para conferir uma capacidade de transformar a informação no tempo e projetá-la nesse mesmo tempo, para que o modelo de gestão possa ser melhor escrutinado por todos nós. E, portanto, o que nós hoje temos aqui perante a nossa apreciação, é precisamente este Relatório de Contas Consolidadas. Todas as empresas, como se costuma dizer, tentaram fazer o seu melhor, umas com melhores condições de partida que outras, mas todas elas, influenciadas por um contexto altamente complexo, como foi o ano dois mil e vinte e um, que não sendo talvez o ano pior da pandemia, porque não foi o primeiro, foi o ano onde ela se fez sentir de forma mais vincada em toda a nossa sociedade, como bem se lembram desde janeiro de dois mil e vinte e um e, portanto, todo o exercício foi impactado pela crise sanitária e, sobretudo, pela necessidade das empresas municipais e de todo o universo municipal de responder a esse grande desafio, não só de manter os serviços a funcionar, mas também prestar um cuidado especial e redobrado aos cidadãos que, em condições normais, isso não seria tão relevante. E, dito isto, importa olhar para os números e os números são, goste-se ou não, cristalinos, não obstante, a prova do algodão, às vezes, não ser aquela que nós gostaríamos que fosse. Mas o certo é que o resultado consolidado, mais do que duplicou no intervalo, portanto, na passagem de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um. Passou de um resultado negativo de dois milhões e duzentos mil euros para um resultado positivo consolidado, bem entendido, de mais de quatro milhões*

*de euros, e, portanto, há aqui uma variação muitíssimo significativa, o que faz evidência sobre a qualidade da gestão. Podemos, depois, discutir, mas, como disse, não é o âmbito deste ponto, aquilo que foram as atividades e a forma como elas foram feitas, o que estamos a discutir são relatórios de contas, como também já foi aqui dito, foram devidamente auditados pelo Fiscal Único e pelo Revisor Oficial de Contas. O que também importa destacar, nomeadamente ao nível do balanço, que é um pouco a radiografia do património do nosso município. Isto significa o quê? Significa que nós tivemos um aumento de ativo, na casa dos quatro milhões de euros. Tivemos um aumento do património líquido e, portanto, se quisermos aquilo que é o capital do município, que passou de quinhentos e cinquenta e seis milhões de euros para quinhentos e sessenta e um vírgula seis, portanto, um aumento de cerca de cinco vírgula cinco milhões de euros. E não menos relevante do que isto, uma redução da dívida, portanto, uma redução daquilo que é o compromisso de todos nós com o pagamento dessa mesma dívida, porque, pelo menos esta maioria, não pensa como alguns socialistas que dizem que a dívida não é para se pagar, é para se gerir. Nós acreditamos que a dívida é mesmo para se pagar, naturalmente tem que ser sempre feita uma boa gestão da mesma. Mas a dívida reduziu-se em um vírgula quatro milhões de euros, o que significa que todos nós ficamos com menos encargos para o futuro, nós, bracarenses, nós, cidadãos do presente e, sobretudo, os nossos filhos e netos, cidadãos do futuro. E, portanto, esta redução da dívida, que no rácio entre passivo e fundos próprios tem uma redução de cerca de zero vírgula cinco por cento, é também um bom indicador, mostra que houve um cuidado com a gestão e houve também um cuidado com a responsabilidade intergeracional, porque, como digo, dívida hoje são impostos amanhã. Olhando para o presente, mas não esquecendo o futuro, temos perante nós um desafio muito significativo. É o desafio da incerteza. Não é aquele que tantas vezes se diz das*

alterações climáticas, o problema da descarbonização ou da descarbonização é, sobretudo, o desafio da incerteza. É não saber o que nos espera amanhã, porque o mundo está a mudar a uma velocidade estonteante. Em vinte e três de fevereiro tínhamos um mundo, a partir de vinte e quatro de fevereiro passamos a ter outro. Antes do final do ano, tínhamos um nível de inflação, hoje estamos com cerca de sete por cento de inflação agregada daquilo que são no índice preços ao consumidor e em alguns sectores da nossa atividade e em alguma tipologia de produtos, nomeadamente os produtos alimentares, estamos com níveis de inflação superiores a vinte e cinco por cento. Portanto, tudo isto impacta com a gestão do dia a dia. Tudo isto impacta com aquilo que é a capacidade que a autarquia vai ter para fazer no futuro. E, portanto, contas certas, contas controladas, boas contas, é o primeiro passo para podermos fazer coisas boas no futuro. Porque o que aconteceu em dois mil e onze, um estado falido, é o maior inimigo do Estado Social, que para tantos é tão importante como para nós, CDS-PP. Portanto, ter um município com contas certas, ter um município que ano após ano melhora o seu nível de gestão, é indiscutivelmente um bom indicador para o futuro, neste futuro de incerteza que, como disse, está aqui, já não é futuro, é presente e, portanto, é também para isso e é também por isso que o CDS-PP vai votar favoravelmente o ponto dois, o Relatório de Contas Consolidadas do Município de Braga”. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA** se pronunciar, tendo, para o efeito, dito que: “O relatório das contas consolidadas do município de Braga, muito mais do que uma obrigação legal, é uma questão de transparência do uso de dinheiro e recursos públicos e, por conseguinte, representa também um dos pilares da defesa da cidadania pelo aumento da informação prestado sobre a atividade do município, agora globalmente considerada. Assim, os dados globais económicos do nosso concelho,

*referentes agora às empresas do perímetro municipal, estão à disposição de todos, quer das senhoras e senhores deputados desta distinta assembleia, quer dos cidadãos do nosso concelho. É possível comparar toda a informação, quer no espaço quer no tempo, é possível, através desta informação, um maior controlo da totalidade das contas municipais, é possível perceber o aumento das políticas e culturas de gestão do grupo municipal e, principalmente, melhorar o processo de tomada de decisão. E também é possível, através dessas contas, perceber o quanto de errado algumas intervenções da oposição tiveram aqui, porque o que dizem não é nada do que está plasmado no documento. O aumento da atividade das empresas municipais, nos seus vários domínios, continuaram satisfatoriamente, mesmo em período pandémico, tendo algumas delas, como os TUB, a BRAGAHABIT e a AGERE sido essenciais para diminuírem os sacrifícios que esta avassaladora pandemia trouxe para a vida dos cidadãos. Durante o ano de dois mil e vinte e um, o resultado líquido de exercício foi de quatro milhões de euros, apesar do aumento dos gastos com o custo do pessoal – mais seis milhões e quinhentos mil euros -, do aumento dos fornecimentos de serviços externos e um aumento grande nos subsídios concedidos, - cerca de um vírgula dois milhões de euros – no apoio ao setor público, local e instituições sem fins lucrativos no âmbito da pandemia. Este valor e este facto foram completamente ignorados pela oposição nas intervenções que aqui fizeram. É realmente de estranhar como é que perante uma pandemia, perante o apoio que esta Câmara Municipal deu tantos cidadãos, como é que os Senhores fazem tábua rasa exatamente deste ponto, tão importante para a vida do município e que, de alguma maneira, atenua o sacrifício de muitos cidadãos. O património líquido do grupo municipal, aumentou o seu valor em cinco vírgula cinco milhões de euros, devido ao seu resultado líquido, o que diz bem da robustez económica financeira do município. Os gastos com o pessoal deveram-se a*

reposições salariais, valorizações remuneratórias decorrentes do SIADAP, do aumento do número de colaboradores, na atualização do salário mínimo nacional e dos respetivos encargos salariais, bem como da entrega das horas extraordinárias relativas ao ano de dois mil e dezasseis. Registou-se também um aumento dos proveitos, na ordem dos treze vírgula trinta e cinco por cento, totalizando dezoito vírgula nove milhões de euros. O aumento das receitas dos impostos, é bom de realçar, em cerca de dez milhões de euros, não resultou de aumento de taxas ou do aumento da taxa de esforço dos contribuintes, como algumas intervenções aqui pareceram querer dizer. Este aumento de receitas teve a ver exclusivamente com o aumento da atividade económica, mesmo em período pandémico, como aumento dos loteamentos, repercutindo-se no aumento das respetivas receitas, mas com as mesmas taxas, acontecendo o mesmo com o aumento das receitas turísticas, de publicidade, etc. Ou seja, mantiveram as suas taxas, aumentou a atividade económica e, portanto, aumentaram as receitas. A receita do IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de bens) também não resultou do aumento das taxas, que se mantiveram intocáveis, mas das maiores transações ocorridas no mercado imobiliário. Aliás, os resultados positivos que os últimos CENSOS confirmaram que a atração por Braga, em contra corrente ao que se passava por quase todo o país, só poderia resultar nestes valores, que confirmam a nossa cidade como uma das mais atrativas, senão a mais atrativa, para se viver em Portugal. Voltando aos dados económicos, verificamos que o ativo financeiro do município é financiado por fundos próprios, do que se conclui a sua autonomia financeira. O índice de endividamento tem diminuído substancialmente, como se conclui pelo rácio da autonomia financeira havendo, por outro lado, um equilíbrio do ratio de solvabilidade, dado que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios. O endividamento global do município

*de dois mil e vinte a dois mil e vinte e um, por outro lado, diminuiu um milhão e quatrocentos mil euros o que diz bem da qualidade da gestão municipal. Nenhum destes fatores foi aqui referido nas intervenções e isto consta do plano apresentado. Pura e simplesmente ignoraram. E Senhor Deputado João Nogueira, tenho a certeza que o meu amigo Deputado em dois mil e vinte e cinco vai voltar a dizer, que é agora em dois mil e vinte e nove, que ganha as eleições. E também tenho a certeza que em dois mil e vinte e nove vai dizer que em dois mil e trinta e três, agora é que vai ganhar as eleições. Portanto, não se preocupe com isto, nós cá estaremos para cumprir, com certeza, Braga como Capital Europeia da Cultura, e para fazer desta cidade uma referência a nível mundial. Quanto ao BRT, devo dizer uma coisa, o BRT não tinha constado deste relatório porque o BRT, neste momento, este relatório é o relatório, como diz o próprio ponto, de execução orçamental das empresas municipais. O BRT não tinha que constar aqui neste relatório. Portanto, dizer que não há plano BRT é uma falácia. Estamos a falar do relatório das contas consolidadas de dois mil e vinte e um. Em virtude disso o BRT não tinha que constar aqui neste relatório. Precisamente porque não tem necessidade de constar, não faz parte das contas consolidadas, portanto não teria nada que ser aqui referido. Por outro lado, será mais tarde, mas para dois mil e vinte e um não é. Quando o Senhor diz que não há nada sobre a Braval no relatório, convido o Senhor Deputado a ver a página trinta e seis do mesmo relatório e vai perceber que realmente é referida a Braval e bastante. Já para não falar da Capital da Juventude, aliás, já para não falar da Pousada da Juventude, que não é aqui referida, mas é referida a seguir nos relatórios trimestrais, no ponto seguinte. Quanto à questão da SGEB, Sr. Deputado também é preciso um bocadinho de lata, por parte do Partido Socialista, de vir falar aqui neste ponto, porque se houve algum responsável político, algum partido responsável político*

*pelo agravamento das contas municipais durante estes anos todos e futuros, é precisamente o do Partido Socialista. E virem agora fazer de conta que não sabem nada disto, que não tinham nada a ver com o assunto, também não fica muito bem, até porque, como é referido neste relatório, o Tribunal de Contas, através do Tribunal de Contas, devido à oposição do Tribunal de Contas, esperou-se o Orçamento de dois mil e vinte e dois, para termos uma posição sobre o procedimento da SGEB. É isso que estamos a aguardar que aconteça. Tudo isto é confirmado pela qualidade dos serviços municipais, como se percebe, no tocante aos TUB, onde não se entende, também, quando o Sr. Deputado diz que não há preocupações ambientais, porque houve a entrada em função de vinte e cinco autocarros a gás, a que se juntaram mais treze elétricos, decorrentes de um investimento superior a quinze vírgula quatro milhões de euros e com a futura candidatura à aquisição de mais trinta viaturas. Devido à sua excelente gestão os TUB encerram o resultado líquido de exercício em cerca de seiscentos e trinta e cinco mil euros, tendo sempre presentes o conforto, a acessibilidade, o aumento das linhas e rotas e o aumento da sustentabilidade em prol dos seus passageiros e dos cidadãos em geral. No tocante à AGERE continuou em dois mil e vinte e um a prestar um excelente serviço aos bracarenses no tocante ao abastecimento de água, de saneamento das águas residuais bem como na recolha de resíduos urbanos. É de registar, no tocante a esta empresa, a entrada em vigor do Acordo da Empresa, nunca conseguido em gestões anteriores, elogiado pelos sindicatos, concretizado pelo aumento e progressão das carreiras e com ajuste salarial. É de destacar também o lançamento do concurso público internacional para a construção da ETAR do Este que permitirá normalizar o tratamento das águas residuais em Braga. Esta empresa continua a aumentar o seu número de negócios, mais cinco por cento que no ano de dois mil e vinte e um num resultado líquido*

*superior ao ano anterior de três vírgula nove por cento, perfazendo mais seis vírgula nove milhões de euros, com uma autonomia financeira superior a cinquenta e dois vírgula sessenta e cinco por cento. O investimento cresceu quarenta e dois vírgula quarenta e um por cento em relação ao ano de dois mil e vinte, tendo previsto aumentar até o valor das empreitadas este ano em dezassete vírgula sete milhões de euros. A Bragahabit, por seu lado, em dois mil e vinte e um, apoiou em habitação social, em subarrendamento, em residências partilhadas e na modalidade de Regime de Apoio Direito ao Arrendamento mais de mil duzentas e trinta famílias. Continuaram a reabilitação dos bairros socais designadamente de Santa Tecla e o programa de eficiência energética do Bairro das Andorinhas. Senhor Deputado João Nogueira não foi referido no bairro do Picoto, pelo simples facto que, do ponto de vista jurídico, ainda não é propriedade da Câmara e, portanto, não tinha que constar aqui ainda. Sem esquecer, entre outros, a aprovação da Estratégia Local de Habitação, a assinatura do Acordo de Financiamento com o Instituto Nacional de Habitação, no âmbito do Programa do Primeiro Direito. Este programa assegura um financiamento de mais de quinze milhões de euros quer para a reabilitação do parque habitacional da Bragahabit, quer para a construção de mais quarenta fogos, determinado após um exaustivo estudo no concelho para a identificação de situações de carências habitacionais na população mais desfavorecida. Não esquecemos o resultado líquido negativo desta empresa em setenta e três mil euros, decorrentes das suas obrigações em ano de pandemia onde, para a continuação da sua atividade social, diminui em muito o seu valor de receitas, tendo mantido os seus custos quase inalterados, para não diminuir em quantidade e qualidade o serviço à população. O Teatro Circo, por seu lado, realizou trezentas e vinte atividades atingindo mais de trinta mil pessoas, tendo conseguido, apesar da situação pandémica, um resultado positivo de*

duzentos mil euros. Sr. Deputado João Nogueira, é preciso ter presente que dois mil e vinte e um foi o ano de recuperação, aliás, de reinício da atividade do Theatro Circo, praticamente teve quase parado em dois mil e vinte. A importante empresa para a dinamização económica de dinamização do mercado do emprego, do concelho de Braga, a INVESTBRAGA prestou apoio a cento e cinquenta e nove projetos de investimento, agilizou processos de licenciamento referentes às mais diversas atividades económicas, prestou um importante serviço de identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais para a projetos de investimento, auxiliou empreendedores para a decisão de localização das suas atividades económicas, tendo fechado o exercício no ano de dois mil e vinte e um com um resultado positivo de quatro mil euros. Como se depreende, apesar de toda as dificuldades registadas, quer do período pandémico, quer pelo peso nas contas do município do pagamento do estádio municipal, bem como da SGEB, a saúde financeira de Braga, fruto de uma gestão rigorosa do executivo municipal, vai bem e recomenda-se como, aliás, a apreciação positiva pelo auditor externo confirma neste Relatório de Contas Consolidadas referente ao ano de dois mil e vinte e um. Senhor Deputado João Nogueira devo dizer que, precisamente, o auditor externo, diz que este relatório teve uma apreciação positiva. Eu não sei o que é que seria melhor do que isto”. O Sr. Deputado do CHEGA, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** interveio para desfazer alguns equívocos. Disse o Sr. Deputado Carlos Neves, que dívidas desde hoje, são impostos amanhã. Por sua vez, o Sr. Deputado Carlos Vaz, que integra a mesma coligação, diz que os impostos são a única fonte de receita do município. Portanto, o Senhor Deputado Carlos Neves, diz que estamos a reduzir o passivo, estamos a pagar os empréstimos, para futuramente não termos impostos. É a única conclusão que eu posso retirar do que disse. Ora bem, dois partidos da mesma coligação, duas visões completamente

*antagónicas sobre a forma de gestão do município. Não é bom haver dentro da mesma coligação, opiniões tão díspares. O Senhor Deputado Joaquim Barbosa, deixe-me que lhe diga, que economia não é o seu forte. O Senhor confunde impostos com taxas, quando são duas coisas completamente distintas. E a prova disso é que o Senhor já estava a ler o ponto três, quando se estava a discutir o ponto dois. Portanto, vamos meter um bocadinho de ordem e perceber que os bracarenses já não são propriamente leigos no que a esta matéria diz respeito. São pessoas informadas, são pessoas atentas, e quando nós vimos aqui falar sobre consolidações de contas e sobre os valores exatos que se apresentam nas contas, não estamos a falar para leigos, estamos a falar para a sociedade que nós representamos ou deveríamos representar de forma correta”. Retomou o uso da palavra, o Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA para “agradecer a referência que fez à minha intervenção, por acaso não me referi à sua, mas devo-lhe dizer o seguinte: posso não perceber muito de impostos, mas há uma coisa que percebo, quando há maior rendimento e se mantêm as taxas, de certeza que as receitas são maiores do que se não houvesse somente rendimento. Portanto, quem não consegue saber a distinção entre impostos e taxas é que não consegue perceber isto”. O Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES usou também da palavra para informar que: “Não é uma defesa da honra, caro Filipe Melo, é mesmo só uma tentativa de esclarecimento sobre aquilo que eu disse é que não há incoerência nenhuma com o que o Deputado Carlos Vaz disse. Dívida hoje, são impostos amanhã. Isto não é uma questão de semântica, é mesmo uma questão de matemática. Podemos depois divagar sobre a matemática e sobre as contas que os impostos de amanhã resultam e da forma como resultam da dívida de hoje. O que as contas municipais de dois mil e vinte e um consolidadas demonstram é que*

houve uma redução um milhão e quatrocentos mil euros, ou seja, para manter a mesma atividade, a Câmara consegue reduzir a dívida em um milhão e quatrocentos mil euros, admitindo que essa atividade, inclusive, até foi bastante maior em dois mil e vinte e um do que em dois mil e vinte, sendo que em dois mil e vinte houve necessidades importantes para atender. Ao reduzirmos a dívida estamos a não comprometer o futuro, não só por via da necessidade desses capitais e que normalmente podem vir ou de impostos ou de outro tipo de rendimentos. A Câmara Municipal não tem rendimentos e as respetivas empresas não têm rendimentos só a partir de impostos. Aliás, a maior parte das empresas municipais têm rendimentos a partir da prestação de serviços, porque é o seu modo de vida. E mesmo a autarquia tem muitas outras fontes de rendimento que resultam de receitas municipais e receitas nacionais transferidas pelo Fundo Municipal. Portanto, não é só por aí que as receitas advêm. Agora, a forma de gestão de todo o universo municipal, se for mais eficiente, claramente que onera menos os cidadãos. E é isso que eu aqui tentei transmitir e que reafirmo, o que eu digo aqui para o município, podemos extrapolar para o governo da Nação ou da República, onde na Assembleia da República, creio que o Deputado Filipe Melo também poderá usar o mesmo argumento”. Posta à votação, foi a referida proposta aprovada com trinta e dois votos a favor, com catorze votos contra e com dez abstenções.

**PONTO NÚMERO TRÊS – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS MUNICIPAIS, RELATIVOS AO PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os relatórios de execução orçamental das Empresas Municipais, nos termos previstos na alínea a), do Número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, relativos ao primeiro

trimestre de dois mil e vinte e dois, os quais se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. a)- Theatro Circo de Braga, E.M., S.A.; b)- IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.; c)-AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.; d)-BRAGABABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. e e)-TUB – EM – Transportes Urbanos de Braga. Colocado à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para destacar que: “O primeiro trimestre do Teatro Circo traduziu-se num resultado positivo de cento e onze mil seiscentos e sessenta e dois euros! Esse resultado, pode vir a ser importante para compensar o terceiro e quatro Trimestres e onde prevejo que devido ao agravamento do custo de vida e ao aumento das taxas de juro, haja uma diminuição da verba disponível das famílias para assistirem a espetáculos culturais pagos, não porque menosprezem esses espetáculos, mas por terem a necessidade de garantir o pagamento do empréstimo da casa, do carro, da alimentação da família ou mesmo dos colégios ou das creches dos filhos! Quanto à InvestBraga teve, no Primeiro Trimestre, uma retoma progressiva da atividade conseguindo um valor de venda próximo do Orçamentado! No volume de negócios apesar de se destacarem as Feiras, Congressos e eventos, julgo que são extremamente positivos os resultados da Pousada da Juventude que conseguiu, neste primeiro Trimestre, ter uma taxa de ocupação de sessenta e quatro por cento, taxa essa, que provavelmente foi progressivamente aumentando à medida que acabava o Trimestre, dando um sinal muito positivo para os dois próximos trimestres! Valeu a pena manter o edifício naquele local e reabilitar o edifício! No geral, as contas são positivas pelo que merece o meu aplauso! Aqui, como vêm, discordo do Sr. Deputado João Nogueira. A Empresa Municipal Agere, fez jus à fama e voltou a ter um trimestre muito positivo com um aumento da faturação sem

que tenha existido uma oneração da fatura paga pelo munícipe, fruto de uma diminuição dos gastos! Como sabemos, avizinham-se grandes investimentos com a construção da nova ETAR do Este e a implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos até dois mil e vinte e três, pelo que considero muito positivo a garantia da Agere de que também não será por causa destes investimentos que se aumentará a fatura aos munícipes nos próximos anos! Quanto à Empresa Municipal Bragahabit, é prematuro ser analisada neste momento pois devido à natureza da empresa, os dados acabam por ser enganadores em relação ao que será o desempenho da empresa! No entanto, destaca-se a vontade de fazer mais e melhor por parte desta empresa municipal que tem enfrentado alguns obstáculos nas obras do bairro de Santa Tecla, no início das obras do Bairro das Andorinhas e que mereceu uma frase frontal e lapidar no fim do relatório: “O grau de execução do PPI (Plano Plurianual de Investimento) previsto para este Trimestre ficou dentro do estimado, mas aquém do pretendido! Quanto aos TUB também considero prematuro grandes análises. mas podemos desde já constatar com agrado, que existe uma retoma do número de passageiros neste trimestre o que me faz olhar com otimismo para os restantes trimestres!”. Seguiu-se intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA**, para dizer a propósito que: “Feita uma leitura dos relatórios trimestrais de execução orçamental das Empresas Municipais convêm reter o seguinte: a) -Teatro Circo de Braga, EM, S.A.; Conforme vem plasmado no relatório e passamos a citar: " Os gastos foram executados ligeiramente abaixo do previsto, tanto em termos globais como setoriais", ora para a CDU este primeiro sinal é, desde já, preocupante, para uma cidade que se quer Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete e que já tínhamos denunciado na Assembleia Municipal de dezembro em que se abordou o Orçamento e Plano de atividades para dois mil e vinte e dois, que o

*investimento no setor cultural era muito pouco arrojado pois previa a execução de projetos no valor de dois vírgula três milhões de euros, representativos de sete vírgula seis por cento do investimento total (menos cento e noventa e três mil euros do que em dois mil e vinte e um!!!). Lido este relatório, começam as contradições entre o valor de um milhão novecentos e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e três euros orçamentados em dois mil e vinte e um (ver página quinhentos e vinte e oito do orçamento aprovado em trinta de dezembro de dois mil e vinte e um) e depois o que mencionam neste relatório no seu Quadro dois e que refere um milhão oitocentos e trinta e nove mil duzentos e oitenta e seis euros, só aqui "já foram" cento e sete mil quinhentos e sessenta e sete euros, que se evaporaram!! Sobre investimento na cultura estamos conversados! B )-IB -Agência para Dinamização Económica, EM; Relativamente à InvestBraga, registamos a realização da quinquagésima quarta edição da AGRO - Feira internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação, com números muito próximos do ano de dois mil e dezanove. Pena é que nesse mesmo espaço exterior do Forum Braga, onde tão bem conviveram alfaias agrícolas, e raças bovinas autóctones, não possa também ser usufruída pelos feirantes e público da feira semanal de Braga, que foram corridos para a Estrada Nacional cento e um. Deve ser das únicas feiras semanais que tem que se realizar no meio de uma estrada nacional, por teimosia e inépcia deste executivo. c) -AGERE, Empresa de Águas Efluentes e Resíduos de Braga E.M.; Neste relatório, registamos as três páginas de propaganda política, em que aparece como "Braga capital de distrito com a fatura dos serviços de água, saneamento e resíduos mais barata de Portugal continental, tendo como base o consumo médio de quinze metros cúbicos por mês e a segunda mais barata se o consumo médio for de dez metros cúbicos por mês. Na sua jornada para a sustentabilidade, a AGERE aderiu no início deste ano ao Business Council for*

*Sustainable Development (BCSD), como gostamos destes títulos em inglês, não é verdade - Mayor of Europe Ricardo Rio?? Voltando ao relatório; este menciona que, e passo a citar: "O resultado líquido deste primeiro trimestre ascendeu a um vírgula sete milhões de euros, registando um aumento de cerca de vinte e três vírgula cinquenta e nove por cento relativamente ao previsto em orçamento. Que bom seria que este dinheiro revertesse todo para o erário municipal e não tivéssemos que dar quarenta e nove por cento ao seu parceiro privado. Em relação aos tempos de contingência devido ao calor e seca extrema que vivemos e que inexoravelmente se irão repetir no futuro, deixamos um alerta e desafio ao executivo camarário: Pensem num plano B para captação de água, não ficando refém apenas da ETA da Ponte do Bico, que se abastece unicamente no caudal do rio Cávado. Falem com técnicos e especialistas nestas matérias nomeadamente junto da UMinho, Ordem dos Engenheiros, LNEC, INAG -Instituto da Água, entre outros e estudem outras localizações e formas de captação de água. Pensem rapidamente em construir mais reservatórios de gravidade (que hoje em dia são unicamente abastecidos pela ETA da Ponte do Bico por sistema de bombagem), pois a cidade está a crescer assim como os consumos de água conforme o confirma o relatório na sua página vinte e um: "O forte aumento de adesões determina também um considerável investimento na construção de ramais domiciliários, cujo investimento executado neste primeiro trimestre corresponde a sessenta e sete mil euros." Ou seja, há uma clara assunção da necessidade de construção de ramais domiciliários, mas uma falta de visão de que esta tem que ser acompanhada pela construção de mais reservatórios. Quantos de nós, nestes dias de calor extremo, ao final do dia abrem a torneira e verificam que a pressão da água é mínima? d) - BRAGAHABIT, E.M; Da leitura deste relatório constatamos os seguintes factos. A obra no Bairro de Santa Tecla tem sofrido atrasos significativos, fruto da falta de*

capacidade do município em articular a mobilidade das famílias na fase de obras. A Reabilitação de habitações condomínio das Enguardas, cujo o valor previsto era de oito mil e quinhentos euros, a execução foi de zero por cento. Esperemos não chegar ao final do ano com estas obras por realizar. e) -TUB-EM- Transportes Urbanos de Braga. Em relação a este relatório trimestral, salientamos, no que diz respeito ao estacionamento à superfície os valores do primeiro trimestre foram de trezentos e setenta e dois mil quinhentos quarenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos. O que vai ao encontro das reivindicações da CDU, de voltar à esfera pública, todos os ativos e património do município, a favor do saneamento das contas públicas e do não agravamento dos custos para os cidadãos. Ficamos sem perceber as receitas da bilhética no primeiro trimestre, esperamos que no próximo relatório trimestral seja possível avaliar este parâmetro, assim como se ocorreu um aumento na procura deste tão importante meio de transporte público ao serviço da população de Braga e de quem a visita”. **PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE TERCEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA DOIS MIL E VINTE E DOIS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada na reunião de treze de junho do ano em curso, relativa à terceira Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) das Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e dois, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos registou-se a intervenção do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, **BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para dizer que: “Quanto a esta proposta de alteração orçamental modificativa, a IL vem reiterar o já referido na anterior

proposta de alteração orçamental: Começamos então por dizer o seguinte: “Que o país seja governado pelo país”, costumava dizer e escrever Alexandre Herculano. Pretendia com isto sublinhar as suas fortes convicções municipalistas e descentralizadoras. Na verdade, o municipalismo e a descentralização são valores e princípios liberais. É inegável que a descentralização: traz eficiência da estrutura administrativa; traz efeitos de competição subnacional; traz eficiência fiscal. Não obstante, esta reforma em curso estar aquém do pretendido, podemos ter aqui uma oportunidade de melhor servir o interesse dos Bracarenses, apostando numa cultura de proximidade. Esta alteração orçamental tem como objetivo dar resposta às receitas e despesas que resultam desse processo de transferência de competências. Contudo, voltamos a referir, não conseguimos perceber como se chegaram aos valores aqui em apreço. O que esteve subjacente para se considerar tais montantes? Até questionamos se serão suficientes, pois tem sido a reclamação de diversos presidentes da Câmara por todo o país. Naturalmente, a IL, nos próximos anos, vai estar atenta à execução das Grandes Opções do Plano referidas nesta alteração orçamental. Em face destas interrogações vamos abster-nos neste ponto da ordem de trabalhos”. Posta à votação, foi a referida proposta **aprovada com trinta e seis votos a favor, com vinte e uma abstenções e com três votos contra**. Foi depois presente uma **Declaração de Voto**, pelo Sr. Deputado do B.E., **ALEXANDRE SÉRGIO MANO**, salientando que: “O Bloco de Esquerda absteve-se na votação deste ponto. O Bloco de Esquerda desde o princípio esteve contra o quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais das competências que se encontravam na administração direta e indireta do Estado. Importa referir que não se tratou de um contrato de delegação de competências entre o Estado e as diversas Câmaras Municipais, mas antes uma transferência de competências

*operada pela via legislativa, sem que as autarquias fossem, neste processo, parte da decisão. O Bloco de Esquerda defende por princípio que as competências estejam alocadas ao órgão mais competente para as executar, que nos casos da saúde e da educação, não serão as câmaras municipais. Consideramos desde o primeiro momento que esta descentralização agrava as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências na educação e na saúde não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso das populações aos serviços prestados, e procuramos evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais. Pensamos que este processo promove a desresponsabilização do Estado em funções sociais como são Educação, Saúde e Cultura. Verificamos que o que está em causa não é uma verdadeira descentralização de competência, mas sim uma municipalização das diversas áreas envolvidas, onerando os municípios que não têm meios humanos ou recursos técnicos para tal. Acresce também que a proposta avançada não permite, em boa verdade, qualquer tipo de análise às opções do executivo quanto à gestão dos orçamentos para a educação e à saúde, porque não é mais do que previsão que nos parece superficial, feita em números redondos, para quatro anos. Temos a consciência que, uma vez que a legislação obriga a que o município de Braga orçamente os valores considerados adequados pelo executivo autárquico, e por este motivo não votamos contra a alteração orçamental, mas também por todas as razões invocadas não podemos, em consciência, pronunciarmo-nos favoravelmente. Por isso a opção do Bloco de Esquerda recaiu na abstenção”.*

**PONTO NÚMERO CINCO – REGULAMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL HUMAN POWER HUB.** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro e da alínea g), do número um, do artigo*

vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de treze de maio do ano curso, relativa ao Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo Social - Human Power Hub, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., JOÃO MANUEL GARCIA RODRIGUES**, para dizer que: “O grupo municipal do Bloco de Esquerda abster-se-á na ratificação do Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo Social, designado "Human Power Hub", porque apesar de não se rever neste modelo, reconhece a importância da atribuição de apoios sociais a muitos munícipes que se encontram em situação de pobreza ou outras vulnerabilidades. No entanto, no Bloco de Esquerda, não partilhamos a ideologia neoliberal com que o executivo da Câmara veste a sua política de apoios sociais, materializada neste Regulamento de Apoio ao dito Empreendedorismo Social. É a ideologia neoliberal a que está por trás de muitos problemas sociais do país como a precariedade extrema das relações laborais, o hiperindividualismo das relações sociais e a erosão de tudo o que é público, de tudo aquilo que nos permite viver melhor em sociedade. Mas é curioso constatar que esta ideologia - a ideologia neoliberal -, apesar de ser a raiz de muitos problemas sociais, económicos e ambientais do país, é apresentada, ao mesmo tempo, como a solução para esses mesmos problemas. E essa solução costuma aparecer sob a forma de empreendedorismo: empreendedorismo no emprego; empreendedorismo na educação; e, imagine-se, empreendedorismo social. Nestes termos, empreendedorismo não é mais do que uma resposta individualista para problemas que são, e sempre foram, coletivos, como a precariedade, o desemprego e a desproteção social. Não admira que a tríade neoliberal da privatização, da liberalização e da desregulamentação da economia

*e do trabalho das últimas décadas tenha resultado em baixos salários, empobrecimento e crescentes desigualdades sociais. Não é coisa pouca. Mas é esta ideologia que sustenta o designado "Human Power Hub" criado pelo executivo municipal. Com este projeto, a Câmara demite-se das suas funções, delegando a política social a pessoas e entidades que apresentem modelos de negócio em áreas de intervenção social do município. Para este executivo, a política social é a resposta individualista e é o negócio. Não podíamos estar mais longe desta visão neoliberal das políticas públicas. No Bloco de Esquerda não somos contra quem quer transformar boas ideias em ação concreta. E muito menos estamos contra quem, por sua vontade, decide, livremente, trabalhar por conta própria. A razão pela qual discordamos da política deste executivo prende-se com a utilização de políticas públicas para fazer avançar respostas individualistas para problemas que são coletivos; por contribuir para o negócio quando deveria colocar-se ao serviço de quem se encontra em situação de vulnerabilidade. Não pomos em causa experiências positivas recentes no campo social. Mas sabemos que a pobreza não deve ser um nicho de mercado pronto a ser explorado por quem com ela quer lucrar. Erradicar a pobreza é uma responsabilidade coletiva à qual só políticas públicas consequentes dão resposta". A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para inicialmente referir que: "Depois de ouvir as palavras do Sr. Deputado do B.E., fiquei um pouco confuso se estaríamos a falar da InvestBraga. Mas não. Depois fui ver os papéis e, de facto, estamos a falar de "The Human Power Hub", que é uma coisa chamada Centro de Inovação Social de Braga, tem um nome pomposo, mas o que quer significar isso mesmo. Centro de Inovação Social de Braga. E depois, naquela deriva ideológica fundamentalista do Bloco de Esquerda, de chamar de tudo que é feito com vontade de quem quer mudar o estado das coisas, como o neoliberalismo*

*e, portanto, aquela coisa que tudo é neoliberal. Portanto, nós hoje montámos uma empresa, somos neoliberais e, portanto, somos assim, uma espécie que devia ser objeto de um anátema qualquer. E então fui fazer aquele exercício de googlar, o que é que quer dizer empreendedorismo social? Fonte Wikipédia, portanto, é uma fonte, como sabemos, absolutamente colaborativa. O empreendedorismo social é uma forma de empreender, naturalmente, em que o empreendedor monta um negócio, onde o seu maior objetivo não é gerar lucro financeiro, mas buscar, promover a qualidade de vida das pessoas que estão envolvidas, através da resolução de algum problema social existente. De neoliberalismo, nada. Portanto, isto não tem nada a ver com neoliberalismo. Mas o certo é que o Regulamento do Human Power Hub do Centro de Inovação Social de Braga está hoje aqui em votação e merece a nossa consideração e obviamente vai merecer o voto favorável do CDS, porque o Centro de Inovação Social de Braga atua no domínio da Inovação e do Empreendedorismo Social e é uma plataforma agregadora de atores que ajuda a criar serviços inovadores e iniciativas empreendedoras com impacto social, não económico, necessariamente, na comunidade. Integra o Laboratório de Inovação de Braga, que é uma estrutura mais ampla. Resenha histórica: Entre dois mil e quinze e dois mil e dezassete - Município de Braga - Financiamento URBACT (cinquenta mil euros); entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte e um - Fundação Bracara Augusta - Financiamento Portugal Inovação Social (trezentos e oitenta e um mil euros); e desde dois mil e vinte e dois - BragaHabit E.M (Candidatura a fundos europeus em fase de desenvolvimento). Portanto, não há aqui riqueza gerada a partir do lucro, nem os empreendedores têm qualquer objetivo de lucro financeiro como, aliás, é disso na própria definição que citou. Dados de execução relativos aos primeiros 6 Meses na BragaHabit E.M: Adequação de todos os documentos estratégicos do período dois mil e dezanove-*

*dois mil e vinte e um às Lógicas da Função Pública; Realização do Programa de Aceleração para as Organizações da Rede Social de Braga (seis Projetos); Realização do Programa de Aceleração para Empreendedores Sociais (dez Projetos); Parcerias com UM - Opção de Empreendedorismo Mestrados e Opção de Empreendedorismo Doutoramento; Parceria Mestrado em Economia Social da UM; Participação em Congressos (seis Comunicações); Grupo de Trabalho da Rede Nacional de Incubadoras Sociais e de inovação Social apoiadas pelo Portugal Inovação Social; Parcerias Internacionais em Projetos Europeus (quatro Parcerias); Programação formativa regular/mensal; Receção oficial ao Presidente da República no âmbito das Celebrações do dez de junho e não tenho presente que o Presidente da República o tenha visitado por ser um centro de neoliberais. Lançamento do Programa Colaborativo "Assembleia Informal de Moradores" da BragaHabit. Exemplos de Projetos (dois programas de Aceleração dois mil e vinte e dois mil e vinte e um). Gostava de deixar também aqui alguns exemplos de projetos de empreendedores sociais que têm estado a contribuir para o bem-estar da comunidade, criando respostas, criando serviços que procuram, naturalmente equilibrar os custos, mas sobretudo prestar um serviço público que muitas vezes as entidades públicas não podem fazer ou não conseguem fazer. E dou o exemplo do projeto (Re)construir, que é um projeto que pretende desconstruir preconceitos face a minorias discriminadas ou potencialmente discriminadas na cidade de Braga. Convidam-se os cidadãos a entregarem-se a uma experiência imersiva (teatro do labirinto) e reflexiva (teatro do oprimido) de forma que, ativamente e em sociedade, sejam construídas crenças e comportamentos mais tolerantes. Dos zero aos cem - "Intercâmbio de Gerações": Ambientes multigeracionais. Promover a solidariedade e fortalecer a equidade entre as gerações através da criação de espaços de partilha entre as gerações, focando-nos assim numa intervenção*

*intergeracional que visa o desenvolvimento, partilha, aquisição de novos saberes e competências. Um terceiro projeto, Mais Seguro em Casa - Programa de Apoio e Vigilância no Domicílio. Um projeto focado no desenvolvimento de estratégias que fomentam o envelhecimento ativo e proporcionam cuidados globais de saúde à população sénior em contexto domiciliário. Por tudo isto que não é pouco, obviamente o CDS-PP vai votar favoravelmente o Regulamento do Centro de Inovação Social de Braga, Human Power Hub, porque é um Regulamento eu procura criar condições para estimular o aparecimento de projetos como estes e outros ainda melhores, certamente, e criar condições favoráveis para que quem tem ideias e, sobretudo, para quem tem necessidades, possa bater a uma porta e possa ter resposta para esses mesmos problemas”. Posta à votação, foi a referida proposta **aprovada com trinta e nove votos a favor e com vinte e duas abstenções.***

**PONTO NÚMERO SEIS – REGULAMENTO DO CONSELHO LOCAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA.** *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), número um, do artigo trigésimo terceiro e da alínea g), número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de treze de junho do ano curso, relativa ao Regulamento do Conselho Local de Habitação de Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para dizer o que segue:*

*“O concelho de Braga enfrenta um problema gravíssimo: a falta de habitação. Um problema que não é de hoje, mas que se tem exacerbado de dia para dia. E porque a sua resolução não ocorre de imediato, devemos enfrentá-lo o mais rapidamente possível, porque o que está em causa é garantir o direito dos Bracarenses no*

*acesso à habitação. Como é do conhecimento de todos, o direito à habitação encontra-se consagrado na Carta Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa. Todos se lembrarão que o PDM de segunda geração teve como objetivo conter a expansão urbana, assumindo a reclassificação do solo rural em urbano como uma exceção, falhando redondamente na estimativa do crescimento urbano. Uma das consequências dessa opção política foi contribuir para a escassez da habitação, sendo bastante difícil encontrar fogos disponíveis no nosso concelho. Por outro lado, esta escassez catapultou o aumento do preço do arrendamento, estando o valor das rendas completamente desarmonizados dos rendimentos dos Bracarenses. O mercado imobiliário, tal como qualquer outro, está sujeito à lei da oferta e da procura. O que se verificou foi que a oferta não conseguiu acompanhar a procura, acarretando um aumento dos preços no mercado habitacional. Deste modo, enquanto se verificar pouca oferta e continuar a haver procura, os preços não vão ceder. A solução para este problema passará necessariamente por inverter esta tendência, sendo que todas as iniciativas que tenham este objetivo obterão o apoio da Iniciativa Liberal. Em conformidade, vamos votar favoravelmente a constituição do Conselho Local de Habitação, cuja possibilidade de criação está prevista deste dois mil e dezanove na Lei de Bases da Habitação. A Iniciativa Liberal espera que, de forma célere, este órgão consultivo auxilie o executivo a desenhar políticas municipais para “dar resposta ao direito à habitação” em Braga, lançando desde já o desafio para elaborar a Carta Municipal de Habitação que deverá ter a participação de todos. Esta Carta deverá definir as múltiplas necessidades do município, quer em termos de solo urbanizado, quer em termos de reabilitação do edificado de forma a responder às mais diversas carências habitacionais. Assim, a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente esta proposta*

de regulamento”. Posta à votação, foi a referida proposta **aprovada com quarenta votos a favor e com vinte e duas abstenções.** **PONTO NÚMERO SETE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO – IMOFERTOR – IMOBILIÁRIA, SA – RUA CONDES DE REDONDO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAÇA E FREDELOS – BRAGA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, apreciada na reunião de trinta de maio do ano em curso, relativa ao reconhecimento de interesse público estratégico, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos trigésimo primeiro a trigésimo terceiro do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, em nome da Empresa IMOFERTOR – Imobiliária, SA, sita na rua Condes de Redondo, da União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, deste concelho, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Deu início à discussão deste ponto da ordem de trabalho o **Sr. Deputado do B.E., JOÃO MANUEL GARCIA RODRIGUES,** que a propósito disse: “O grupo municipal do Bloco de Esquerda votará contra o reconhecimento de Interesse Público Estratégico para a construção de um centro de armazenagem da empresa Imofertor - Torrestir, com trinta e duas boxes para cargas e descargas de camiões e trinta lugares de estacionamento, na freguesia de Vilaça. Seria razoável pensar que este centro de armazenagem seria apenas permitido numa zona industrial do concelho, longe de zonas habitacionais e de espaços verdes, e com todas as condições para acomodar a circulação diária de dezenas de camiões. Mas razoabilidade não é palavra que entre no dicionário do executivo municipal. A construção deste centro de armazenagem, num terreno de vinte e quatro mil metros quadrados, está planeada para ser feita numa zona rodeada por dezenas de moradias, onde residem centenas de pessoas, na freguesia de Vilaça, uma freguesia rural do concelho. Além disso, o

*uso dominante onde o projeto está implantado está classificado no PDM como espaço verde. "A proposta não se encontra em conformidade com as categorias de solo previstas no PDM de Braga" e "a capacidade máxima construtiva é ultrapassada". Quem o diz não é o Bloco de Esquerda. Quem o afirma é a própria Torrestir no seu relatório do projeto. Repito as frases da empresa: "A proposta não se encontra em conformidade com as categorias de solo previstas no PDM de Braga" e "a capacidade máxima construtiva é ultrapassada". Estas restrições seriam suficientes para inviabilizar a construção deste centro de armazenagem naquele espaço verde rural rodeado por habitações. Mas as restrições podem ser ultrapassadas se a Câmara reconhecer que o projeto não coloca em causa as características físicas e funcionais do território. E foi isso mesmo o que a Câmara fez: considerou que um centro de armazenagem, localizado num terreno de vinte e quatro mil metros quadrados, onde circularão dezenas de camiões todos os dias, e que será implantado num espaço verde rural rodeado por dezenas de habitações, não coloca em causa as características daquele território. A Câmara em vez de defender o interesse público e respeitar o PDM que a própria aprovou, protegendo os valores do território e a qualidade de vida dos moradores de Vilaça, coloca-se do lado dos interesses da empresa Torrestir. Além disso, o que o executivo municipal faz com este reconhecimento de Interesse Público Estratégico é dar carta branca à empresa, fazendo com que ela não seja obrigada a apresentar uma Avaliação Ambiental Estratégica, ou seja, para que não tenha de apresentar um estudo aprofundado que permitiria perceber em detalhe todos os impactes do projeto. A Câmara acha que não é necessária a Avaliação Ambiental; mas o Bloco de Esquerda quer ver salvaguardados os valores daquele local e, sobretudo, defender a qualidade de vida dos moradores de Vilaça. Por isso, já que o executivo entende que uma Avaliação Ambiental não é necessária, pode ser que tenha todas*

as respostas para as perguntas que aqui deixamos: Qual será o impacto da circulação diária de dezenas de camiões na qualidade de vida dos moradores? Como será afetada a qualidade do ar? O executivo municipal assegura que serão respeitados todos os níveis legais de ruído, de dia e de noite? Quais serão as consequências da impermeabilização de grande parte daquele terreno? O executivo assegura que a linha de água que se situa nas imediações suportará todos os caudais originados por chuva forte? Está o executivo em condições de garantir que os moradores não sofrerão com inundações agravadas pela impermeabilização do solo? A Avaliação Ambiental Estratégica é um instrumento importante para apoiar a decisão. Mas o executivo municipal acha que esta Avaliação não é necessária. Como já havia achado antes para outros projetos porque tudo o que seja para facilitar o negócio é para avançar. Mesmo que os impactes negativos sejam imputados às populações e ao erário público, ou seja, a todos nós que teremos de lidar com os custos e as consequências dos impactes negativos destes projetos. Sabemos da importância da criação de emprego no concelho, mas não pode valer tudo. O ordenamento do território, os valores ambientais e a qualidade de vida das pessoas, está acima de qualquer interesse privado. É lamentável que o executivo municipal não o entenda”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.D.U., ANDRÉ COSTA CASTANHO CORREIA**, para dizer. “Com vista a promover as áreas necessárias para a implantação de novas empresas ou o alargamento de empresas existentes, o PDM, tem especificado um conjunto de zonas com características concretas. À generalizada necessidade de espaço que tais empresas implicam, acrescentam-se necessidades infraestruturais específicas e complexas. Da mesma forma, as implicações que tais empreendimentos têm nas suas distintas relações com território, não permitem que tais espaços convivam pacificamente com outras

*construções ou realidades. É o caso da intenção de reconhecer o interesse público a um armazém que a IMOFERTOR quer implantar em Vilaça. O terreno em questão está definido como Espaço Verde, contudo, entende este promotor, é mais interessante para o público que lá se situe um armazém de medicamentos - ou do que for; um armazém que deverá ocupar sete mil e quinhentos metros quadrados e ter uma altura de doze metros; o equivalente a um prédio de quatro andares. Este Espaço Verde não existe por acaso. Está lá precisamente para evitar que pavilhões deste tipo se implantem na proximidade do aglomerado de habitações que lá existe. Este Espaço Verde pressupõe que, por exemplo, por intermédio de um pequeno bosque ou uma pequena massa de árvores, a presença de armazéns ou fábricas é dirimida face à fragilidade daquelas habitações. Seja do ponto de vista do confronto entre escalas de edificado drasticamente diferentes, seja do ponto de vista da mitigação de ruídos. Queremos também salientar que, conferir interesse público a um investimento deste tipo e neste local, terá sempre de ser acompanhado do devido investimento nas vias de comunicação que lhe dão acesso. O traçado que caracteriza a ligação desta área até ao desvinculo de autoestrada mais próximo, em Celeirós - um percurso de cerca de quatro quilómetros - não tem, nem o perfil nem o estado de conservação adequados à passagem constante de camiões TIR. O mesmo se aplica à dimensão da rotunda na Nacional treze que recebe este percurso; uma rotunda que, desde há muito, também não tem as condições necessárias para os fluxos que devia organizar e que, todos os dias é o transtorno para milhares de pessoas. Possibilitar este investimento sem a devida requalificação viária significa acelerar o estado de degradação daquelas vias e, naturalmente, agravar a condição das populações que habitam nos seus limites. Por outro lado, executar as devidas requalificações significa canalizar dinheiros públicos novamente para favorecer uma entidade apenas. Para a CDU é, por isso,*

*incompreensível que seja reconhecido o interesse desta intervenção, neste terreno em particular, quando grande parte da área envolvente, a nascente, já se encontra definida como área económica. Não podemos acompanhar uma decisão que, ciente dos danos que esta construção vai causar à população de Vilaça, especialmente aos moradores da zona residencial mais próxima, se facilite a vida a um privado à custa de dificultar a vida de uma população inteira, que verão as suas propriedades ainda mais desvalorizadas e a sua qualidade de vida seriamente afetada. Com o nosso voto contra queremos manifestar que existem mecanismos no PDM que são para ser executados, nomeadamente as UOPG definidas propositadamente para implantar áreas de atividades económicas, e com isso criar condições para o desenvolvimento harmonioso do município. Sem isso, as exceções viram a regra, como este caso parece querer fazer”.* Passou, depois, a usar da palavra a **SR<sup>a</sup> TESOUREIRA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILAÇA E FRADELOS, EUGÉNIA MARIA ROCHA OLIVEIRA**, para realçar que: *”O interesse público do projeto Imofertor - Torrestir, foi alvo de participação pública por parte da Junta de Freguesia de Vilaça e Fradelos durante a discussão pública do mesmo e foi também debatido na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, no passado dia trinta de junho, tendo saído desse debate a seguinte proposta que foi aprovada por unanimidade: A Assembleia de Freguesia de Vilaça e Fradelos no âmbito do Interesse público estratégico do projeto da Imofertor - Torrestir previsto para a Freguesia de Vilaça vem tecer as seguintes considerações e questões que consideramos importantes ver respondidas face às consequências que se anteveem: A freguesia de Vilaça é uma freguesia rural, a área nobre da Freguesia estranhamente foi no passado destinada a zona predominantemente logística urbanizável e área de distribuição logística. Dizemos estranhamente porque não entende esta Assembleia de Freguesia como é possível*

*permitir contruir nos tempos em que vivemos uma área industrial de grandes dimensões como a prevista para este local rodeada praticamente por todos os lados de habitações familiares. Embora neste momento esteja apenas em causa o interesse estratégico de uma unidade Industrial, entendemos que a análise do mesmo não pode ser isolada. Temos que pensar na abrangência total dos projetos que ali irão nascer, recordando que a Sul do local onde está previsto este projeto decorrem atualmente obras de criação de uma outra zona de pavilhões industriais. A nível social e de qualidade de vida esta decisão vai ter um impacto brutal na vida desta pacata freguesia. Serão dezenas ou centenas de veículos diários a circular, provavelmente a todas as horas do dia e da noite. Questiona esta União de Freguesias se foi avaliado como e quais as vias de comunicação que vão utilizar os veículos que irão aceder a este centro logístico? Quais os impactos nas vias de comunicação municipais e nacionais? Estão estas vias de comunicação preparadas para conviver com este acréscimo de tráfego? Nomeadamente a Nacional cento e três-dois? É possível circularem e cruzarem dois veículos pesados em muitos dos locais desta estrada? Estão preparadas as estradas municipais adjacentes? Consideramos ser impossível realizar este projeto sem ser efetuada uma verdadeira análise dos impactos nas vias de comunicação. Quais serão os impactos no ambiente sonoro do local, tendo em conta as dezenas de habitações existentes num curto raio? Foi feito algum estudo relativamente às consequências de um projeto deste tamanho na rede de águas pluviais? Está a rede preparada para receber este aumento de caudal? Que consequências terá a impermeabilização do solo de toda a área de pavilhões? Estranhamente o projeto ignora em toda a sua análise a linha de água adjacente a todo este projeto. Tendo por conta os acontecimentos recentes, pelo conhecimento efetivo que esta Junta tem de toda a zona, é óbvio que a rede existente já hoje não suporta caudais um*

*pouco acima do normal, levando a inundações na zona baixa da freguesia de Vilaça e na própria freguesia de Fradelos. É imprescindível um sistema de águas pluviais adequada do à dimensão da obra que se pretende implementar que proteja terrenos e habitações a jusante deste projeto. Entende esta Assembleia que é necessário prevenir, projetar, para mais tarde não se ter de remediar e ter que andar com soluções de recurso que prejudicam todos, cidadãos, empresa e Município. Considera esta Assembleia que uma avaliação ambiental estratégica é um instrumento fundamental de política que ajuda na tomada de decisão e que seria fundamental na decisão de avançar neste projeto. Importa, por fim, salientar que nada move esta União de Freguesias contra a empresa que vai investir, mas é fundamental defender os interesses dos habitantes da União de Freguesias de Vilaça e Fradelos. São muitas as dúvidas que ficaram sem resposta pelo que a decisão desta Assembleia e Junta de Freguesia de Vilaça e Fradelos vai no sentido de votar contra o interesse Estratégico do projeto em causa".* Interveio o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO, CARLOS MIGUEL DA SILVA ABREU GUIMARÃES**, para referir que: *"O voto que vou expressar de forma desfavorável quanto à pretensão da lmo fertor, prende-se com o facto de a Junta de Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro não ter sido ouvida nem a sua população diretamente afetada e envolvida, quanto mais não fosse pelo acréscimo exponencial de tráfego de camiões a circular nas estradas da nossa freguesia, e também pelo facto de não terem sido suficientemente estudados os impactos do proposto e a forma de os minorar, seja no que respeita ao deteriorar das acessibilidades, do impacto ambiental relativamente ao aumento exponencial dos níveis de poluição e ao aumento do nível do ruído provocado pelos camiões e tudo o que mais acarreta, não havendo, pelo menos por ora, qualquer notícia de compensação desses*

*inevitáveis impactos. De facto, cerca de noventa por cento dos camiões, irão circular nas nossas estradas, teremos cerca de setenta camiões durante o dia a circular nas nossas vias e, durante a noite, circularão semirreboques carregados tanto na saída como na chegada ao referido armazém, em virtude de a empresa trabalhar vinte quatro horas sobre vinte e quatro horas, agravando ainda mais o já caótico trânsito e afetando o bem-estar da população. Evidentemente que se reserva a possibilidade de mudar de entendimento e de sentido de voto, caso se demonstre que a empresa está disposta a efetuar o estudo indispensável e o trabalho necessário a minorar ou compensar as potenciais influências nefastas junto da população afetada”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, para começar por fazer dois pedidos à Mesa. O primeiro, que se esclarecesse a questão dos tempos. Os nossos tempos começam a contar na altura dos cumprimentos ou se só depois, porque nas outras sessões não tem sido feito, ou seja, só no final dos cumprimentos é que tem começado e convinha que que isso ficasse esclarecido. O segundo ponto que vinha falar com a Mesa, era relativamente à questão de, sabendo que isto não está no Regimento, mas de propor um minuto de silêncio pelo piloto André Serra, um piloto de combate a incêndios, que morreu esta noite na localidade de Foz Côa, e esse minuto de silêncio, também extensível a todos os heróis que têm lutado contra esta vaga de incêndios que neste momento assola o país. Prosseguindo a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o mesmo Deputado realçou que: “Começa a ser uma repetição, mas mais uma vez o PAN, vem declarar a sua completa indisponibilidade para aprovar estes reconhecimentos públicos, que acabam por esquivar as entidades envolvidas na avaliação ambiental estratégica para os locais identificados. E mais uma vez dizemos: o PAN não é indiferente às necessidades de recursos dos agentes económicos do concelho, nomeadamente empresas que são*

*tão relevantes para a atividade empresarial e para as famílias bracarenses. Somos sim contra que estas necessidades se sobreponham de forma constante e muitas vezes abusadora ao uso das estruturas públicas existentes, ao nível de vida das populações ou aos recursos naturais. Continuamos a não gerir o território como um bem comum da mais vital importância, ignorando muitas vezes o equilíbrio da defesa das riquezas naturais em confluência com as necessidades da população, ainda para mais em projetos desta dimensão, que têm impacto direto em diferentes variáveis da vida dos bracarenses. Assim, relembramos que a avaliação de impacto ambiental é um procedimento preventivo nas políticas de ambiente e ordenamento, que tenta garantir que as prováveis consequências ambientais de cada plano são analisadas e tomadas em consideração, em vez de ignoradas. A Câmara Municipal de Braga tem meios disponíveis para encontrar as melhores soluções na captação de investimento das empresas locais e não locais, coisa que tem feito até relativamente bem, mas não deve facilitar desta forma a mitigação dos impactos que irão surgir destes mesmos investimentos, no sentido de não passar uma imagem para o exterior de desconsideração relativamente às questões ambientais. Gostaríamos ainda de perceber se existe a intenção, bem como a calendarização da intervenção ambiental referida nesta documentação, descrita como intervenção corretiva para minorar os principais problemas já detetados neste curso fluvial, com eventual participação do requerente neste processo. Assim, e pelas posições consubstanciadas pelos relatórios de discussão pública e por aquilo que também já ouvimos aqui hoje, verifica-se que irão existir constrangimentos vários nas populações, desde as questões ecológicas, com as repercussões ambientais que vão advir destes projetos à vida quotidiana dos munícipes, passando pela vertente do ruído e pelas deslocações, lembrando aqui o pacto da Mobilidade, que rapidamente parece ter sido esquecido, e ainda pela ausência de medidas de*

mitigação dos impactos diretos e indiretos, o PAN irá votar contra este pedido”. Respondendo à primeira questão levantada pelo presente orador, a **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** informou que os tempos começam a contar após os cumprimentos. Em relação ao pedido apresentado, que desconhecia, iria deixar à consideração no final da Assembleia. Verificou-se depois a intervenção do **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para dizer que: “Em relação a estas questões de reconhecimento estratégico, parece-me, sem dúvida, que é bom, as empresas são essenciais, ao contrário do que a extrema esquerda diz, para o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade. Portanto, quanto menos Estado nós tivermos, e nos países desenvolvidos é isso que se vê, quanto menos Estado e mais privado, maior é a prosperidade do nosso país. Mas isso é uma coisa que os senhores jamais vão entender, e ainda bem que isso é sinónimo dos resultados decrescentes que os senhores têm tido. Em relação a este projeto, parecia-me extremamente interessante e nós tenderíamos a votar favoravelmente, porque consideramos que é uma empresa que faz muito por este concelho, que cria emprego, que é uma marca de referência em Braga, que leva a imagem de Braga além-fronteiras, diria até. No entanto, a posição do grupo municipal do Chega será abster-se, porque não podemos compactuar com um desrespeito do município para com as freguesias envolvidas. As Juntas de Freguesia não são um mero objeto que a Câmara pode pôr e dispor. Nestas matérias, a Câmara deveria ser obrigada a consultar os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, para tomar uma decisão numa matéria tão sensível como esta. Portanto, se além disto, além deste desrespeito, a Câmara fizesse o favor de negociar com a empresa as condições para melhoria da rede viária e para a criação de emprego para as freguesias que estão adjacentes à criação desta empresa no local, seríamos completamente favoráveis. Como houve esse

esquecimento, o nosso sentido de voto vai ser a abstenção”. O Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO, passou a usar da palavra para dizer que: “O que se está a analisar neste ponto é o interesse público estratégico para empreendimento Imofertor na Rua Condes de Redondo na União de freguesias de Vilaça Fradelos! Ora, analisando o documento, temos como fatores negativos referenciados: Um primeiro ponto, a implementação de um edifício de grande volumetria numa freguesia Rural e em que não existe histórico de edifícios daquela envergadura; Um segundo ponto, o aumento do tráfego rodoviário com o subsequente aumento do ruído, aumento das emissões poluentes e o próprio desgaste das vias; Um terceiro ponto, a impermeabilização dos solos em sete mil e quinhentos metros quadrados e uma eventual possibilidade de contaminação acidental dos solos! Como fatores positivos referenciados temos: Um primeiro ponto que é o investimento de cinco milhões de euros; Um segundo ponto que é a criação de duzentos e dez postos de trabalho! Face aos pontos referenciados, e analisando os prós e os contras, podemos afirmar o seguinte: Quanto à implementação do edifício em Vilaça Fradelos, reconheço que não é a melhor localização, mas também compreendo as razões que a Torrestir o pretende implementar naquela zona! Também reconheço que a criação de uma periferia de árvores de grande porte, irão a médio prazo eliminar ou reduzir o impacte visual que um edifício daquela natureza apresenta! Quanto ao aumento de ruído, também é inegável que irá aumentar, sendo que não será tanto no armazém, mas sim nas deslocções dos veículos pesados de transporte! É um facto. No entanto, no próprio relatório diz o seguinte: “no que se refere à estrutura viária, conclui-se que o tráfego gerado será moderado”, e aqui estão a dizer que vai ser contínuo, “pelo que não irá exceder a capacidade da estrutura viária, apesar do tráfego à proteção ser moderado, o acesso à pretensão será feito pela Estrada Nacional

*Desclassificada centro e três-dois, que nos limites do prédio a estrutura viária ideal para aceder ao terreno em questão, bem como como esta, interliga-se a Estrada Nacional catorze, estrutura viária principal, proporcionando melhor acesso”. Ninguém pensa que uma empresa que é dona dos camiões, vai pretender montar um pavilhão, numa estrada que seja esburacada ou que esteja em estado degradado. Portanto, certamente o projeto irá, provavelmente, repensar algo mais do que manter a estrada como ela está e, portanto, certamente que terá melhorias e terá contrapartidas. Quanto à impermeabilização dos solos, considero não ser um problema pois o edifício não provocará um grande impacto numa Freguesia com pouca área impermeabilizada! Pode ser perfeitamente mitigado com o aumento do coberto vegetal e implementação de árvores de grande porte na periferia do terreno e principalmente com a implementação de depósitos ou Tanques que retardem o escoamento da água para a rede hídrica natural ou que permitam a sua utilização para sanitários, lavagens e rega, reduzindo a utilização de água potável da rede! Portanto, às vezes temos que pegar numa situação negativa e tentar reduzir a sua negatividade. Sendo um investimento de cinco milhões de euros e tendo o Concelho de Braga empresas fabricantes, construtoras e instaladoras com capacidade para realizar obras desta natureza, será certamente um investimento positivo e que acaba por auxiliar bastante essas empresas a terem resultados positivos num período muito complicado que se avizinha! A construção de um Centro Logístico desta envergadura e a criação de duzentos e dez postos de trabalho irá certamente auxiliar o pequeno comércio local tais como os restaurantes, os cafés e ou os minimercados! Além disso, estou em crer que será um investimento importante para evitar uma desertificação progressiva que se tem vindo a ter nesta freguesia! Não sendo uma decisão fácil e imediata, considero que no global, Braga e Vilaça Fradelos têm mais a ganhar do que a perder com este*

*investimento pelo que votarei favoravelmente este ponto!”. A palavra foi de seguida dada ao Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES para, a propósito, salientar que: “Este é, obviamente, um ponto complicado, complexo, que leva em consideração, como aqui vimos e, já agora, para começar por responder ao Deputado Filipe Melo, se calhar, talvez até conseguindo inverter o seu rumo na votação, embora não seja esse o meu propósito aqui, que quando veio cá dizer que os Presidentes de Junta ainda não foram ouvidos, eles foram ouvidos, designadamente, está aqui espelhada essa audição e percebo o que o Sr. Presidente de Junta de Celeirós disse, mas tanto quanto sei, o anterior executivo também foi ouvido. Talvez o atual não tenha sido e admito isso, mas a informação que tenho é que o anterior tinha sido ouvido sobre esta matéria e, portanto, quanto a esse ponto, queria deixá-lo aqui claro. Não houve nenhuma tentativa nem por parte da Câmara, nem por parte de quem quer que seja, de sonegar informação e a participação, nomeadamente, das Juntas de Freguesia. Ponto número dois, percebo exatamente os constrangimentos que um projeto deste tipo pode vir a acarretar e percebo que as Juntas de Freguesia sejam as primeiras a querer defender os interesses da população e vejam neste projeto riscos que podem acontecer. Mas, como há pouco disse o Sr. Deputado do PPM, não estamos aqui a avaliar os projetos de especialidades e de arquitetura, não estamos ainda nesse ponto. Estamos hoje a discutir, unicamente, o reconhecimento do interesse público estratégico para este empreendimento. E aqui vamos ao ponto quatro, o ponto quatro é o de que, independentemente das nossas razões, das nossas divergências e do facto de não concordarmos com as opções que podem estar vertidas nos documentos que nos apresentam, julgo que não devemos é deixar-nos levar por uma onda de populismo e chegar ao ponto de insinuar que há aqui algum tipo de ilegalidade ou algo menos claro nas intenções da Câmara e em*

*todo o procedimento, porque a questão do interesse público estratégico está prevista no regulamento do PDM. Isto não é inventado pela Câmara Municipal. É claro que são condições excepcionais, face à favorabilidade do investimento. Não estamos aqui a tratar de processos normais, porque se não, não vinham cá, nem precisavam de cá vir. É por isso que nós estamos aqui, é para discutir coisas difíceis e que, às vezes, põem claramente em choque interesses de diferentes perspetivas, nomeadamente das populações, dos interesses económicos, dos agentes económicos, das Juntas de Freguesia. E o que estamos aqui a avaliar, é se vale ou não vale a pena, conceder este reconhecimento de interesse público estratégico à luz do regulamento do PDM. E isso claramente, ou nós entendemos que estamos perante um processo que tramitou legalmente e que corresponde justamente às condições de excecionalidade que o regulamento do PDM prevê, e isso está mais do que demonstrado pelos documentos que temos aqui à nossa frente, ou então temos que arranjar outro tipo de argumentos para nos opormos ao reconhecimento estratégico e não ao projeto propriamente dito ou às especialidades que venham a surgir. Já foi aqui dito, e é mais do que assumido pela Câmara Municipal, ninguém vai construir um pavilhão destas dimensões e depois circular pelas estradas que existem hoje em dia em Vilaça. E antes que digam que eu falo aqui de cor e que falo porque vivo noutra zona da cidade, não é verdade, daqui a um mês e meio ou pouco mais, serei um dos habitantes de Vilaça. Portanto, estou a falar aqui muito à vontade e muito próximo, de resto, deste empreendimento. Portanto, não falo de cor, nem falo pensando que só vai afetar os outros. Eu, a entender aquilo que alguns entendem, serei um dos prejudicados. Agora, acho é que antes de nós avaliarmos a valia do projeto enquanto tal, o que estamos aqui a fazer é avaliar o conhecimento estratégico e, depois, seguramente que só uma Câmara completamente despasarada e, aí sim, já roçando o ilegal, é*

*que podemos admitir que um projeto desta natureza não venha acompanhado não só dos requisitos legais, em matéria de projeto, especialidades e de arquitetura, como também de todas as respostas às condicionantes que foram aqui postas, sendo certo que há sempre um nível de degradação, eventualmente da paz e tranquilidade numa freguesia destas, isso tem que se reconhecer, mas com qualquer investimento deste tipo, seja onde for, ele vai acontecer. É claro que se me disserem, se for num parque industrial, onde já há um barulho imenso, com certeza que não vai haver bar nenhum ou não se vai notar o acréscimo de barulho. Agora, o problema não é esse, e é por isso que é difícil o nosso papel aqui, o que temos que ajuizar, é se esses riscos ligados à operação normal desta empresa, se estão ou não estão compreendidos naquela margem que consideramos aceitável do ponto de vista da relação entre os interesses económicos e os ganhos económicos efetivos para a freguesia e para o concelho, face aos problemas que vêm causar. Mas isso, como digo, é hoje ainda extemporâneo julgar, embora possamos ter uma ideia sobre o que isto poderá vir a causar no futuro, mas é extemporâneo fazer um julgamento sobre muitos dos pontos que aqui trouxeram, quando não existe ainda esse mesmo projeto de especialidade e de arquitetura e ainda não estão devidamente consensualizadas com a empresa as questões que vieram aqui trazer, e muito bem, e respeito profundamente a postura dos Presidentes de Junta que aqui vieram e também de um Senhor, um cidadão de Vilaça, que no período do público, veio aqui trazer a sua indignação e preocupação com este caso, mas quero assegurar que, sendo um representante do PSD e defensor da maioria da Câmara Municipal, não me passa pela cabeça, e não serei eu, seguramente, o primeiro nem o último dos membros da Assembleia Municipal do PSD, a votar favoravelmente depois um projeto que, efetivamente, não se compõe, nem admito que os Vereadores da minha maioria o façam, e serei vocal e público nessa condenação,*

que venham a aprovar um projeto que não tenha justamente todas essas condicionantes asseguradas. E, portanto, entendamo-nos, quanto ao que estamos aqui a votar. Entendamo-nos, também, quanto ao facto de no local já existirem também pavilhões, existe uma fábrica adjacente de uma outra empresa e, portanto, reconhecendo que pode haver, no futuro, algum tipo de prejuízo desse ponto de vista, de acalmia, também tem que levar em consideração que as tais condicionantes, que serão acordadas com a empresa, seguramente passarão, entre outras, por uma melhoria das acessibilidades. E seguramente Vilaça, do ponto de vista dessa capacidade de atrair investimento e de fazer com que possa haver uma confluência maior também do trânsito de pessoas e mercadorias, sairá vencedora deste processo. Agora, isto não nos exonera, e sou o primeiro a dizê-lo, em nome do PSD, de não acompanhar, de forma muito próxima, este processo, embora confiando na boa fé que a Câmara Municipal empenha sempre neste tipo de procedimentos, mas de acompanhar de forma muito próxima e garantir, porque serei eu, seguramente, também, que terei de dar a cara, aqui na Assembleia Municipal, que este projeto terá, como digo, asseguradas todas as condicionantes que aqui trouxeram e que o privado, neste caso, quando chegarmos a esse ponto, terá de apresentar provas concretas de ter, pelo menos, considerado essas condicionantes e de ter soluções para elas e, portanto, que haja um benefício público, e é disso que estamos a tratar aqui, interesse público, que beneficie a população e a cidade e justifique aquilo que estamos hoje aqui a atribuir e que estamos apenas a falar do tal interesse público estratégico para este empreendimento”. O SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPORÕES, JOÃO DA SILVA OLIVEIRA, interveio para: “Partilhar com vocês aqui algumas preocupações que tenho acerca deste ponto. Dizer também aos colegas representantes das Juntas de Freguesia, que aqui estiveram que estaremos,

como é óbvio, sempre ao lado das Juntas de Freguesia, na defesa destas preocupações que eles próprios elencaram, e bem. Por outro lado, dizer também que tranquiliza-nos bastante a postura que foi apresentada pelo colega João Marques, que me antecedeu, naquilo que é a defesa do interesse público, do interesse das populações, do interesse geral e coletivo de todos os bracarenses e, de uma forma particular dos habitantes de Vilaça e Fradelos, e dizer que, por um lado, essas preocupações são, de facto, preocupações que devem ser tidas em conta, quando avaliamos este tipo de empreendimentos e a dimensão desses empreendimentos, mas também deveremos ponderar aquilo que é o interesse estratégico para a cidade, daquilo que é uma das maiores empresas e uma das maiores empresas nacionais de referência para o concelho, naquilo que é a sua pretensão de fazer um investimento estratégico numa freguesia bracarense, numa freguesia de Braga, desta dimensão. Estes investimentos, como foi dito, têm riscos, têm sempre riscos. Na vida, em tudo há riscos, mas com certeza terão que ser acauteladas aquilo que são as preocupações da população, as preocupações quanto aos acessos, quanto ao ruído, quanto ao impacto ambiental do projeto. Mas acho que estamos aqui um pouco a confundir a árvore com a floresta. O que se pretende aqui é avaliarmos o interesse estratégico deste investimento, só e simples neste momento. Claro que isto não iliba a responsabilidade e não limita a preocupação quanto a todas as consequências que este investimento há-de ter para o concelho. Acho que ficou bem claro na intervenção que o Deputado João Marques fez, quanto àquilo que é a preocupação do executivo em garantir que essa avaliação será feita no momento próprio. E neste momento, aquilo que nós ponderamos é o investimento de um agente económico que quer fazer crescer as suas instalações numa freguesia do concelho. E, portanto, face a isto, também queria estar ao lado destas freguesias, dizendo que estamos juntos naquilo que são

as preocupações que aqui apresentaram, mas, por outro lado, não deixamos de lado aquilo que é uma visão global quanto ao crescimento e quanto à criação de postos de trabalho e quanto àquilo que é o crescimento de uma das melhores empresas do concelho e votarei favoravelmente este investimento, sendo que estarei sempre ao lado também da defesa dos colegas que aqui trouxeram, e bem, as preocupações, quanto àquilo que é a defesa dos seus cidadãos”. Posta à votação, foi a referida proposta **aprovada com vinte e cinco votos a favor, com quinze abstenções e com dezanove votos contra**. Foi presente uma **Declaração de Voto pelo Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, destacando: “O CDS votou favoravelmente este este ponto da ordem de trabalhos, mas não queria deixar de fazer aqui uma declaração de voto para ser solidário com algumas das preocupações, na generalidade das preocupações que foram aqui transmitidas pelos Presidentes de Junta de Freguesia, não obstante perceber que, pesando os prós e os contras, são mais as vantagens que os inconvenientes. Mas que fique claro, há vários inconvenientes. E como também foi aqui muito bem-dito pelo Deputado João Marques, compete a esta casa, ainda que a partir do momento em que a declaração de interesse público estratégico é determinada, os projetos não venham aqui para ser aprovados, vamos ser claros. Os projetos de especialidade, não vão ser aprovados na Assembleia Municipal, passam a ser discutidos e aprovados, em sede de serviços municipais e na tramitação dos serviços do município. Agora, o que me preocupa, e o creio que nos preocupa a todos, é o conjunto de impactos ambientais menos positivos, que um investimento desta natureza implica. Mas, também sejamos claros, não há desenvolvimento e crescimento económico sem impactos ambientais. Portanto, esse mundo perfeito também não existe e temos é que perceber os prós e os contras e tomar opções e assumir os riscos das mesmas e as consequências das mesmas. O

que me parece importante, desde logo, são duas questões. A primeira é que esta câmara deve assegurar e deve garantir um conjunto de contrapartidas que o empresário, portanto, a empresa que irá desenvolver, deva assegurar para o bem comum e, portanto, para interesse público, designadamente as questões da rede viária. Os danos provocados na rede viária devem, no mínimo, ser compensados, é o mínimo que se exige. E, para futuro, o Regulamento de Declaração de Interesse Público Estratégico Municipal, talvez valha a pena sofrer algumas alterações, designadamente porque as isenções e as dispensas dos estudos de impacto ambiental, podem começar a não ser razoáveis de serem aceites. E isso é algo que devemos refletir para o futuro, porque em situações como esta, que não é das mais complexas, bem entendido, podem no futuro ser altamente gravosas, se fizermos algumas dispensas e se fizermos alguma simplificação de procedimentos, a bem do interesse económico, mas o interesse económico, e hoje o neoliberalismo, novo, hoje o liberalismo do século vinte e um é essencialmente um liberalismo social, com responsabilidade social e com responsabilidade ambiental, com interesse económico, mas com responsabilidade social e com responsabilidade ambiental. E, portanto, é com isso que o CDS está preocupado em garantir que, não obstante a votação favorável, que esta Assembleia e que cada um de nós, nas suas respetivas funções de Deputado Municipal, Presidente de Junta ou até no Executivo, não deixe de fiscalizar e não deixe de exigir as contrapartidas que este tipo de investimento merece”. Por fim, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.A.N., TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, para noutra **Declaração de Voto** dizer que: “Há pessoas que estão aqui a votar e que parece que vão fazer um, xis, dois do Totobola. Isto não dá para agradar a uns e agradar a outros. Nós temos responsabilidades aqui. Isto é o que vamos votar aqui. O que vem daqui para a frente, projetos de especialidade, já não nos vai passar muito pelas mãos e,

portanto, isto não dá para agradar a uns e outros e quem quer continuar a votar em um, xis, dois, vai ter que tirar ilações disto no futuro”. **PONTO NÚMERO OITO – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA À “REDE DE CAPITAIS EUROPEIAS DA JUVENTUDE” E RESPETIVOS ESTATUTOS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de trinta de maio do ano em curso, relativa adesão do Município de Braga à “Rede de Capitais Europeias da Juventude” e respetivos estatutos, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos, a palavra começou por ser dada ao **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para salientar que: “A capital de Braga como cidade de referência no que à juventude diz respeito, começou a sua construção muito antes do ano de dois mil e doze. Braga criou desde muito cedo as condições necessárias para atrair jovens, mas, mais importante ainda, fixá-los e reter o seu capital humano e intelectual. Certo é que, nas últimas décadas, Braga se assumiu como uma terra de oportunidades para jovens dos territórios vizinhos, desde o Alto Minho, a Trás os Montes, ao Tâmega e ao Gerês, Braga sempre se assumiu como um pólo atrativo para o desenvolvimento pessoal de várias gerações. Uma universidade de referência, um tecido industrial pujante, uma ampla oferta de serviços públicos e privados criariam por si só, as condições necessárias para que Braga se assumisse como a cidade do futuro. Mas todos estes fatores ganham ainda mais relevância com uma rede de transportes públicos, com redes de saneamento, com rede viária eficiente, escolas e infantários, mas sobretudo com habitação acessível. Chegamos então a finais da década dos anos oitenta e a cidade mais jovem da Europa é Braga. Coincidências poderão alguns dizer. O capital de Braga assume ainda mais relevância quando, em mil novecentos e

noventa e oito, a cidade se torna anfitriã do Fórum Mundial da Juventude das Nações Unidas. Para além da marca inegável de um evento desta magnitude em Braga, os resultados deste fórum são históricos. O documento que saiu dessa reunião com a superior chancela do Secretário-Geral da ONU à altura, Kofi Annan, e do Presidente Jorge Sampaio, esse documento Braga Youth Action Plan, ainda hoje orienta em todo o mundo a política juvenil das Nações Unidas. Surge mais tarde e então Braga dois mil e doze Capital Europeia da Juventude, um evento que marcou a cidade e marcou o tecido associativo bracarense. Foram milhares de horas de programação que envolveram milhares de jovens bracarenses e de toda a Europa. O ano de dois mil e doze dinamizou como nunca as nossas associações juvenis e culturais; permitiu iniciar um processo de reabilitação do Centro Histórico com o programa Encaixa-te; permitiu o diálogo intercultural com o programa Yworld estabelecer ligações à academia com o programa de Atcampus e também com as escolas com o programa Student's Act. Houve mais, muito mais, com um contributo para uma forte expansão do fluxo de visitantes, em contraciclo com o esperado, tendo em conta a crise económica e social que Portugal e o velho continente na altura atravessavam. Como legado ficou a cidade, um edifício totalmente reabilitado para servir o capital da juventude. Ficou uma noite branca que hoje dinamiza toda uma economia local, mas ficou, sobretudo, um fervilhar de ideias, de projetos nos domínios da educação, investigação, emprego, empreendedorismo, multiculturalismo, integração cultural, cooperação internacional, mas, sobretudo, participação dos jovens na sociedade. A influência do capital da juventude continua com a organização da Capital Ibero-Americana da Juventude em dois mil e dezasseis, importante para continuar a assumir a experiência das políticas de juventude, desta feita, no espaço latino e lusófono do outro lado do Atlântico. Importa, então que o legado que fica de Braga dois mil e

doze, *Capital Europeia da Juventude*, Braga dois mil e dezasseis ou o Fórum Mundial de mil novecentos e noventa e oito não se esgotem na adesão a redes. Estes espaços e estas redes, espaços essenciais na partilha de ideias e conhecimento, entre outras culturas, devem estar acompanhados de uma constante procura da melhoria das condições de vida dos jovens. É certo que a emancipação de um jovem em Braga é mais difícil hoje do que era há vinte ou trinta anos. O preço das rendas aproxima-se da média nacional, com valores cada vez mais proibitivos para a média salarial implementada no nosso concelho. A constituição de uma família para jovens, não pode ser colocada em causa pela falta de perspectiva de encontrar uma vaga de uma creche para um filho. De igual forma, a cidade mais jovem da Europa precisa de redes acessíveis, creche, mobilidade verde e espaços públicos de referência. Precisa de uma política municipal que cada vez mais atraia jovens, que os retenha e cumpra as suas expectativas de vida. Só assim poderemos usufruir em pleno do capital da geração mais qualificada de sempre. O PS votará favoravelmente este ponto, que representa muito mais do que uma adesão a uma rede europeia de partilha de conhecimentos e experiências. Representa, sobretudo, a formalização daquilo que Braga pode trazer ao mundo, mas representa também a valorização de um evento ímpar na história da nossa cidade, que este ano faz dez anos. Braga, *Capital da Juventude*, começou há várias décadas e esperamos que possa continuar no futuro. Tornar esta geração, a minha geração, a geração mais realizada de sempre, não é um património do PS, da coligação ou de qualquer partido. Este património deverá ser entendido como um desiderato de todos e quem não contribuir para ele, falhará à história”. Seguiu-se a intervenção da Sr<sup>a</sup>. **Deputada do P.S.D., ANA MARGARIDA SARMENTO MANSO DA SILVA MACIEIRA**, para destacar que: “A dois de abril de dois mil e nove, em reunião ordinária de Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, dando

voz à JSD Braga, na época liderada pelo nosso líder de bancada, João Marques, apresentou formalmente a proposta de candidatar Braga a Capital Europeia da Juventude. No ano de dois mil e doze, Braga foi distinguida como Capital Europeia da Juventude, tendo Mesquita Machado decidido entregar a organização e gestão da CEJ, em dois mil e doze, à Fundação Bracara Augusta, de imediato, substituindo todo o seu Conselho de Administração, sendo este tomado de assalto, pela Juventude Socialista. Hugo Pires, rosto que quis ser a CEJ desde dois mil e doze, poderia ter olhado o exemplo de Guimarães na época, que envolveu personalidades de vários quadrantes e de indiscutíveis méritos. Mas não, preferiu preencher a gestão da CEJ com jovens socialistas, fazendo deste evento uma conquista da Juventude Socialista. Prova disso, é que o Conselho Municipal da Juventude reuniu não mais do que duas vezes na época. Foram, aliás, recorrentes os lamentos de representantes de associações juvenis reconhecidas pela excelência da sua intervenção de falta de envolvimento e oportunidade de participar na CEJ dois mil e doze. Espantem-se, atualmente, em dois mil e vinte e dois, somos candidatos à Capital Europeia da Cultura, em sede de CMJ, foi marcada uma reunião para definir uma comissão que trabalhasse em prol desta candidatura. Com o conhecimento que todas as organizações de juventudes partidárias lá representadas nós temos, a última reunião marcada, foi exatamente marcada para constituir esta comissão. A JS não se fez representar no Conselho Municipal da Juventude, colocando-se de fora da comissão que trabalhará a CEC para dois mil e vinte e cinco. Depois, quando Ricardo Rio defendeu que se apresentasse esta oportunidade para se adquirir e reconverter o antigo quartel da GNR como âncora, como a âncora de todo o projeto, o PS opôs-se. No entanto, logo fizeram do cimento o auge do evento. Assim, anunciaram como grandes ambições da CEJ dois mil e doze, o projeto GNRation, espantem-se, a requalificação do quartel da

*GNR e a construção da Pousada da Juventude. Hoje, depois de anos de informalidade da Rede da Capital da Juventude, Braga adere como membro fundador, juntamente com Cluj-Napoca, Amiens e Varna, com o benefício de uma cota anual bastante mais baixa do que os futuros membros, o que revela a importância estratégica de Braga neste projeto, a que todos deve orgulhar. A missão da Rede de Capitais Europeias da Juventude é de desenvolver uma rede cooperativa e sustentável de cidades que foram designadas Capitais Europeias da Juventude pelo Fórum Europeu da Juventude. Esta organização, que já funcionava em termos informais, há alguns anos, teve até ao momento projetos em comum que envolveram mais de sete vírgula cinco milhões de euros e o objetivo será agora criar novas parcerias que sejam relevantes para os diferentes autores da rede, nomeadamente as organizações juvenis de cada cidade. Desta forma, dez anos após a nossa Capital Europeia da Juventude, o grupo da Assembleia Municipal do PSD vê com satisfação a adesão do município à Rede de Capitais Europeias da Juventude, salientando o desejo de que Braga seja sempre capital da juventude”.*

*Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO, para realçar que: “Lamento profundamente que este espaço de discussão tenha sido utilizado para um exercício um pouco infeliz, porque estão aqui alguns dirigentes da altura, convido até para que se tomem, portanto, os mecanismos legais para agir em conformidade, porque foram aqui feitas acusações graves de uma tentativa de assalto da Juventude Socialista, numa clara tentativa de refazer a história que o PS não veio aqui fazer. Aliás, o Partido Socialista vem aqui dez anos depois, ciente das coisas boas e das coisas menos boas, não numa tentativa de fazer pazes com o passado ou refazer a história. O Partido Socialista vem fazer aqui aquilo que é um apanhado de um evento que marcou a cidade. Vem aqui numa lógica pedagógica, numa lógica descontraída e*

*depois, passados alguns minutos, vem aqui ser acusado de dez anos depois, ter utilizado a Capital da Juventude, como se de um centro de emprego para a Juventude Socialista, se tratasse, num registo completamente despropositado e, portanto, isto é o que se chama uma traição de classe. Quando um jovem vem aqui a uma Assembleia destas fazer uma referência como faz, é aquilo que considero como sendo uma traição de classe. Ainda bem que nem todos os jovens se reveem neste tipo de comportamentos, porque o PS também veio aqui saudar o papel da capital Ibero-Americana da Juventude, quando muitos na cidade disseram o que disseram também em relação a essa capital. O PS veio aqui defender. O PS já hoje, aqui, como tem feito em outras Assembleias Municipais, tem defendido como um desiderato da cidade, a organização de Braga Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete, não se importando, sequer, com quem foi nomeado para essa estrutura de missão, que está a coordenar a candidatura e não se importando, sequer, com quem está à frente dos órgãos e das empresas municipais que têm responsabilidades na organização dessa candidatura. Sabemos bem, que se no passado, o PS fez nomeações para os gabinetes, com base também naquilo que era a finalidade partidária, no dia seguinte às eleições de vinte e nove de setembro de dois mil e treze, o PSD fez igual ou pior. Eu não queria vir aqui neste registo. Estão aqui pessoas sentadas que tiveram responsabilidade na organização deste evento. Volto a dizer, mais de duzentos voluntários em permanência, dezenas de programas na educação, no empreendedorismo social ultraliberal desde dois mil e doze, na inovação, na pedagogia, na consolidação de redes europeias de intercâmbio cultural, estudantil, académico, e o que ouvimos aqui dizer, é que dez anos depois, Braga Capital Europeia da Juventude, foi um assalto da Juventude Socialista. Pois bem, não podemos dizer, sequer, que outros eventos relacionados com capitais da cultura tenham tido sequer a relevância que esta capital teve. Não*

podemos sequer dizer que outras capitais europeias da cultura tiveram a relevância que Braga dois mil e doze teve, mas o exercício a que viemos aqui assistir, foi política barata, demagoga e que não prejudica o PS ou PSD, prejudica sim, a Assembleia Municipal de Braga, prejudica sim, toda a juventude bracarense”. Retomou o uso da palavra a **Sr.<sup>a</sup>. Deputada do P.S.D., ANA MARGARIDA SARMENTO MANSO DA SILVA MACIEIRA** para afirmar que: “A política barata, demagoga resume-se em factos. Olhemos para o Conselho Administrativo da CEJ dois mil e doze e olhamos para o Conselho Administrativo da CEC dois mil e vinte e dois, tudo isto se resume em factos. A forma como uns gerem e os outros gerem. Como uns gerem à base de partidos e outros gerem à base de um maior contacto com a sociedade. Apenas isto”. Posta à votação, foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO NOVE – DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITA NO LUGAR DE AVELEDA, MONTE, IGREJA OU BOUÇAS UNIÃO DE FREGUESIAS DE CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado no artigo vigésimo quinto, número um, alínea q), Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de treze de maio do ano em curso, com vista à desafetação de uma parcela de terreno com a área de oitenta e cinco metros quadrados, sita no lugar da Aveleda, Monte, Igreja ou Bouças, da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, concelho de Braga, para posterior alienação a Iva Raquel Braga, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação, foi a referida proposta **aprovada com cinquenta e dois votos a favor, com cinco votos contra e com três abstenções. PONTO NÚMERO DEZ – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE**

**DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS.** *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de dois, de treze, de trinta de maio e de treze de junho do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Figueiredo, para a execução da obra denominada “requalificação de passeios e pavimentos – correções e diversas anomalias existentes em pavimento”, no montante de seis mil seiscentos e sessenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “alargamento da rua Cabraínha”, no montante de mil cinquenta e dois euros e vinte e sete cêntimos; Três - Junta de Freguesia de Lamas, para a execução da obra denominada “alargamento do Caminho Municipal mil trezentos e quarenta e cinco – honorários/projeto”, no montante de dois mil setecentos e setenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para execução do projeto da obra denominada “requalificação da rua do Fogueteiro – Cunha – honorários/projeto”, no montante de dois mil duzentos e catorze euros; Cinco - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para a execução da obra denominada “repavimentação da rua do Rio Torto e da rua das Mimosas – Semelhe – honorários/projeto)”, no montante de nove mil duzentos e vinte e cinco euros; Seis - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “requalificação parcial da rua Nova – Celeirós”, no montante de cento e trinta e três mil novecentos e trinta e dois euros e quarenta e nove cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Priscos, para a execução da obra denominada “execução de ramal de águas pluviais, e repavimentação e*

*alargamento da rua Casa Nova”, no montante de noventa e seis mil setecentos e setenta e dois euros e trinta e seis cêntimos; Oito - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “prolongamento do coletor de drenagem de águas pluviais e criação de valeta na rua da Carpintaria”, no montante de cinco mil setecentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos; Nove - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “requalificação da rua da Saudade (honorários/projeto)”, no montante de seis mil duzentos e setenta e três euros; Dez - União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, para a execução da obra denominada “requalificação da rua do Calvário – Morreira”, no montante de setenta e cinco mil novecentos e cinquenta e quatro euros e sessenta cêntimos; Onze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “requalificação parcial da avenida Igreja – Celeirós”, no montante de mil quinhentos e sessenta e sete euros e setenta e seis cêntimos; Doze - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), para a execução da obra denominada “requalificação e alargamento do Caminho Municipal mil trezentos e quarenta e três (rio Ledo) – Penso Santo Estevão”, no montante de cento e cinquenta e oito mil cento e oitenta e oito euros e dois cêntimos; Treze - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “requalificação interior da rua da Pateira - Merelim São Pedro (honorários-projeto)”, no montante de dois mil oitocentos e vinte e nove euros; Catorze - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “requalificação interior da rua da Pateira - Merelim São Pedro”, no montante de sessenta e três mil cento e noventa euros e cinquenta cêntimos e Quinze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “requalificação e alargamento da rua do*

*Fogueteiro – Arentim”, no montante de sessenta e três mil novecentos e oito euros e treze cêntimos. Postas à votação, foram as referidas propostas **aprovadas com três abstenções.** **PONTO NÚMERO ONZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de dois, de treze, de trinta de maio e de treze de junho do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas e Uniões de Freguesias: Um - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a “material para pintar muros do largo da Senhora das Graças” no valor de quatrocentos e cinquenta e nove euros; Dois - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a “obras de requalificação do cemitério de Dume”, no valor de cinquenta e sete mil duzentos e dois euros e noventa cêntimos; Três - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, destinada à “ampliação do parque de lazer e construção da casa mortuária de Vilaça”, no valor de duzentos e vinte e seis mil quinhentos e noventa e um euros e oitenta cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, destinado á obra “reparações no edifício da Junta de Freguesia da Cividade”, no valor de quatro mil trezentos e cinco euros; Cinco - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado a “material para pintura dos muros dos cemitérios de Real e de Dume”, no valor de dezoito mil quinhentos e dezoito euros e vinte cêntimos; Seis - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado à “ampliação do cemitério de Frossos – reforço de verba”, no valor de onze mil quatrocentos e setenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Tadim, destinado a “pequenas obras de conservação do cemitério”, no valor de vinte e dois mil*

noventa e oito euros e noventa e oito cêntimos; Oito - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado à obra de “construção do parque infantil na zona de parque de merendas na praia fluvial de Merelim São Paio – aditamento”, no valor de seis mil quinhentos e setenta e sete euros e sete cêntimos; Nove - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, destinado a “trabalhos de preparação, delimitação e organização do espaço por forma a acomodar a criação de mais trinta talhões que vão servir a população daquelas freguesias”, no valor de oito mil novecentos e sessenta e dois euros; Dez - União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, destinado à inscrição no programa “Eco Freguesias”, no valor de seiscentos e cinquenta euros; Onze - Junta de Freguesia de São Vicente, destinado à inscrição no programa “Eco Freguesias”, no valor de quinhentos e oitenta e cinco euros; Doze - Junta de Freguesia de Espinho, destinado à inscrição no programa “Eco Freguesias”, no valor de duzentos e vinte e cinco euros; Treze - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado à inscrição no programa “Eco Freguesias”, no valor de seiscentos e cinquenta euros; Catorze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado à inscrição no programa “Eco Freguesias”, no valor de trezentos e quinze euros; Quinze - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar o “19º. Circuito de Palmeira/Prémio Peixoto Alves”, no valor de mil e quinhentos euros; Dezasseis - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a suportar as “despesas relacionadas com a bandeira Covid-19”, no valor de novecentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos; Dezassete - Junta de Freguesia de Lamas, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Dezoito - Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Dezanove - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado ao “fornecimento de hipoclorito

para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e um - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e dois - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e três - União de Freguesias de Ferreiros e Gondizalves, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e quatro - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e cinco - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e seis - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e sete - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, destinado ao “fornecimento de hipoclorito para a piscina”, no valor de mil euros; Vinte e oito - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado à obra de “requalificação da zona envolvente do nicho de Nossa Senhora de Fátima – rua de Custoias – Lomar”, no valor de treze mil seiscentos e vinte e um euros; Vinte e nove - União de Freguesias de Este São Pedro e São Mamede, destinado à “requalificação da rua do Pinheiro – Este São Pedro”, no valor de vinte e oito mil quatrocentos e noventa e quatro euros e noventa e dois cêntimos; Trinta - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado à “requalificação de espaços verdes na rua de São Vicenso – Panóias”, no valor de mil seiscentos e trinta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos; Trinta e um - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado à “aquisição de terrenos para ampliação do cemitério de Arentim”, no valor de dezassete mil

trezentos e sessenta euros; Trinta dois - Junta de Freguesia de Ruílhe, destinado à “limpeza de terrenos no Ruílhe Park e Talegre”, no valor de sete mil duzentos e cinquenta euros; Trinta e três - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado à “execução de passeios na rua da Mouta – Lomar”, no valor de sete mil novecentos e trinta e quatro euros e sessenta cêntimos; Trinta e quatro - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado à “requalificação de espaço no largo Centro Cívico (adro da Igreja de Arcos) – Arcos”, no valor de mil duzentos e setenta e dois euros; Trinta e cinco - União de Freguesias de Lomar e Arcos, destinado à “substituição e alinhamento de árvores (liquidâmbares) – rua Combatentes do Ultramar – Lomar”, no valor de vinte e um mil quinhentos e trinta e nove euros e vinte cêntimos; Trinta e seis - Junta de Freguesia de Priscos, destinado ao “abrigo de passageiros na avenida do Livramento”, no valor de três mil e cem euros; Trinta e sete - Junta de Freguesia de Priscos, destinado ao “abrigo de passageiros na avenida Senhor dos Bons Caminhos”, no valor de três mil e cem euros; Trinta e oito - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado à “colocação de abrigo em paragem de autocarros na rua de Barreiros – Nogueira”, no valor de três mil e cem euros; Trinta e nove - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado ao “Festival Castro Galaico”, no valor de dez mil euros e Quarenta - União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e São Vicente), destinado à “aquisição de uma nova caldeira a gás para o polidesportivo de Escudeiros”, no valor de quatro mil duzentos e cinquenta e quatro euros e setenta cêntimos. Posta à votação, foram as referidas propostas aprovadas com duas abstenções. **PONTO NÚMERO DOZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)**. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo H-um barra décimo oitavo do Código Regulamentar do Município de Braga, a informação sobre os

benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal de Braga ao abrigo dos números um, dois e quatro do artigo H-um barra décimo sexto, do artigo H-um barra décimo sétimo e da alínea c), número um do artigo H-dois barra quinto do mencionado Código Regulamentar, a qual se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO TREZE – RETIFICAÇÃO DOS AVISOS PUBLICADOS NO DIÁRIO DA REPÚBLICA COM ERROS MATERIAIS, NO ÂMBITO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES E DA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL PARA AS SETE FONTES (PARA CONHECIMENTO).** Para conhecimento, nos termos do artigo centésimo vigésimo segundo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, é presente a retificação dos avisos publicados no Diário da República com erros materiais, no âmbito do Plano de Urbanização das Sete Fontes, uma vez que foi omissa a planta de perequação e orientação executórias e da alteração do Plano Diretor Municipal para as Sete Fontes, por ter sido publicada a carta de “Ordenamento – classificação do solo”, com o limite da UOPG das Sete Fontes incorreto, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO, JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** usou da palavra para: “Dar nota daquilo que tem sido a atividade da Comissão. Reunimos com várias empresas municipais e apreciamos três recomendações que baixaram a esta comissão. A recomendação sobre a varredura, ouvimos em audição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar, enquanto primeiro subscritor e o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Agere, Dr. Rui Morais, relativamente a esta matéria. Não houve tempo disponível, dado o espaço

*de tempo que mediou entre a última Assembleia ordinária e esta, para que pudéssemos elaborar o relatório, o que será feito. Também na recomendação sobre a estratégia municipal sobre o desperdício alimentar, esta comissão reuniu e decidiu que deveria a Conferência de Líderes decidir qual das comissões iria trabalhar sobre esta matéria. Isso também já foi decidido e é do conhecimento dos líderes, que presumo, tenham dado nota aos respetivos membros dos grupos municipais a que pertencem. A outra recomendação tem a ver com uma recomendação que foi apresentada na Conferência de Líderes pela Iniciativa Liberal e que tem a ver com a remunicipalização da Agere. Não houve efetivamente nenhum tempo, até porque tivemos algumas reuniões da comissão e houve outras reuniões das comissões, mas será um assunto que, conforme também já combinámos, será apreciado a partir de setembro deste ano. Desejo a todos umas boas férias e até uma próxima rentrée em setembro".* O **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTEÇÃO CIVIL, MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSDA** deu também conhecimento de algumas atividades da Comissão a que presidia, tendo informado que: "Reunimos e fizemos algumas perguntas aos Senhores Vereadores respetivos, sobre o ponto de situação da futura obra do túnel da Avenida da Liberdade, obtivemos resposta. Vamos também debruçar-nos e fizemos uma proposta escrita também ao Sr. Vereador do Ambiente, sobre o ponto de situação do Regulamento do Arvoredo, aguardando uma parte específica do regulamento para ser aprovado. E também ouvimos o Sr. Vereador João Rodrigues, sobre o estado da revisão do PDM. Portanto, foram estes três pontos que nos debruçamos, da qual será depois também dado conhecimento". A **SRª. PRESIDENTE DA MESA, HORTENSE LOPES DOS SANTOS**, informou que tinha, a pedido do **SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE**

**ACOMPANHAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO CENTRAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS (TCRAF), JOÃO ORLANDO TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE**, um documento que iria apresentar de seguida, do seguinte teor: “No âmbito da Sessão da Assembleia Municipal realizada no dia oito de julho de dois mil e vinte e dois, constituindo como Ponto da Ordem de Trabalhos a «Informação prestada pelas Comissões Permanentes», e na qualidade de Presidente da Mesa da Comissão TCRAF, venho, ora e por este meio, prestar, de forma sumária e objetiva, a competente Informação referente à atividade da Comissão, nos termos subsequentes: Até à presente circunstância, a Comissão TCRAF reuniu em três momentos, oito de abril, nove de maio e vinte e sete de maio, tendo em cada uma das reuniões sido abordados os assuntos seguintes, que se sintetizam: Reunião de oito de abril: Eleição da Mesa da Comissão. Nesta primeira reunião, procedeu-se à eleição da Mesa, que é constituída por João Alcaide (Presidente), Francisco Silva (Vice-Presidente) e Adélia Silva (Secretária). Além disso, na reunião, os Membros efetuaram uma primeira abordagem ao objeto da Comissão, o acompanhamento dos processos da Transferência de Competências (Descentralização) e da Reorganização das Freguesias, tendo ficado bem sublinhada a relevância das problemáticas em questão. Reunião de nove de maio: Abordagem pela Sra. Vereadora da Educação da recente transferência de competências na área da educação. Esta segunda reunião teve lugar conjuntamente com a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, presidida pelo Prof. Fausto Farinha - a quem agradecemos a colaboração para a reunião em simultâneo -, e entendendo a Comissão TCRAF que esta poderá ser uma boa prática (reuniões conjuntas) a repetir, quando estiverem em debate

*matérias que dizem respeito a esta Comissão e a outra(s) Comissão(ões) (na medida do possível, e sempre com coordenação entre as Comissões). Na reunião, a Sra. Vereadora da Educação, Dra. Carla Sepúlveda, fez-se acompanhar pela Sra. Diretora do Departamento de Educação, Dra. Branca Soares da Costa. A reunião iniciou com uma intervenção da Sra. Vereadora, de enquadramento da transferência de competências no domínio da educação, a que se seguiram várias perguntas, pedidos de esclarecimento e comentários formulados pelos diversos Membros de ambas as Comissões - a propósito de diferentes temáticas como recursos humanos, refeições escolares, envelope financeiro, impacto da transferência de competências no Orçamento do Município, gestão de edifícios, gestão pedagógica, desafios futuros da educação no concelho, entre outras. Como conclusão, ficaram bem evidenciadas a necessidade e a importância de atenção e de acompanhamento permanentes pela Comissão de todos estes tópicos. Reunião de vinte e sete de maio: Definição do plano das próximas iniciativas/atividades a desenvolver por esta Comissão. De modo bastante objetivo, as iniciativas mais imediatas da Comissão passarão, primeiro, pela abordagem à Lei número trinta e nove barra dois mil e vinte e um, de vinte e quatro de junho - Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias -, e, posteriormente, pelo acompanhamento da transferência de competências na área da saúde. Encontra-se em perspectiva, para muito breve, uma reunião da Comissão, com a participação do Prof. Doutor António Cândido de Oliveira e do Dr. Carlos José Batalhão, para a abordagem à referida Lei".*

**PONTO NÚMERO QUINZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao*

livro de atas. Relativamente a este ponto, o **Sr. Deputado do CHEGA, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** questionou a Mesa sobre a prestação desta informação pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao que a **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA, HORTENSE LOPES DOS SANTOS** respondeu que a informação tinha seguido por escrito e que não teve qualquer informação dos Senhores Vereadores para intervirem. Entretanto, referiu que tinha havido uma proposta do **Sr. Deputado do P.A.N., Tiago Jorge Monteiro Teixeira**, no sentido de se fazer um minuto de silêncio, pelo falecimento de um piloto em serviço de combate aos incêndios em Vila Nova de Foz Côa. Após a aprovação dos membros presentes, realizou-se um minuto de silêncio pelo falecimento do piloto **Sr. André Rafael Serra**. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às zero horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta reunião de quinze de julho de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.